

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2019



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

Mensagem da Reitora

Após mais um ano de muito trabalho, chegou a hora de entregar à comunidade mais um Relatório de Gestão. Este é sempre um momento importante, pois representa a necessária prestação de contas que toda gestão pública deve cumprir perante os órgãos de controle da União e, especialmente, a sociedade — fortalecendo, assim, o processo de transparência dos atos e das ações institucionais.

No entanto, para além desse dever, este documento tem um significado especial. Mais do que apresentar os dados de 2019, este Relatório traz os resultados de todo um projeto de gestão iniciado em 2016 e que concluiu seu primeiro ciclo no ano passado. Durante esse período, tivemos como um dos focos principais desenvolver e estimular uma cultura institucional de planejamento e seus respectivos desdobramentos — ou seja, planejar, monitorar, avaliar e tomar decisões. Os dados aqui contidos, sistematizados por meio dos indicadores de governança, demonstram avanços significativos, construídos em um processo intenso de gestão democrática, participativa e representativa, baseado em debate, consenso e dissenso, e conduzido não só no ano de 2019, mas durante todo este primeiro mandato.

Não que o ano que se passou não tenha oferecido obstáculos peculiares. Conforme manifestado no Relatório de Gestão de 2018, tivemos que desenvolver estratégias administrativas para lidar com o impacto da Emenda Constitucional nº 95, que estipulou um teto para o aumento dos gastos públicos, prejudicando o orçamento das instituições federais de ensino e, conseqüentemente, o crescimento e a consolidação do IFC e da Rede como um todo. Enfrentamos ainda o atual contexto de questionamento, por uma parte da sociedade (e, paradoxalmente, por membros do Governo Federal), do conhecimento científico produzido historicamente e da relevância de instituições como a nossa para o desenvolvimento científico, tecnológico e humano do país.

Mesmo diante desses e outros desafios, é possível constatar, por meio das informações contidas neste Relatório, o amadurecimento do IFC no que diz respeito aos nossos processos de planejamento e gestão. Estes avanços resultam da consonância dos diversos pontos de vista de nossa equipe gestora e foram construídos por diversos protagonistas, atores sociais e segmentos. Neste contexto, cada uma de nossas pró-reitorias desempenhou um papel distinto e essencial no sucesso para a concretização deste projeto; assim, contemplá-los, mesmo de que forma resumida, é condição sine qua non.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) avançou, ao longo de 2019, na consolidação de processos importantes para a gestão e para o desenvolvimento institucional, tais como planejamento estratégico, aprovação do programa de integridade, implantação da gestão de



riscos e melhorias nos processos de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação. Outro destaque é a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, com vigência de 2019 a 2023, o qual apresenta, além da Visão e da Missão do Instituto, o Projeto Político Pedagógico Institucional — bem como as estratégias para atingir nossos objetivos e metas. Houve avanços também nos processos de ingresso de estudantes, promovendo melhorias operacionais que refletem na qualidade e profissionalização de seus procedimentos.

Já a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propi) buscou consolidar ações que visam proporcionar uma educação profissional, que integra pesquisa, ensino e extensão, comprometida com a formação cidadã, e, ainda, promover a independência intelectual dos servidores e estudantes. Pode-se destacar a curricularização da pesquisa e extensão nas licenciaturas e nos cursos técnicos integrados, a execução de editais com foco no desenvolvimento de projetos integradores e a promoção de eventos pelos campi e pela Reitoria, em parceria com Proen e Proex.

A Propi fomentou ainda a participação de servidores e estudantes em eventos científicos, o aumento da publicação de e-books e periódicos pela Editora do IFC, assim como a ampliação da oferta de cursos de Pós-Graduação lato e stricto sensu, de forma a atender demandas regionais e fortalecer o processo de verticalização do ensino. Houve ainda fortalecimento da inovação e da transferência de conhecimento e de tecnologia nos campi, por meio de visitas da coordenação do NIT, lançamento de chamadas públicas e registros de propriedades intelectuais.

A atuação da Pró-Reitoria de Ensino (Proen) teve como foco, no ano de 2019, consolidar ações que visem à formação integral de nossos estudantes, numa perspectiva inclusiva e que contribua para o desenvolvimento regional da comunidade em que estamos inseridos. Neste sentido, a Proen desempenhou um trabalho consistente de reformulação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, buscando superar a fragmentação do conteúdo e o distanciamento entre teoria e prática. Ressaltamos também os movimentos institucionais na construção de diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos, para a Educação do Campo e Pedagogia da Alternância e para a Educação a Distância — além do fortalecimento da Política de Línguas, estabelecendo a inclusão e a internacionalização como cerne do trabalho do Centro de Línguas (CLIFC) e do Núcleo Bilingue Libras-Língua Portuguesa (NuBi) da instituição.

A pró-reitoria trabalhou ainda no desenvolvimento e aprimoramento do Programa de Permanência e Êxito, da Política de Inclusão e de Atendimento; na continuidade do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) e dos espaços reservados ao esporte, cultura e lazer (JIF's e IFCultura); e na articulação do protagonismo dos estudantes por meio das organizações estudantis.

No ano passado, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) mobilizou mais de 330 mil pessoas em 70 municípios do estado de Santa Catarina por meio de programas, projetos e ações extensionistas



nos quais a comunidade acadêmica e a sociedade civil puderam compartilhar experiências, aprendizagem e conhecimento.

Um dos focos principais deste trabalho foi encurtar a distância entre a instituição e os diversos atores sociais catarinenses. Para tanto, a pró-reitoria desenvolveu diversas iniciativas — como a manutenção do programa federal “Instituição Amiga do Empreendedor”, com sede no Campus Videira, e a criação de cinco empresas juniores (das quais duas estão qualificadas e ativas). Também foram iniciados os trâmites para a abertura da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP IFC), com atividades nos campi de Concórdia, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul e São Francisco do Sul.

A Proex atuou ainda, em articulação com a Proen e Propi, nos processos de curricularização da extensão, por meio de editais e outras formas de participação.

E, por fim, temos o engajamento da Pró-Reitoria de Administração (Proad), que desempenhou inúmeros esforços para aprimorar os procedimentos administrativos do Instituto, visando à padronização, uniformização e segurança das ações e ao fortalecimento da identidade institucional.

Um marco nesse sentido foram as providências para consolidação das Compras Institucionais, desenvolvidas não só com base no nosso planejamento estratégico, mas também em referenciais bibliográficos de compras públicas e estudos elaborados por instituições de controle e órgãos competentes. Este trabalho teve início em 2018 e se consolidou em 2019, promovendo a otimização dos recursos e fortalecendo a identidade do IFC.

O próximo desafio administrativo do Instituto é a viabilização da centralização dos contratos, atendendo à necessidade de aprimoramento dos procedimentos administrativos. É um grande passo, que terá início com a confluência dos contratos de vigilância ao longo do exercício de 2020.

Os detalhes e resultados de todas essas ações e esses movimentos estão contidos neste documento. Destarte, mais do que prestar contas de nossas ações, o Relatório de Gestão nos permite vislumbrar nosso trabalho até aqui, contabilizar nossos acertos e reveses, e planejar nossos próximos passos; ou seja, olhar para o passado, compreender o presente e pensar teleologicamente o futuro.

Como nos anos anteriores, os desafios não serão poucos; alguns deles, imprevisíveis. Agora mesmo, enfrentamos uma pandemia mundial que nos obriga a repensar a educação pública sob diversos prismas — desde as atividades educacionais teóricas e práticas até as ações para garantir a saúde e o bem-estar de nossos estudantes e servidores, defendendo



incondicionalmente a vida. O ano de 2020 nos trouxe a enorme responsabilidade (e, quem sabe, a grande oportunidade) de reconfigurar a educação pública, de modo a proporcionar formação humana e cidadã, em diversos níveis, mesmo nos cenários mais incertos. Ademais, a pandemia mostrou um dos lados mais perversos da contemporaneidade: o da condição “não humana”, materializada pela desigualdade social — e que impõe à educação desafios para além do cumprimento da burocracia do currículo escolar.

Desejamos, finalmente, agradecer aos membros dos nossos órgãos colegiados — Codir, Consepe e Consuper — e das diversas Comissões e Grupos de Trabalho instituídos para pensar e adereçar questões específicas durante este período: sua contribuição para a execução e o refinamento deste projeto foi inestimável. Da mesma forma, agradecemos à equipe de elaboração deste Relatório de Gestão, que trabalhou para que todas as informações aqui encerradas chegassem à sociedade de forma organizada e dinâmica, e aos nossos estudantes, professores e técnicos administrativos, que constituem o foco e a força motriz de todo este trabalho. A todos e todas, o nosso muito obrigado!

Dito isso, convido-os à leitura!

Gestores do IFC



SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
Reitora



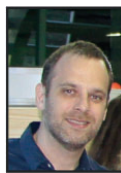
JOSEFA SUREK DE SOUZA
Pró-Reitora de Ensino



FERNANDO JOSÉ GARBUIO
Pró-Reitor de Extensão



CLADECIR ALBERTO SCHENKEL
Pró-Reitor de Pesquisa,
Pós-Graduação e Inovação



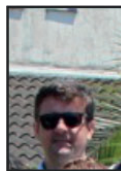
STEFANO MORAES DEMARCO
Pró-Reitor de Administração



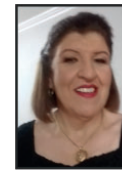
JOSÉ LUIZ UNGERICHT JÚNIOR
Pró-Reitor de Desenvolvimento
Institucional



EVERTON ROGÉRIO ALVES CAVALHEIRO
Diretor *Campus Abelardo Luz*



JONAS CUNHA ESPÍNDOLA
Diretor *Campus Araquari*



MARILANE MARIA WOLFF PAIM
Diretora *Campus Blumenau*



HÉLIO MACIEL GOMES
Diretor *Campus Brusque*



ROGÉRIO LUIS KERBER
Diretor *Campus Camboriú*



NELSON GERALDO GOLINSKI
Diretor *Campus Concórdia*



FÁBIO JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO
Diretor *Campus Fraiburgo*



FERNANDO TAQUES
Diretor *Campus Ibirama*



EDUARDO BUTZEN
Diretor *Campus Luzerna*



SAMUEL HENRIQUE WERLICH
Diretor *Campus São Bento do Sul*



AMIR TAUILLE
Diretor *Campus São Francisco do Sul*



DEIVI DE OLIVEIRA SCARPARI
Diretor *Campus Santa Rosa do Sul*



RICARDO KOZOROSKI VEIGA
Diretor *Campus Rio do Sul*



ELIZETE MARIA POSSAMAI RIBEIRO
Diretora *Campus Sombrio*



ROSÂNGELA AGUIAR ADAM
Diretora *Campus Videira*



Sumário

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	07
Organograma	09
Ambiente Externo	10
Missão e Visão	12
Governança, Estratégia e Alocação de Recursos	13
Mapa Estratégico	17
Modelo de Governança	18
Indicadores TCU	19
Desafios futuros	21
Metas Globais 2019	22
Riscos, Oportunidades e Perspectivas	72
Programas, Projetos e Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	73
Atividades Extensionistas	79
Ações de Extensão	82
Atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	85
Inovação Tecnológica	87
Pós-graduação	90
Divulgação Científica	92
Apoio à Governança e Comunicação	97
Ouvidoria	98
Auditoria	102
Ingresso no IFC - Cursos Técnicos Integrados	107
Ingresso no IFC - Cursos Técnicos Subsequentes	108
Ingresso no IFC - Cursos Superiores	109
Gestão da Tecnologia da Informação	111
Gestão de Pessoas	114
Programa de Integridade	118
Sustentabilidade Ambiental	120
Acessibilidade	127
Orçamento Anual do IFC	128
Notas explicativas	133



Visão Geral

Organizacional

e Ambiente Externo

O Instituto Federal Catarinense (IFC) foi criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Hoje, a trajetória formativa do IFC se integra às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais/regionais com cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação – *lato e stricto sensu*.

O IFC possui atualmente 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, e a Reitoria, instalada na cidade de Blumenau.

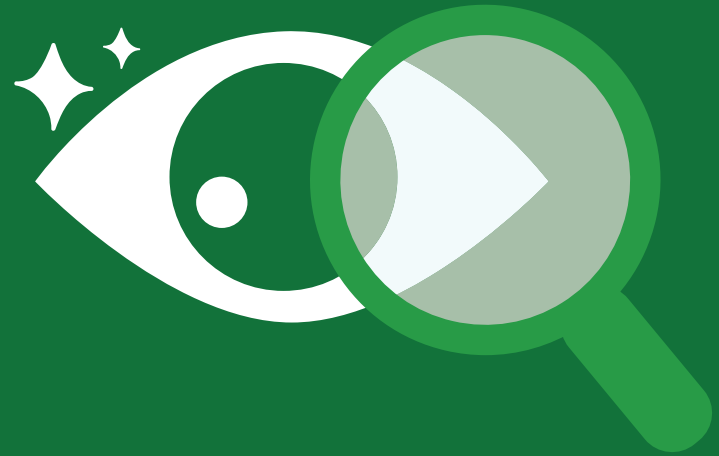
A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã. Consoante tal concepção, o processo de gestão democrática se consolida no IFC por meio da prática da gestão institucional integrada, materializada por vias da participação representativa junto ao Conselho Superior, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, os órgãos colegiados, núcleos, comitês e comissões específicas.

(Fonte: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc>)



MISSÃO

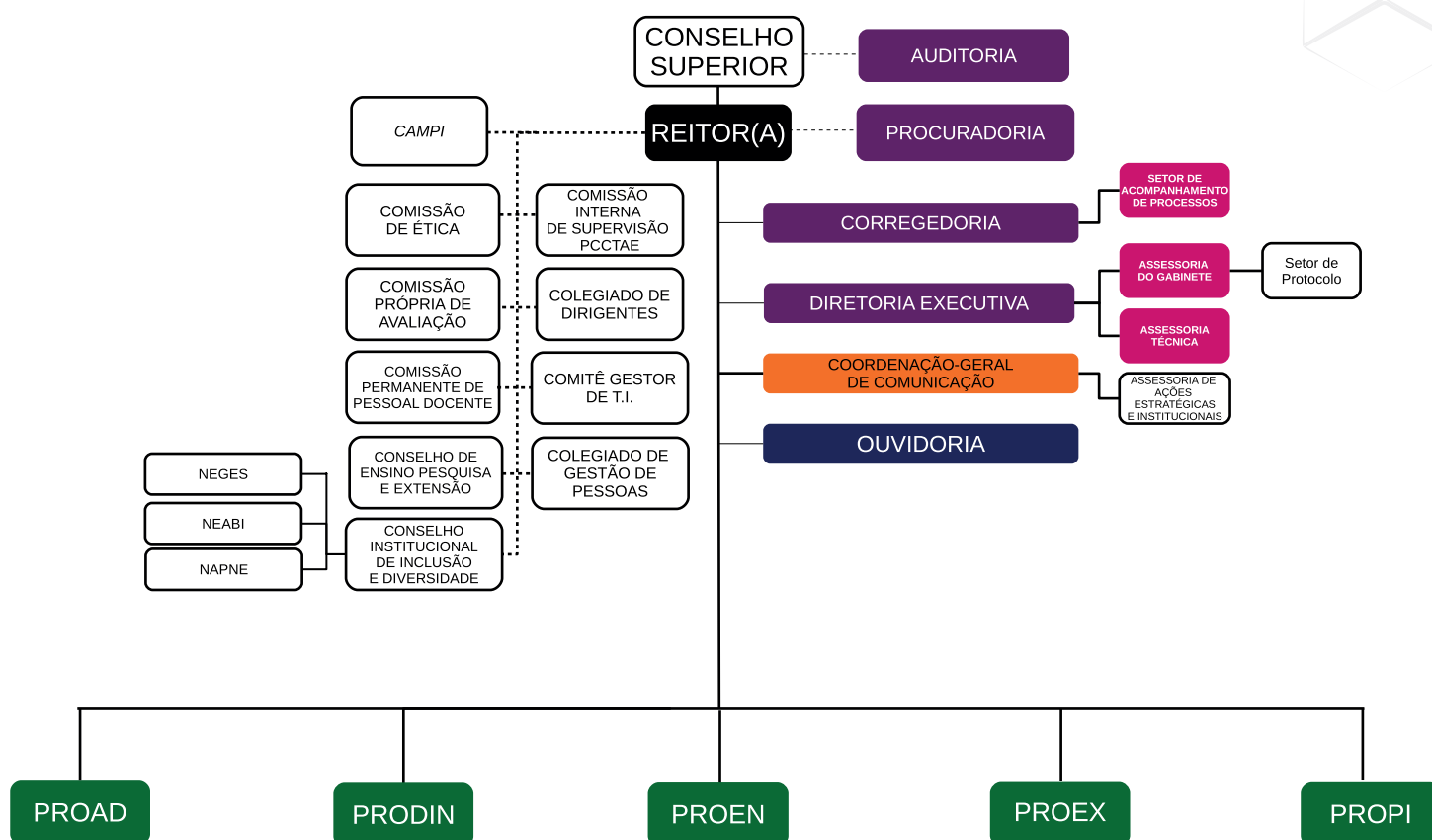
Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.



VISÃO

Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.

Organograma Reitoria



Legendas: **CD2** **CD3** **CD4** **FG1** **FG2** **SEM CD OU FG**

Organograma dos *Campi*

Em 2019, foi aprovada a padronização dos Organogramas dos *Campi*, de acordo com a tipologia de cada um, estabelecida na Portaria MEC 246 de 15/04/2019 e as especificidades das unidades que compõem o IFC.

(Portaria Normativa 019/2019)

Ambiente Externo

No desenvolvimento do Planejamento Estratégico do IFC (2018-2021) foi realizado um diagnóstico do ambiente externo para estabelecer a percepção dos diferentes cenários que proporcionam oportunidades e ameaças no contexto organizacional. Nossa missão, voltada à promoção da educação profissional fortalece a necessidade de voltar esforços para compreender e atuar de modo a maximizar as oportunidades que advém. Assim como o monitoramento e as estratégias para atuar junto a identificação das ameaças que surgem neste contexto também é de suma importância, principalmente por tratar-se de uma instituição pública que zela pelo patrimônio da sociedade.

Oportunidades

- ★ Crescimento e diversificação dos arranjos produtivos locais.
- ★ Parcerias entre instituições públicas e privadas.
- ★ Incentivo governamental à inovação tecnológica.
- ★ Demanda da sociedade por formação técnica e tecnológica.
- ★ Demanda por pós-graduação, *lato e strictu sensu*.
- ★ Demanda por educação à distância.
- ★ Editais de órgãos externos de fomento.
- ★ Recursos extraorçamentários.
- ★ Replicação de experiências exitosas de outros *campi* ou Institutos Federais.

Ameaças

- * Sobreposição de cursos com outras instituições.
- * Oferta de educação à distância de outras instituições de ensino.
- * Frequentemente contingenciamento orçamentário.
- * Vulnerabilidade às políticas de governo.
- * Não liberação de códigos de vagas para contratação de servidores.
- * Morosidade de acesso aos recursos orçamentários.
- * Burocratização dos processos legalmente exigidos.
- * Ausência de amparo legal para contratação de substitutos de TAES em afastamentos.
- * Processo de divulgação/comunicação ineficiente.

Modelo de Negócio

[Cadeia de Valor]

Com base na missão, visão e finalidade legal do IFC, foi estabelecido o modelo de negócios, que contempla o mapeamento dos macroprocessos da instituição. Este mapeamento, por sua vez, representa o conjunto de atividades desempenhadas pelo IFC que resultam em valor gerado para a sociedade.

Para conseguir gerar valor, são executados um conjunto de macroprocessos, classificados como finalísticos, suporte e estratégicos.

O grande desafio é destinar esforços em processos e ações que agreguem mais valor à sociedade.

MISSÃO: Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

MACROPROCESSOS

Finalísticos

- Ensino
- Pesquisa
- Extensão

Suporte

- Gestão das aquisições e contratos
- Gestão de Patrimônio e Almoarifado
- Gestão da Execução e Acompanhamento de serviços
- Gestão orçamentária, financeira e contábil
- Comunicação
- Gestão de pessoas
- Tecnologia da Informação
- Infraestrutura

Estratégicos

- Planejamento de Gestão
- Auditoria

VISÃO: Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.

ESTUDANTES / SOCIEDADE



Governança, **Estratégia** e Alocação de Recursos

O IFC possui o Planejamento Estratégico com vigência 2018/2021.

Objetivos estratégicos e táticos:

1

**GARANTIR E DESENVOLVER A
INFRAESTRUTURA DOS CAMPI**

1.1 Identificar as
necessidades de
infraestrutura
mínima dos *campi*

1.2 Propiciar
acessibilidade
arquitetônica
universal

1.3 Promover registro
patrimonial imóvel
fidedigno

1.4 Manter a
regularização das
edificações

2

**PROMOVER A POLÍTICA
DE GESTÃO DE PESSOAS**

2.1 Fomentar a
saúde e a qualidade
de vida dos
servidores

2.2 Promover
atividades de controle
e aperfeiçoamento na
gestão de pessoas

2.3 Fomentar políticas e programas de
formação e aperfeiçoamento contínuo de
servidores docentes e
técnico-administrativos em todos os níveis

3

DESENVOLVER E ARTICULAR A PRÁTICA DA GESTÃO INSTITUCIONAL INTEGRADA

3.1 Fomentar a cultura da gestão estratégica e do planejamento

3.2 Aperfeiçoar a gestão de fluxos e processos

3.3 Otimizar o processo de aquisições no IFC

3.4 Otimizar a gestão orçamentária integrada do IFC

3.5 Aprimorar os processos correcionais

4

IMPLANTAR A POLÍTICA DE OFERTA DE CURSOS

4.1 Instituir política de oferta de cursos com critérios e instrumentos estabelecidos

4.2 Instituir a modalidade EAD

5

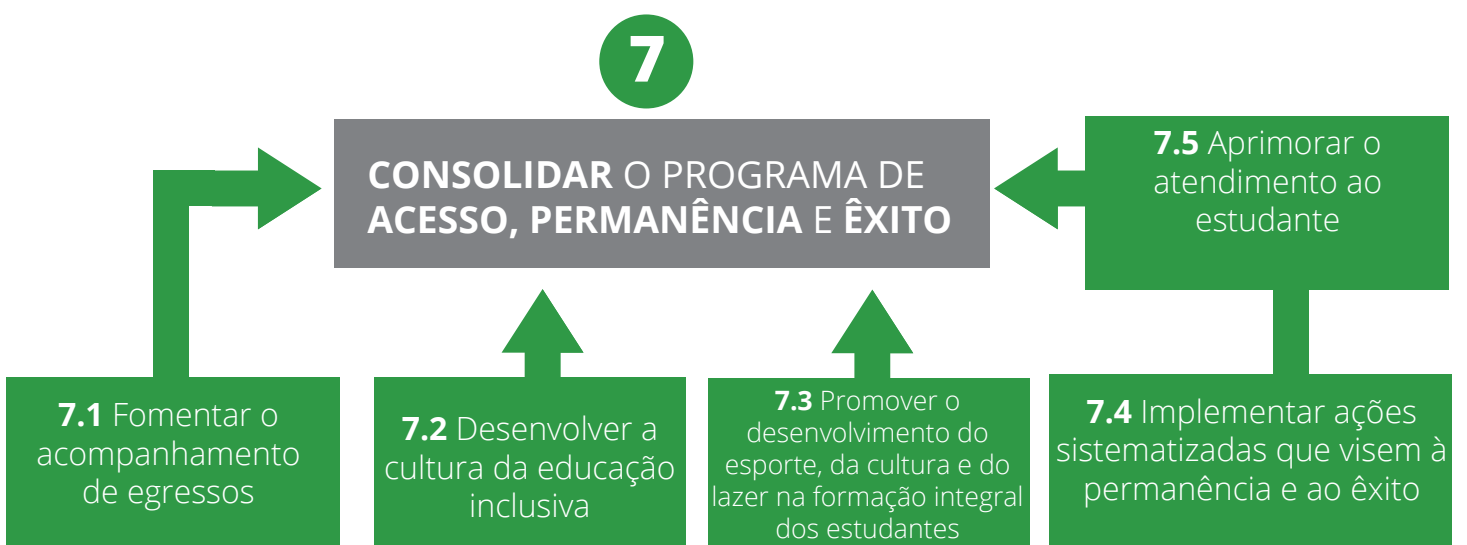
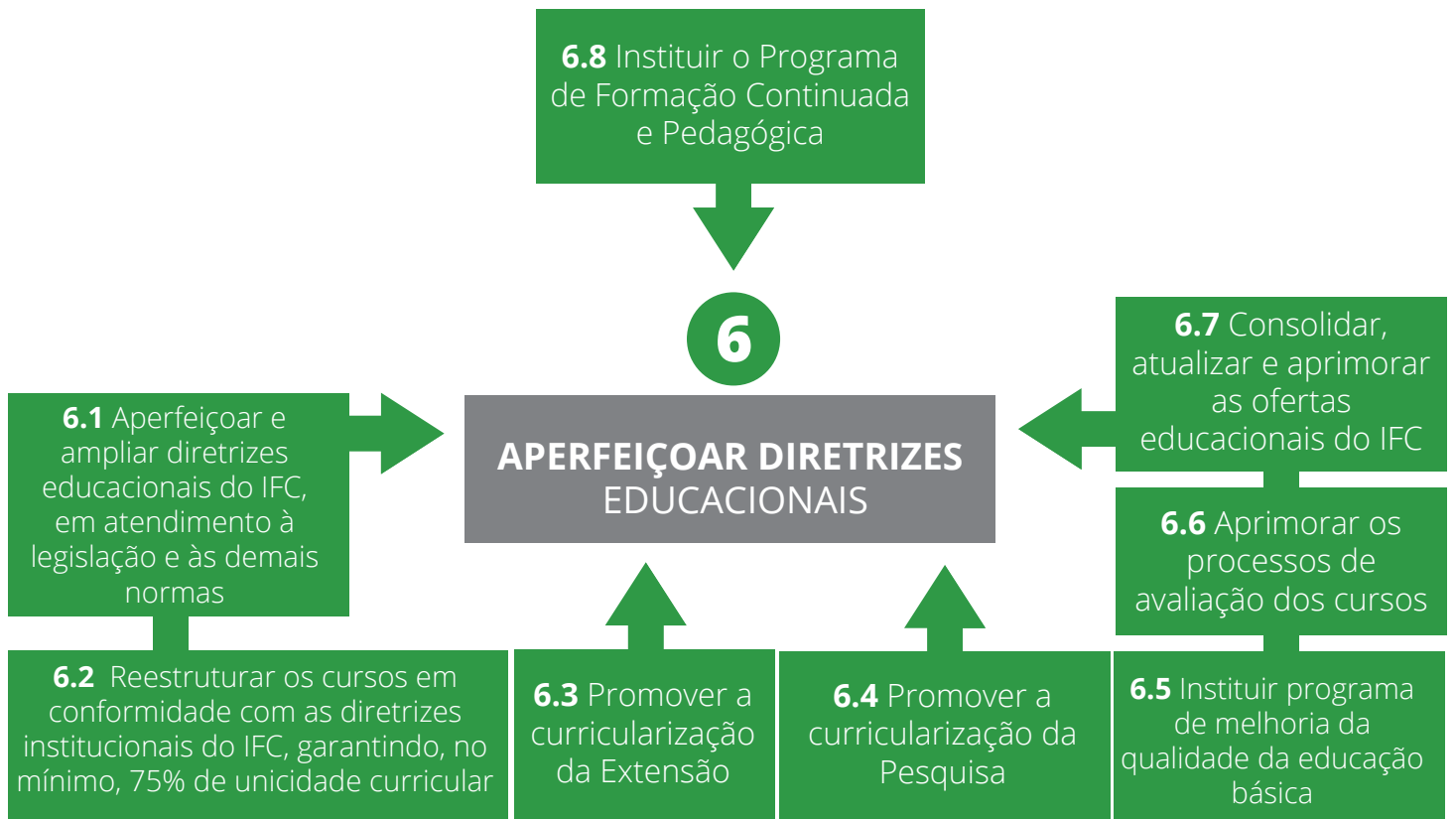
INSTITUIR POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

5.1 Definir escopo da TI

5.2 Definir os serviços de TI oferecidos à comunidade usuária

5.3 Desenvolver processos de gestão de TI, visando diminuir riscos e vulnerabilidades

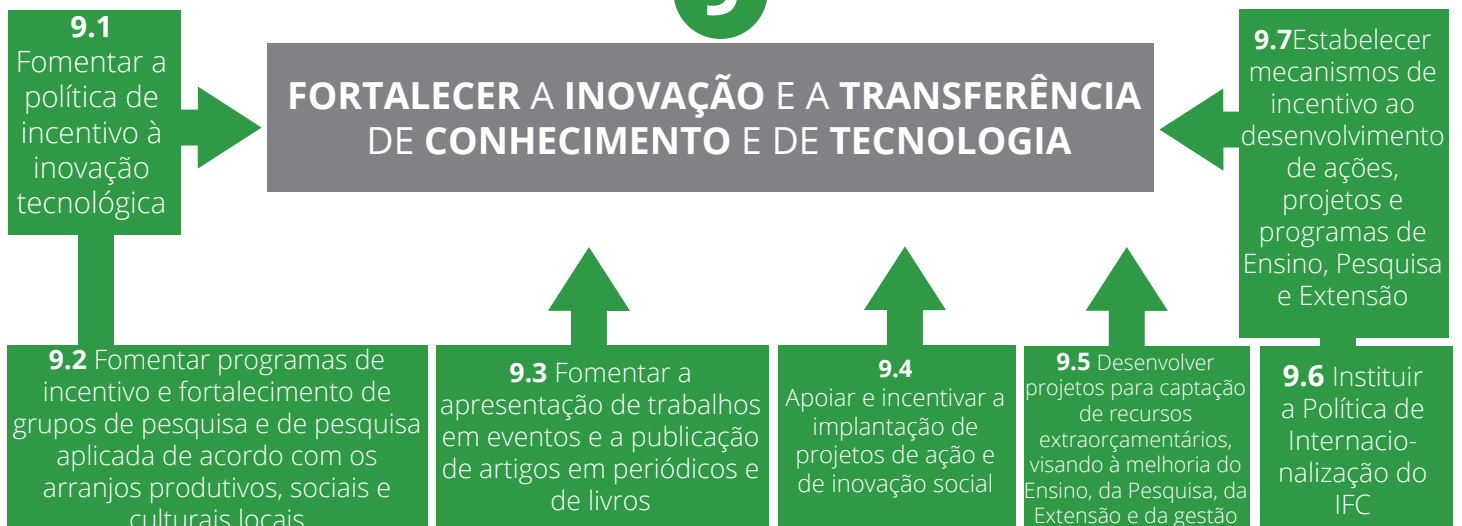
5.4 Implantar a gestão orçamentária institucional de TI



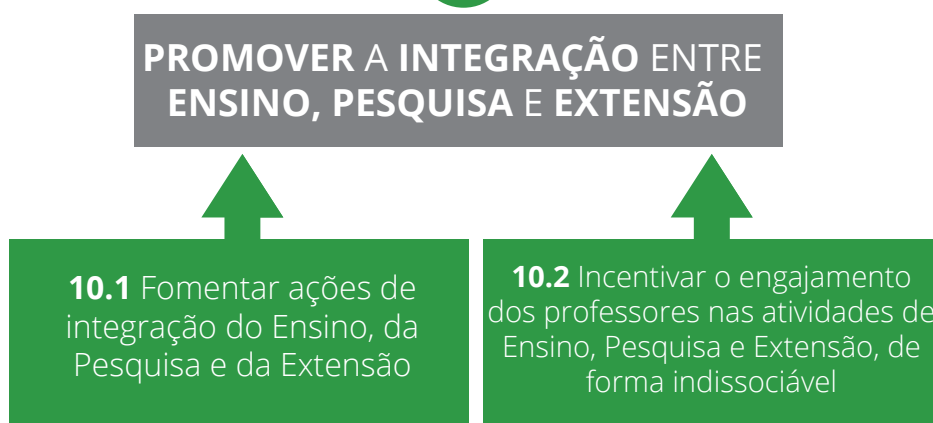
8



9



10



Mapa Estratégico

IFC 2018 | 2021



SOCIEDADE

Implantar a Política de Oferta de Cursos.

Fortalecer a inovação e a transferência de conhecimento e de tecnologia.

Fortalecer a Política de Comunicação Institucional.



PROCESSOS INTERNOS

Garantir e desenvolver a infraestrutura dos *campi*.

Aperfeiçoar diretrizes educacionais.

Promover a integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Consolidar o Programa de Acesso, Permanência e Êxito.



CRESCIMENTO E APRENDIZADO

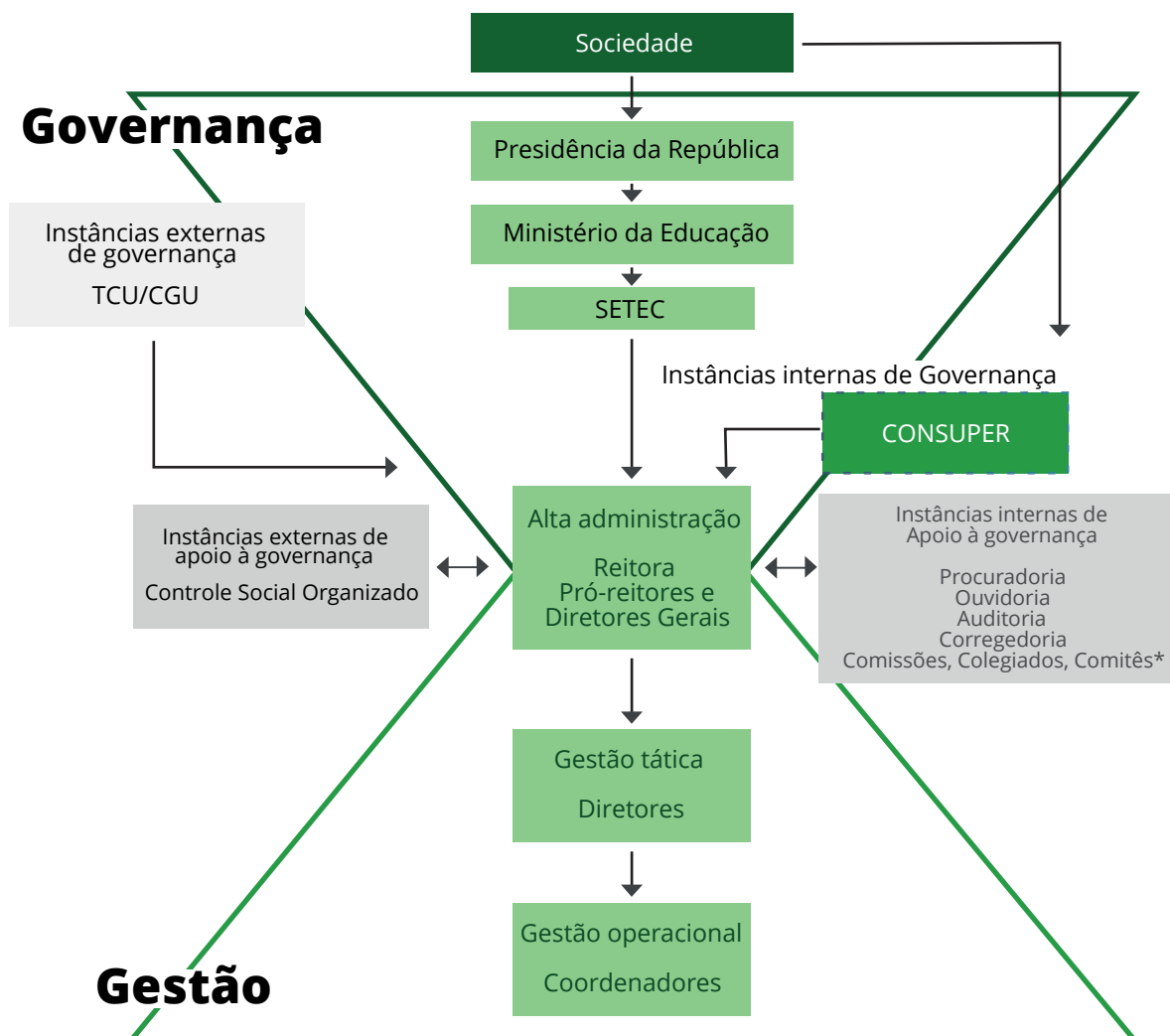
Desenvolver a articular a prática da gestão institucional integrada.

Promover a Política de Gestão de Pessoas,

Instituir Políticas Institucionais para Tecnologia da Informação.

Modelo de Governança

O IFC possui em seu **Regimento Geral** as informações sobre os dirigentes e colegiados, bem como os procedimentos vinculados.



Adaptado: Relatório de Gestão IFC 2018

(*)
 Comissão de Ética;
 Comissão Própria de Avaliação;
 Comissão Permanente de Pessoal Docente;
 Comissão Interna de Supervisão PCCTAE;
 Comitê Gestor de TI;
 Comitê de Governança, Riscos e Controle;
 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
 Colegiado de Gestão de Pessoas;
 Colegiado dos Dirigentes.

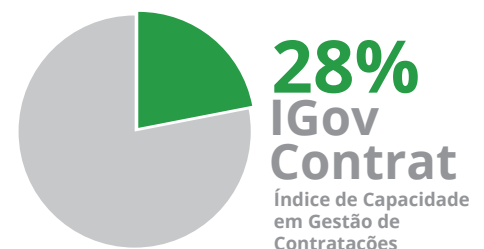
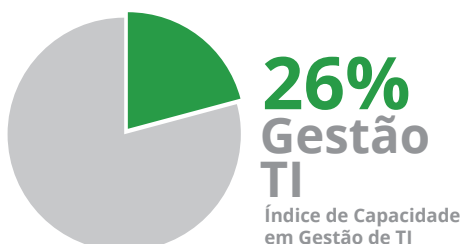
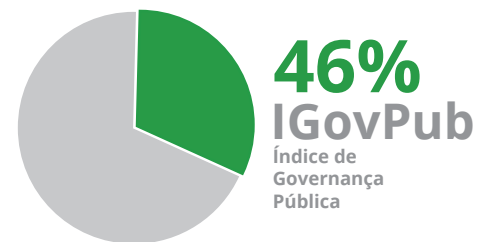
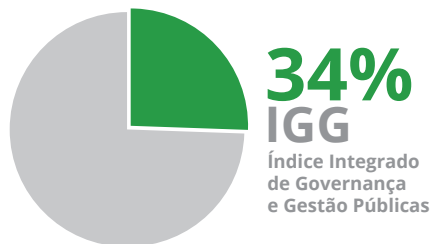
Indicadores TCU

O Tribunal de Contas da União realiza levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

Em 2018 foi realizado o último levantamento oficial pelo TCU. Em 2019 não foi realizado levantamento. Em 2020, durante o período de elaboração deste Relatório de Gestão, foi disponibilizado um questionário voluntário, para que as instituições pudessem averiguar a situação da governança.

A seguir, apresentamos os índices de governança do IFC, obtidos nos últimos levantamentos.

2018:



2020:

65%

IGG

Índice Integrado
de Governança
e Gestão Públicas

84%

IGovPub

Índice de
Governança
Pública

63%

IGov
PessoasÍndice de Governança
e Gestão de Pessoas

44%

Gestão
PessoasÍndice de Capacidade
em Gestão de Pessoas

38%

IGovTI

Índice de Governança
e Gestão de TI

48%

Gestão
TIÍndice de Capacidade
em Gestão de TI

90%

IGov
ContratÍndice de
Governança
e Gestão de
Contratações

83%

IGov
ContratÍndice de Capacidade
em Gestão de
Contratações

A melhora significativa nestes índices se deve à consolidação de documentos e práticas relativas a:

- Implantação da Gestão de Riscos;
- Aprovação e implementação do Programa de Integridade;
- Melhorias na gestão de contratações/ contratações de TI;
- Aprovação do Planejamento Estratégico;
- Aprovação do Catálogo de serviços de TI;
- Planejamento anual de contratações;
- Publicação da Carta de serviços ao usuário.

A melhoria da governança no IFC reflete na profissionalização e eficiência dos processos, aprimora questões de sustentabilidade financeira, estimula práticas de transparência das informações e por consequência colabora com o cumprimento de nossa missão, que é proporcionar educação profissional de qualidade para todos.

Desafios Futuros

A qualidade na oferta dos nossos serviços, invariavelmente, passa pelo prisma do planejamento estratégico, que por sua vez, ajuda a reconhecer os desafios que podem surgir ao longo do caminho e identificar oportunidades de melhoria.

O IFC possui no horizonte, diferentes desafios, de natureza acadêmica e administrativa. Todos vinculados ao desempenho da nossa missão institucional, que é proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

Por meio do atingimento das metas estabelecidas para cada objetivo estratégico buscar-se-á:

Fortalecimento das relações;

Avanço dos processos educativos;

Aprimoramento da atenção aos estudantes;

Aprimoramento dos procedimentos administrativos e de gestão;

Fortalecimento do diálogo com a comunidade;

Aprimoramento da infraestrutura;

Potencialização do desenvolvimento de pessoas.

Metas Globais

2019

Abaixo, apresentamos os Objetivos Estratégicos desenvolvidos para os anos de 2018 a 2021, bem como os seus Indicadores de Medidas e as Metas para o ano de 2019:

GARANTIR E DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA DOS CAMPUS



Indicadores de Medidas

Percentual de adequação da unidade referente à acessibilidade arquitetônica;

Percentual de adequação da unidade referente à regularização;

Infraestrutura mínima do campus (setores administrativos, biblioteca, refeitório, ginásio, salas de aula, laboratórios e auditório – Modelo Conif);



Metas 2019

Obter melhoria de 10% ao ano por *campus*.

Portaria nº 246 (Modelo 20/13) – Adequar 100% até 2021
Portaria nº 246 (Modelo 70/45) – Adequar 10% ao ano
Portaria nº 246 (Modelo 90/70) – Adequar 10% ao ano.

Seguir a priorização das obras definida em Reunião do Codir (anualmente).

PROMOVER A POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS


Indicadores de Medidas

Quantidade de capacitações ofertadas e quantidade de servidores capacitados; (dados separados)

Número de ações em atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, e número de servidores atendidos; (dados separados);

Percentual de novos servidores capacitados pelo curso de Recepção ao Servidor;

Número de incentivos ao afastamento integral e PIQIFC.


Metas 2019

Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por campus além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada campus)

Executar plano anual.

Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes em 2018.

Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade.

DESENVOLVER A ARTICULAR A PRÁTICA DA GESTÃO INSTITUCIONAL INTEGRADA


Indicadores de Medidas

Número de campi com plano operacional referente ao Planejamento Estratégico desenvolvido;

Número de campi com Gestão de Risco implantada;

Quantidade de processos de aquisições e contratações institucionais;


Metas 2019

Desenvolver em 100% dos campi o plano operacional.

Implantar 100% da Gestão de Riscos nos campi.

Realizar 30 pregões.

IMPLANTAR A POLÍTICA DE OFERTA DE CURSOS

Indicadores de Medidas

Percentual de eixos verticalizados até o nível da graduação;

Percentual de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio, Proeja e formação de professores (dados separados);

Número de ofertas na modalidade EaD (regular);

Metas 2019

Obter 100% de eixos verticalizados até 2021.

Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 30% em EJA; garantir 70% da meta estabelecida no TAM em formação de professores.

Elaborar diretrizes de EaD.

INSTITUIR POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Indicadores de Medidas

Quantidade de valores investidos em ações de TI (investimento);

Número de serviços de TI ofertados na unidade em conformidade com as políticas institucionais de TI;

Número de customizações criadas para o SIG;

Metas 2019

Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por *campus*.

Catalogar 50% dos serviços.

Executar as demandas.

APERFEIÇOAR DIRETRIZES EDUCACIONAIS


Indicadores de Medidas

Percentual de adequação dos cursos às diretrizes com 75% de unicidade das matrizes;

Percentual de cursos com Pesquisa e Extensão curricularizadas;

Percentual de cursos autoavaliados (sistematizados/ NDB / Colegiado);

Número de projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão voltados para a melhoria da qualidade da educação básica* (TAM) – rede pública.


Metas 2019

Adequar 50% dos cursos.

Elaborar e aprovar a diretriz.

Institucionalizar a autoavaliação em 100% dos cursos técnicos.

Elaborar o programa institucional.

CONSOLIDAR O PROGRAMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO


Indicadores de Medidas

Índice de evasão; (dados separados)

Índice de retenção;

Número de ações para egressos ou envolvendo egressos.


Metas 2019

Reduzir a evasão em 0,5% ao ano.

Reduzir a retenção em 0,5% ao ano.

Realizar, no mínimo, 01 ação por *campus*.

FORTALECER A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL


Indicadores de Medidas

Quantidade de valores alocados em ações de Comunicação;

Número de matérias publicadas internamente (informativo e site) e externamente;
Número de ações para divulgação de processo de ingresso (visitas às escolas, panfletagem); (separado)


Metas 2019

Alocar 0,25% do orçamento.

Aumentar em 2% até 2021.

FORTALECER A INOVAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA


Indicadores de Medidas

Número de projetos de Extensão, Pesquisa e Ensino (Nº de projetos/ Nº de docentes);

Número de projetos de Ação e Inovação Social;

Número de trabalhos apresentados, artigos e livros/capítulos publicados;

Número de obras publicadas pela editora do IFC;

Número de registros de PI e transferências tecnológicas (proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia);
Número de Empresas Júnior e incubadoras (ações de empreendedorismo); (dados separados)

Número de trabalhos apresentados, artigos e livros/capítulos publicados;


Metas 2019

Aumentar em 0,5% o número da relação projeto/docente.

Realizar no mínimo 02 projetos por campus.

Elevar a produção acadêmica institucional em 2%.

Lançar um edital.

Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)

Elevar a produção acadêmica institucional em 2%.

PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO


Indicadores de Medidas

Número de projetos integrados (pelo menos envolva duas áreas - Pesquisa e Extensão; ou Ensino e Pesquisa; ou Ensino e Extensão - n° de docentes/n° de projetos);

Número de eventos integrados;

Número de cursos que contemplem linhas e ações de Pesquisa e Extensão (definidas nos PPCs).


Metas 2019

Obter aumento de 0,3%.

Realizar, no mínimo, 01 evento por *campus*.

Adequar 50% dos cursos até 2021.

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

GARANTIR E DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA DOS *CAMPI*

31%

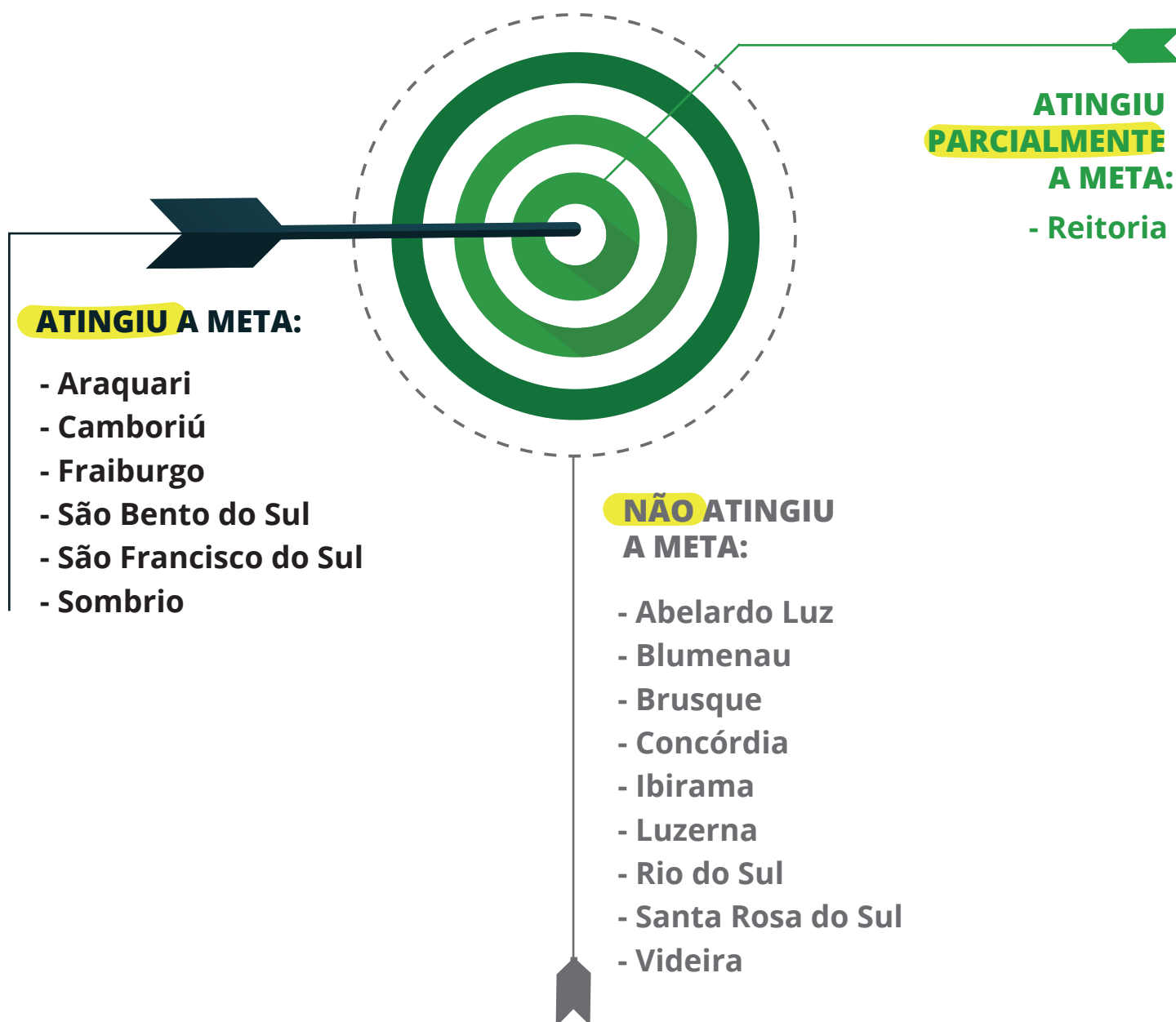
*de atingimento
das metas pelas
unidades do IFC.*

INDICADOR DE MEDIDA:

Percentual de adequação da unidade referente à acessibilidade arquitetônica.

META:

Obter melhoria de 10% ao ano por *campus*.



INDICADOR DE MEDIDA:

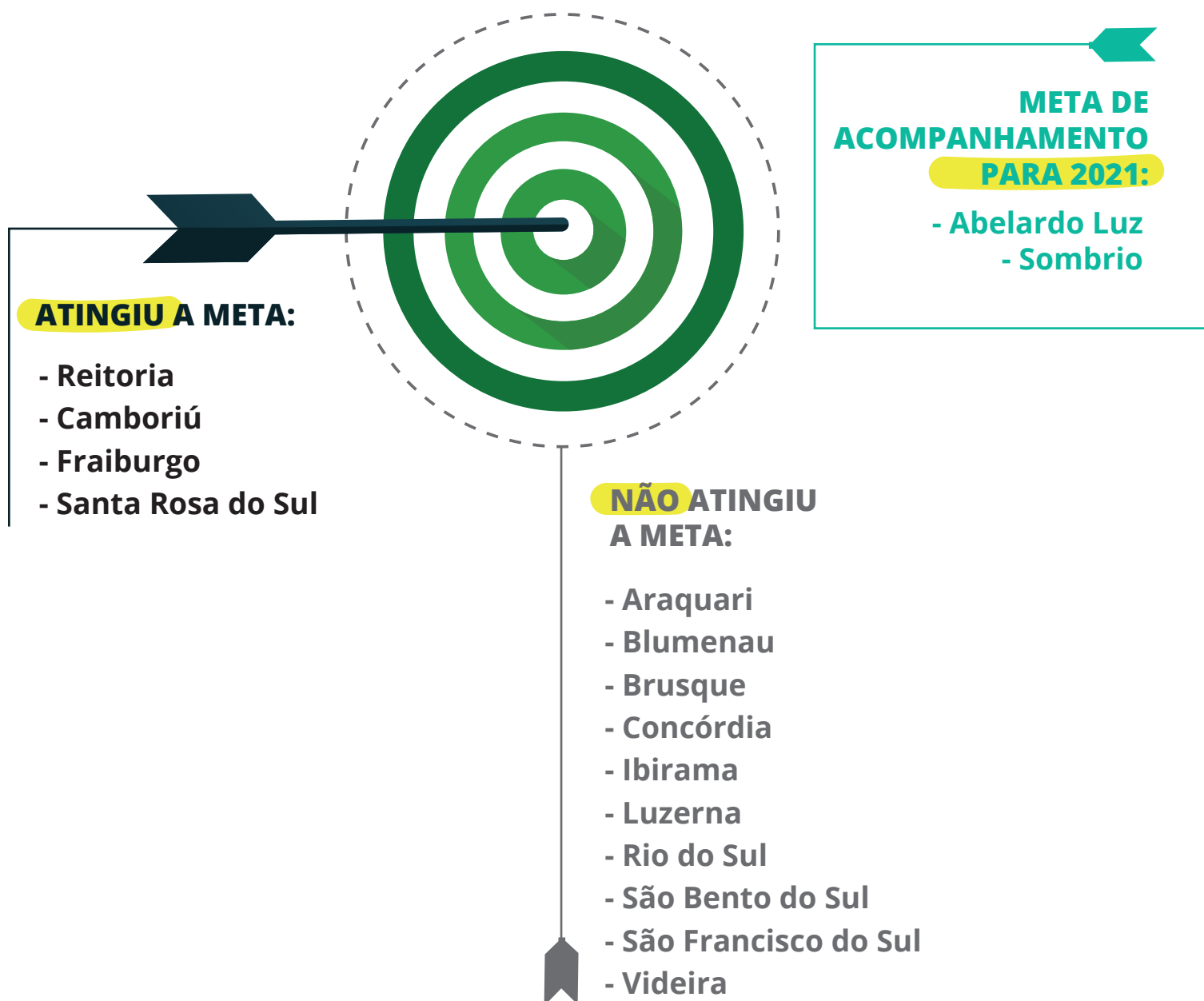
Percentual de adequação da unidade referente à regularização.

META:

Portaria nº 246 (Modelo 20/13) – Adequar 100% até 2021.

Portaria nº 246 (Modelo 70/45) – Adequar 10% ao ano.

Portaria nº 246 (Modelo 90/70) – Adequar 10% ao ano.



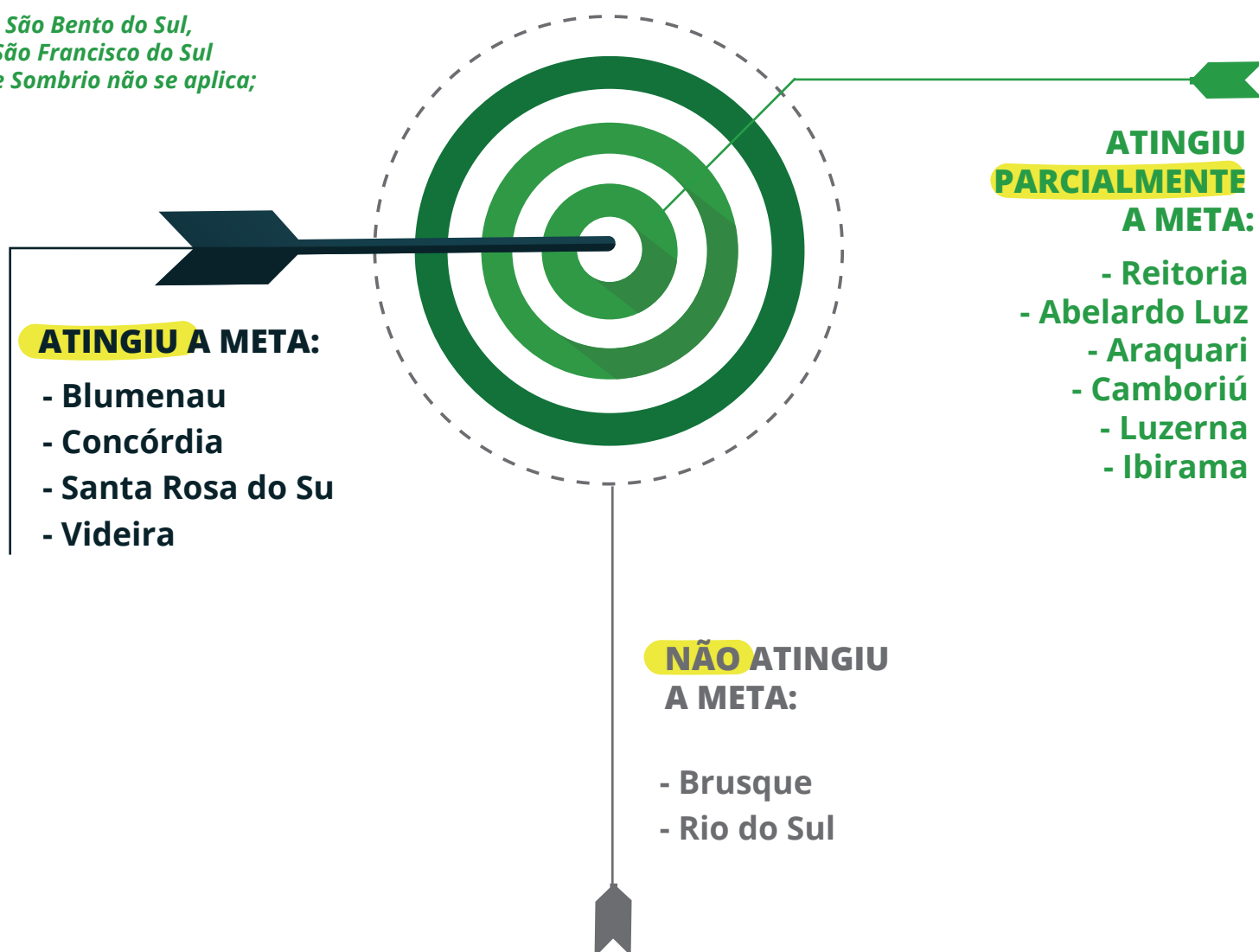
INDICADOR DE MEDIDA:

Infraestrutura mínima do *campus*.

META:

Seguir a priorização das obras definida em Reunião do Codir (anualmente).

- São Bento do Sul,
São Francisco do Sul
e Sombrio não se aplica;



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

PROMOVER A POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS



75%
de atingimento das metas pelas unidades do IFC.

INDICADOR DE MEDIDA:

Quantidade de capacitações ofertadas e quantidade de servidores capacitados.

META:

Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por *campus* além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada *campus*).

**ATINGIU A META:**

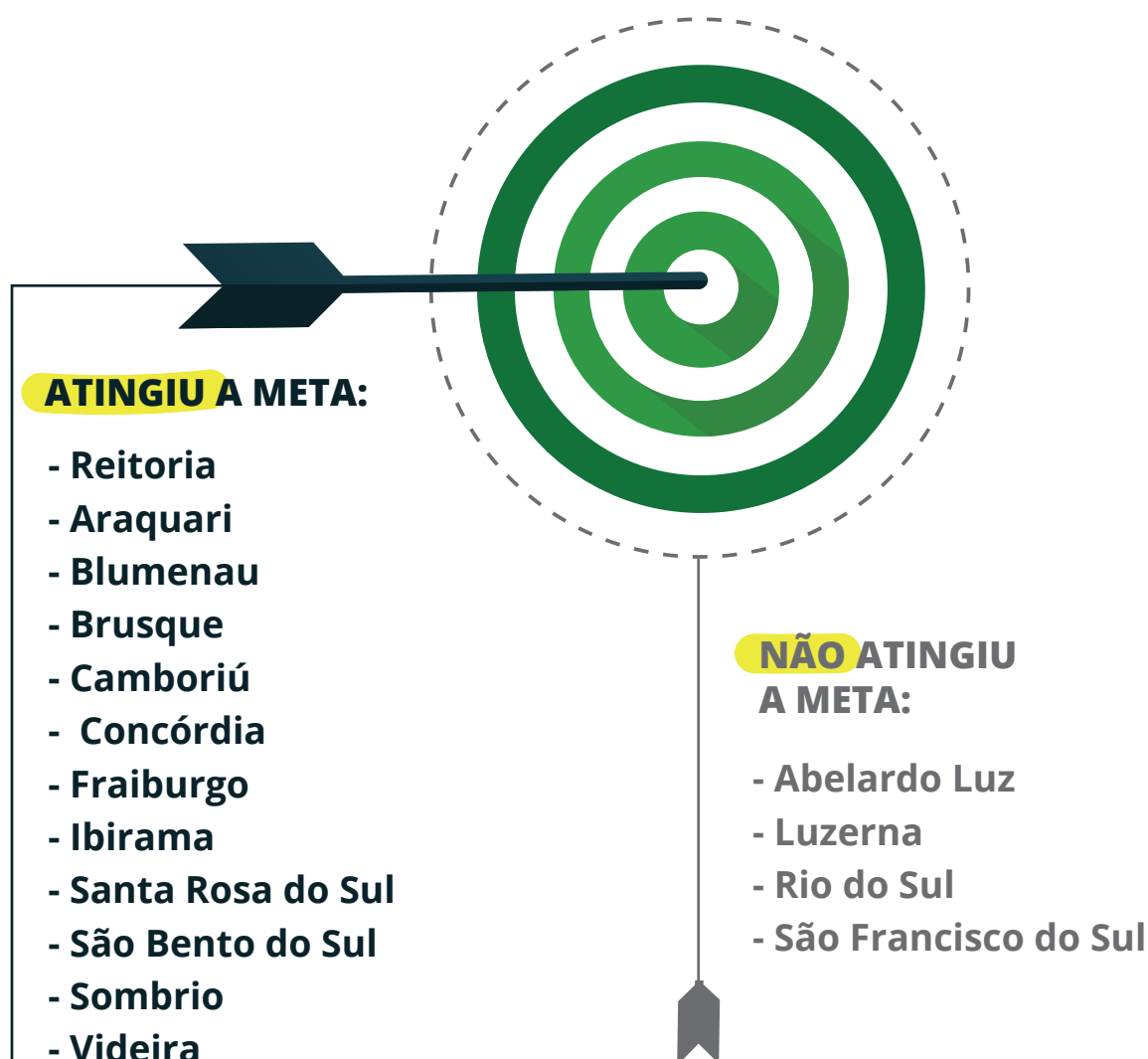
- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

INDICADOR DE MEDIDA:

Número de ações em atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, e número de servidores atendidos.

META:

Executar plano anual.



INDICADOR DE MEDIDA:

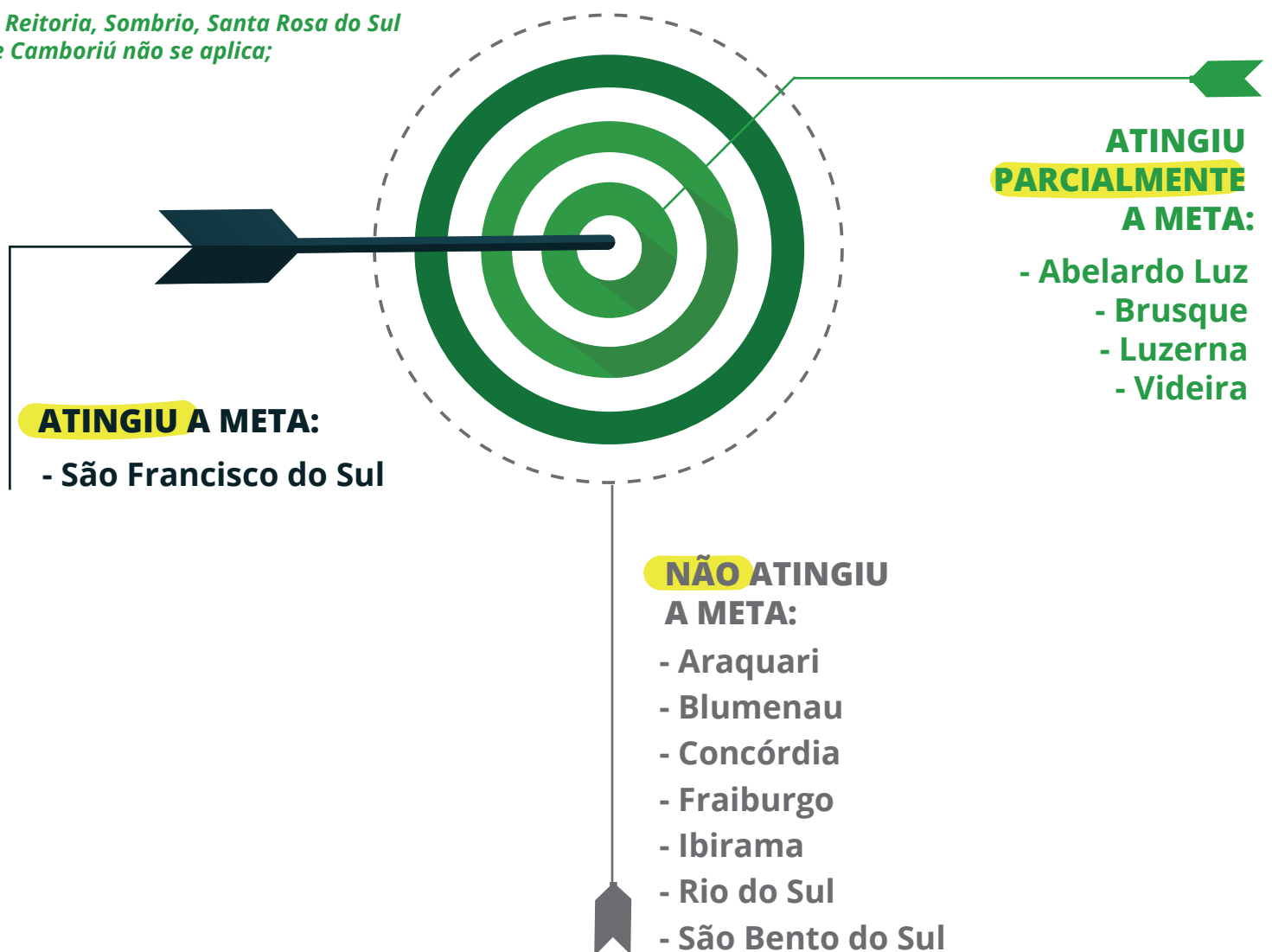
Percentual de novos servidores capacitados pelo curso de Recepção ao Servidor.

META:

Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes em 2018.

- Os servidores ingressantes têm até 3 anos, o que equivale ao período do estágio probatório, para concluir o curso de recepção docente. Foram 28 servidores ingressantes e somente 6 concluíram o curso.

- Reitoria, Sombrio, Santa Rosa do Sul e Camboriú não se aplica;

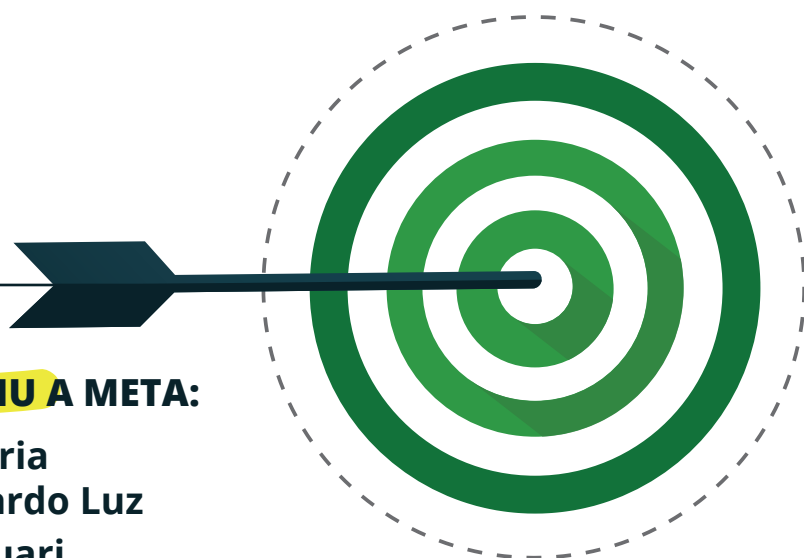


INDICADOR DE MEDIDA:

Número de incentivos ao afastamento integral e PIQIFC.

META:

Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade.

**ATINGIU A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

DESENVOLVER E ARTICULAR A PRÁTICA DA GESTÃO INSTITUCIONAL INTEGRADA

75%

*de atingimento
das metas pelas
unidades do IFC.*

INDICADOR DE MEDIDA:

Número de campi com plano operacional referente ao Planejamento Estratégico desenvolvido.

META:

Desenvolver em 100% dos *campi* o plano operacional.

**ATINGIU A META:**

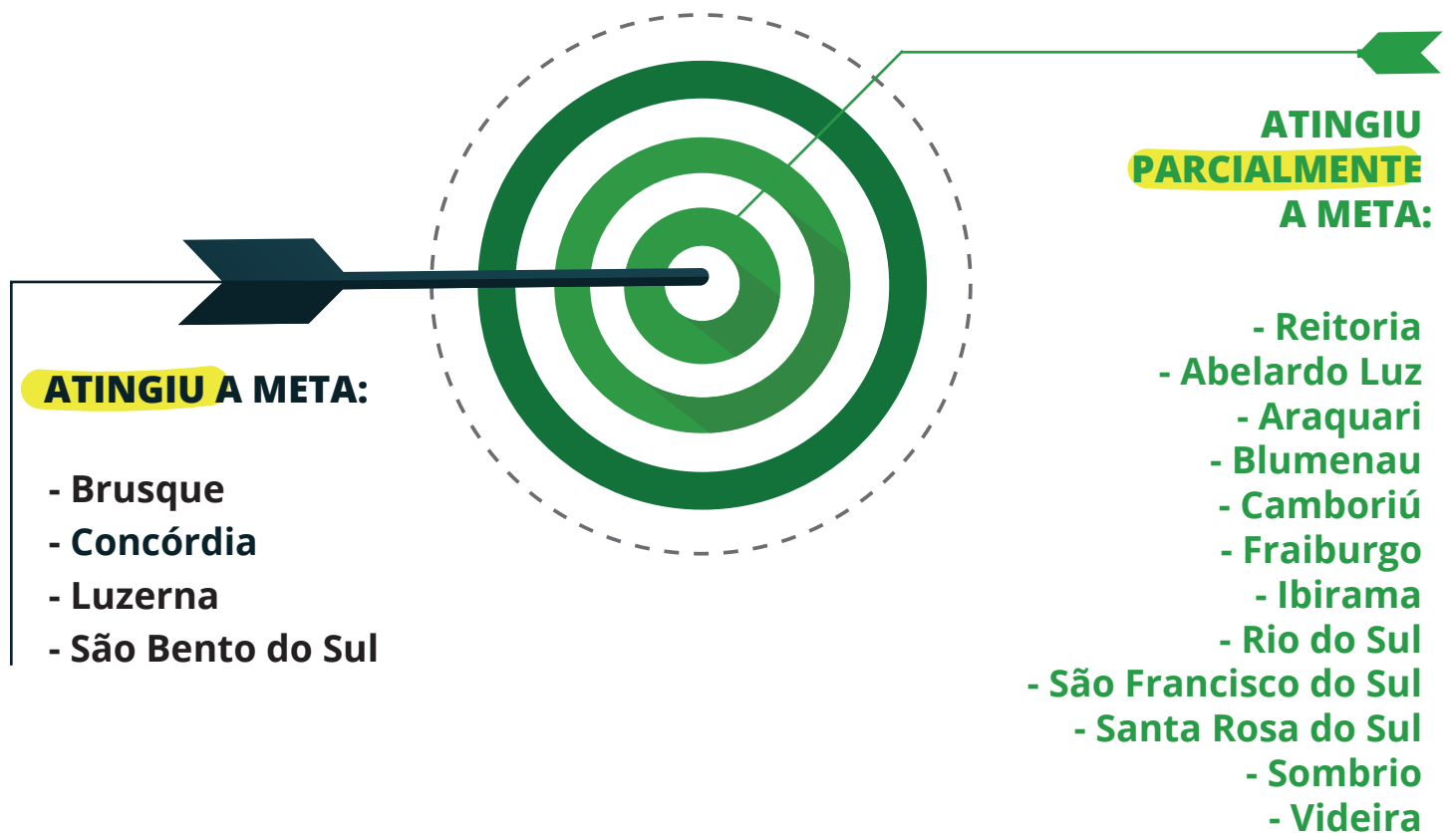
- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

INDICADOR DE MEDIDA:

Número de campi com Gestão de Risco implantada.

META:

Implantar 100% da Gestão de Riscos nos *campi*.



INDICADOR DE MEDIDA:

Quantidade de processos de aquisições e contratações institucionais.

META:

Realizar 30 pregões.

**ATINGIU A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

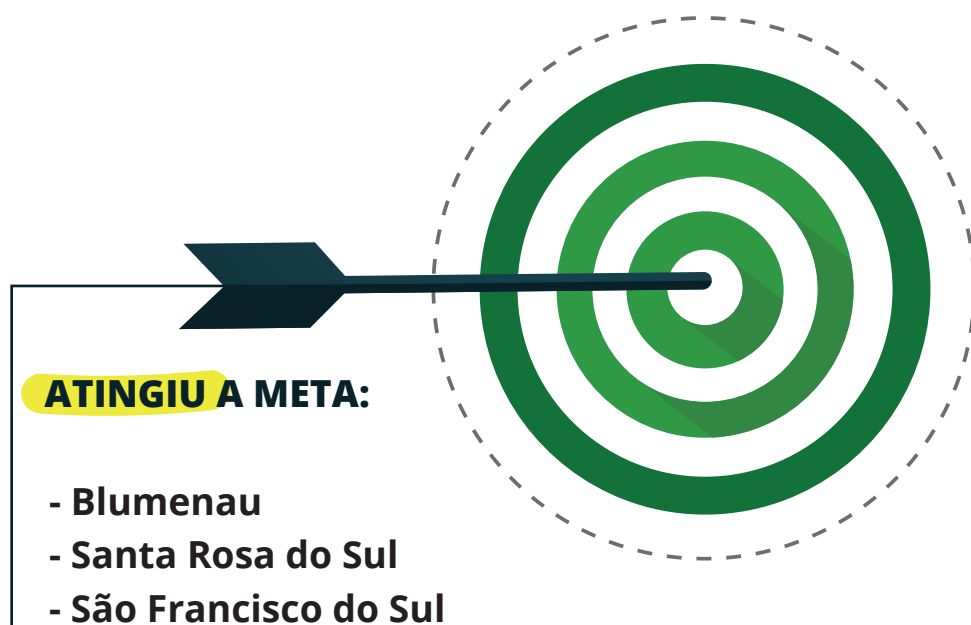
INDICADOR DE MEDIDA:

Percentual de eixos verticalizados.

META:

Obter 100% de eixos verticalizados até 2021.

- Reitoria não se aplica.



**META DE
ACOMPANHAMENTO
PARA 2021:**

- Abelardo Luz
- Araquari
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- São Bento do Sul
- Sombrio
- Videira

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

IMPLANTAR A POLÍTICA DE OFERTA DE CURSOS

45,6%
de atingimento das metas pelas unidades do IFC.

INDICADOR DE MEDIDA:

Percentual de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio, Proeja e formação de professores.

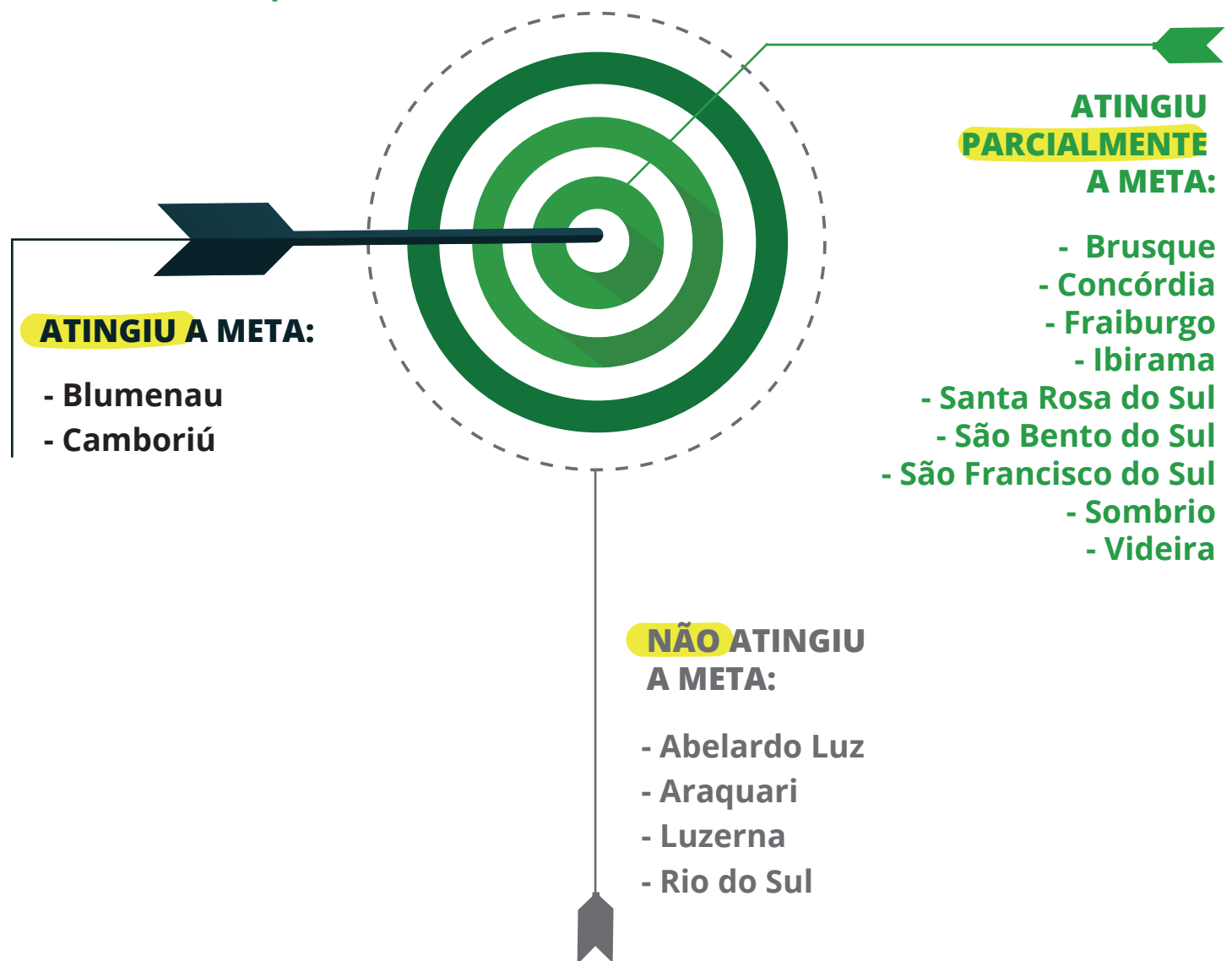
META:

Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio;

Aumentar 30% em EJA;

Garantir 70% da meta estabelecida no TAM em formação de professores.

- Reitoria não se aplica.



INDICADOR DE MEDIDA:

Número de ofertas na modalidade EaD (regular).

META:

Elaborar diretrizes de EaD.

**ATINGIU A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

INSTITUIR POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

56%

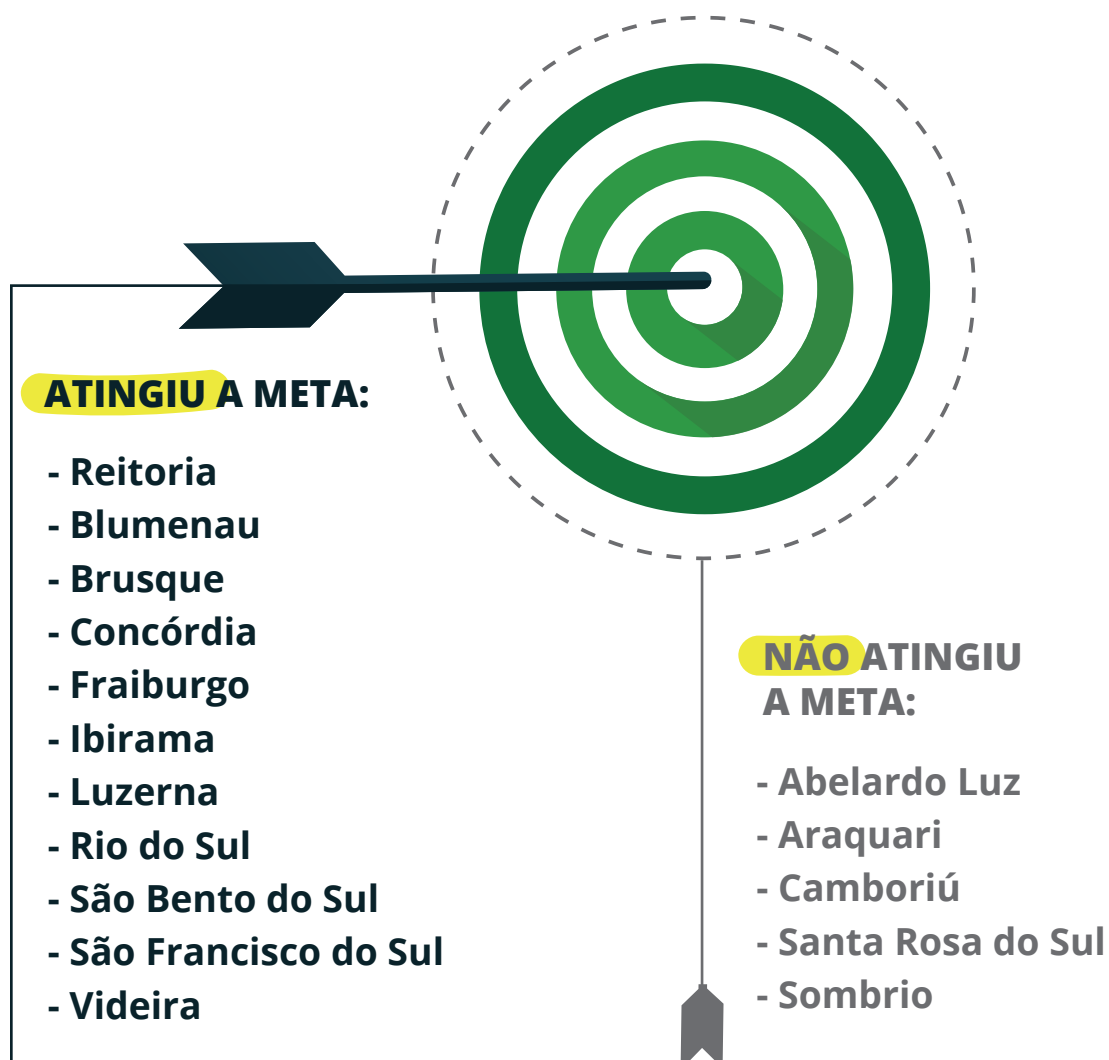
*de atingimento
das metas pelas
unidades do IFC.*

INDICADOR DE MEDIDA:

Quantidade de valores investidos em ações de TI (investimento).

META:

Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por *campus*.



INDICADOR DE MEDIDA:

Número de serviços de TI ofertados na unidade em conformidade com as políticas institucionais de TI.

META:

Catalogar 50% dos serviços.

**ATINGIU A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

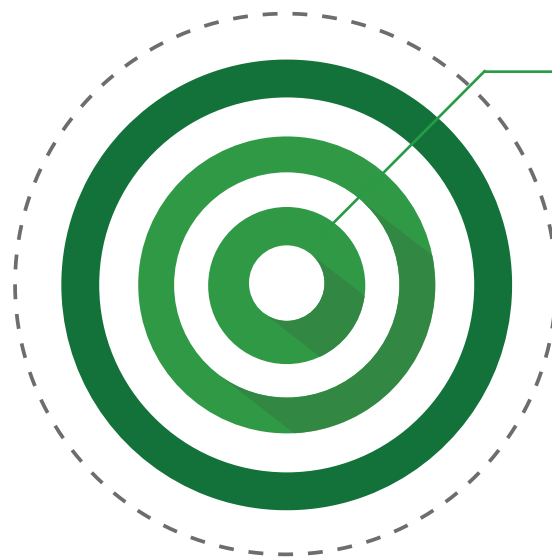
INDICADOR DE MEDIDA:

Número de customizações criadas para o SIG.

META:

Executar as demandas.

- Para o exercício 2019, foram executadas 16 demandas de customização. O atingimento da meta não é mensurado por campus, mas possui efeito em todas as unidades pelo caráter institucional.

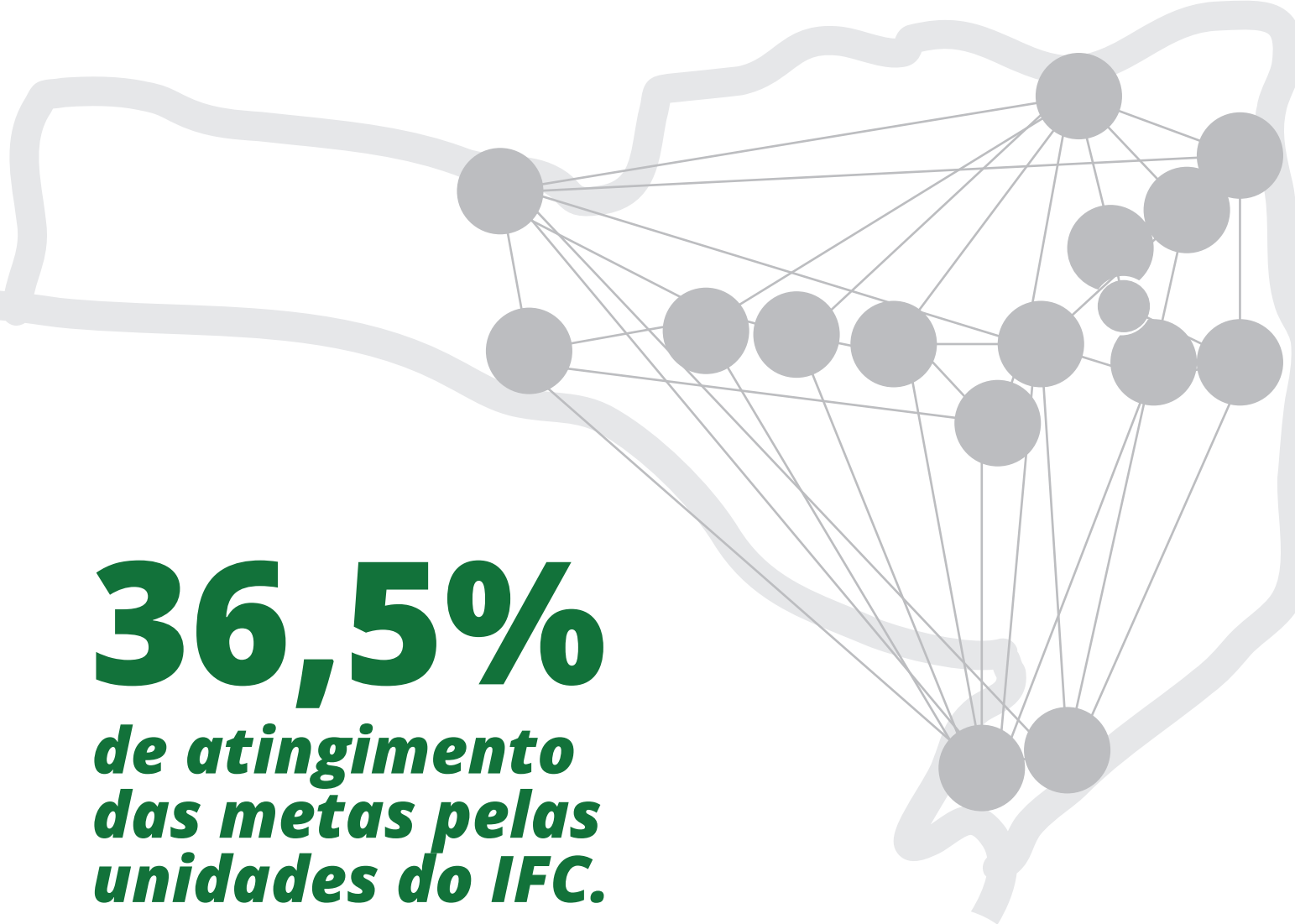


**ATINGIU
PARCIALMENTE
A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

APERFEIÇOAR DIRETRIZES EDUCACIONAIS



36,5%
*de atingimento
das metas pelas
unidades do IFC.*

INDICADOR DE MEDIDA:

Percentual de adequação dos cursos às diretrizes com 75% de unicidade das matrizes.

META:

Adequar 50% dos cursos.

**ATINGIU A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

INDICADOR DE MEDIDA:

Percentual de cursos com Pesquisa e Extensão curricularizadas.

META:

Elaborar e aprovar a diretriz.



**NÃO ATINGIU
A META:**

- | | |
|----------------|------------------------|
| - Reitoria | - Ibirama |
| - Abelardo Luz | - Luzerna |
| - Araquari | - Rio do Sul |
| - Blumenau | - Santa Rosa do Sul |
| - Brusque | - São Bento do Sul |
| - Camboriú | - São Francisco do Sul |
| - Concórdia | - Sombrio |
| - Fraiburgo | - Videira |

INDICADOR DE MEDIDA:

Percentual de cursos autoavaliados.

META:

Institucionalizar a autoavaliação em 100% dos cursos técnicos.

- A institucionalização da autoavaliação de cursos técnicos se deu por meio da aprovação da normativa. O atingimento da meta reflete o percentual de aplicação em cada um dos campi.

- *Reitoria não se aplica.*



INDICADOR DE MEDIDA:

Número de projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão voltados para a melhoria da qualidade da educação básica.

META:

Elaborar o programa institucional.

Apesar de não ter o programa formalizado, o IFC promove diversas ações voltadas à melhoria da qualidade da educação básica, tais como PIBID e Residência Pedagógica.



**NÃO ATINGIU
A META:**

- | | |
|----------------|------------------------|
| - Reitoria | - Ibirama |
| - Abelardo Luz | - Luzerna |
| - Araquari | - Rio do Sul |
| - Blumenau | - Santa Rosa do Sul |
| - Brusque | - São Bento do Sul |
| - Camboriú | - São Francisco do Sul |
| - Concórdia | - Sombrio |
| - Fraiburgo | - Videira |

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

CONSOLIDAR O PROGRAMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

52%

de atingimento das metas pelas unidades do IFC.

INDICADOR DE MEDIDA:

Índice de evasão.

META:

Reduzir a evasão em 0,5% ao ano.

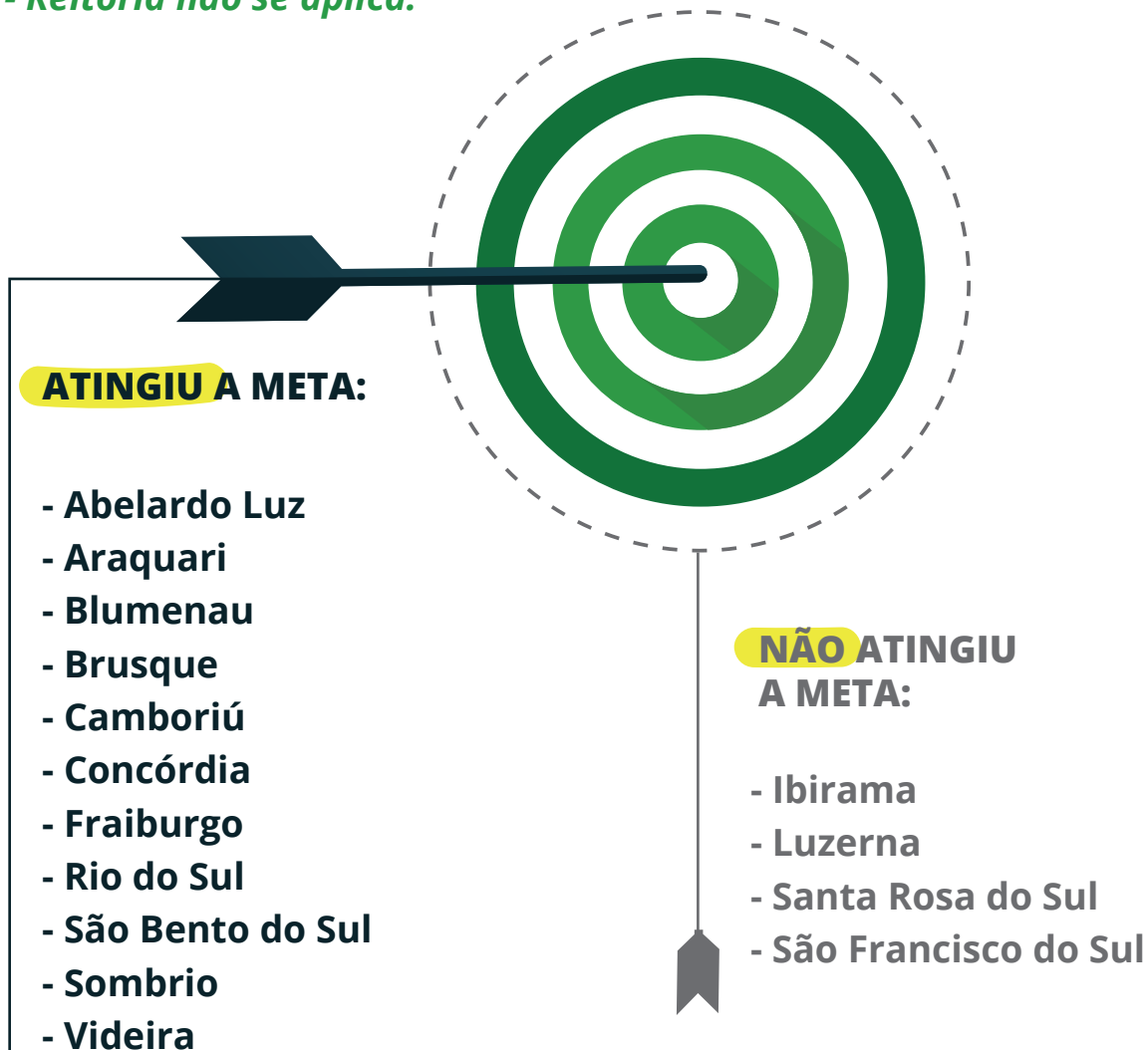
- Reitoria não se aplica.

INDICADOR DE MEDIDA:

Índice de retenção.

META:

Reduzir a retenção em 0,5% ao ano.

- Reitoria não se aplica.

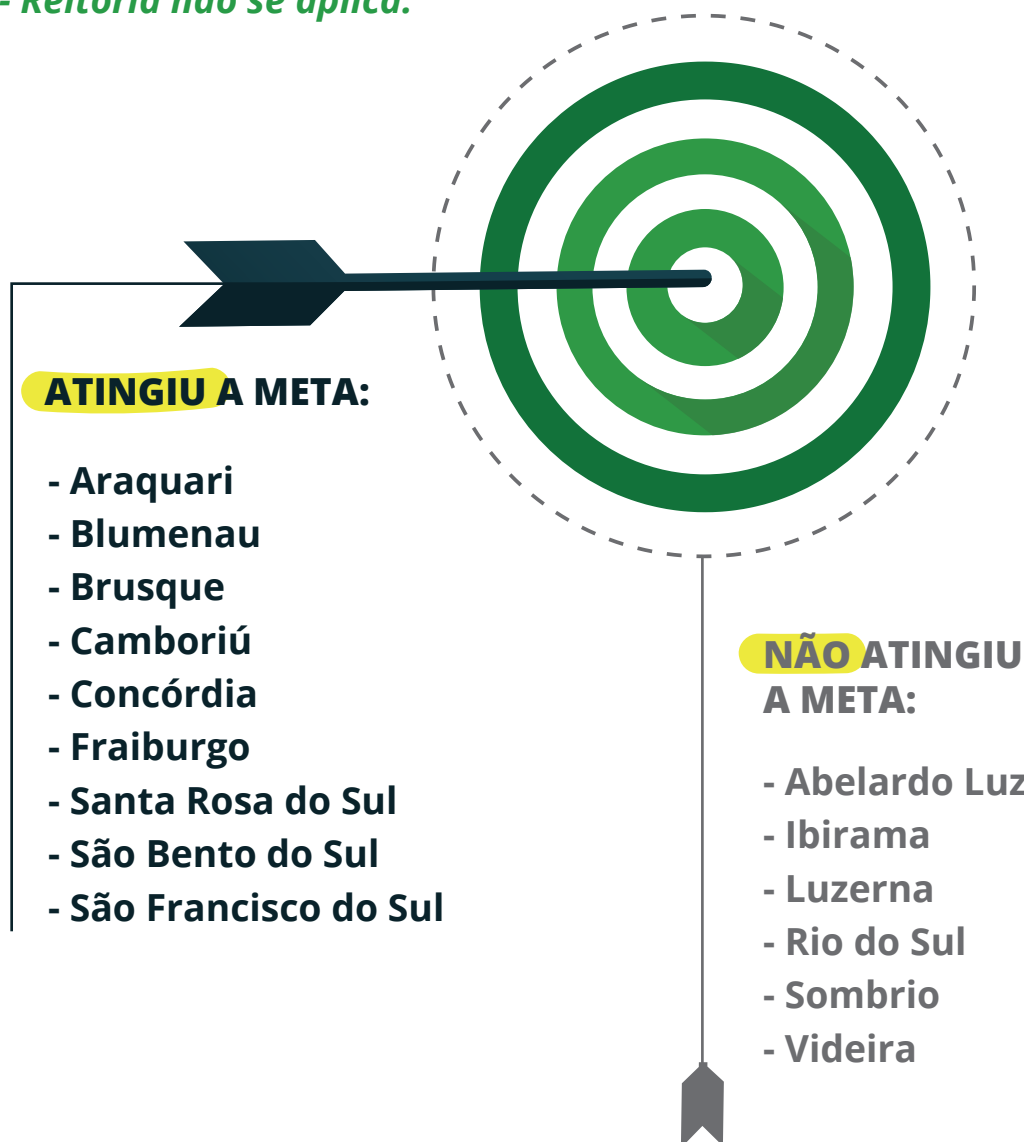
INDICADOR DE MEDIDA:

Número de ações para egressos ou envolvendo egressos.

META:

Realizar, no mínimo, 01 ação por *campus*.

- *Reitoria não se aplica.*



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

FORTALECER A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

59%

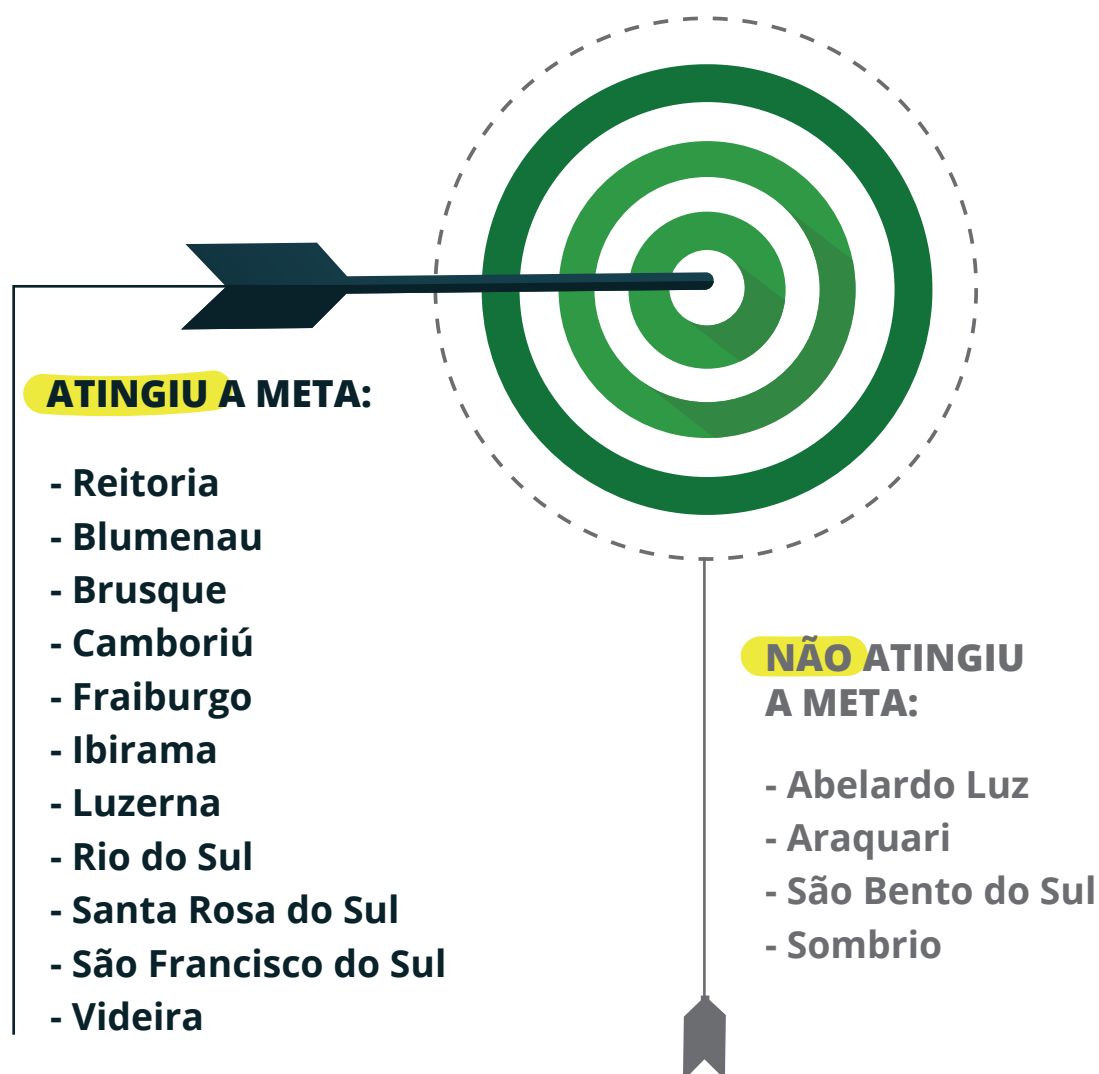
de atingimento das metas pelas unidades do IFC.

INDICADOR DE MEDIDA:

Quantidade de valores alocados em ações de Comunicação; e o Percentual em relação ao orçamento.

META:

Alocar 0,25% do orçamento.

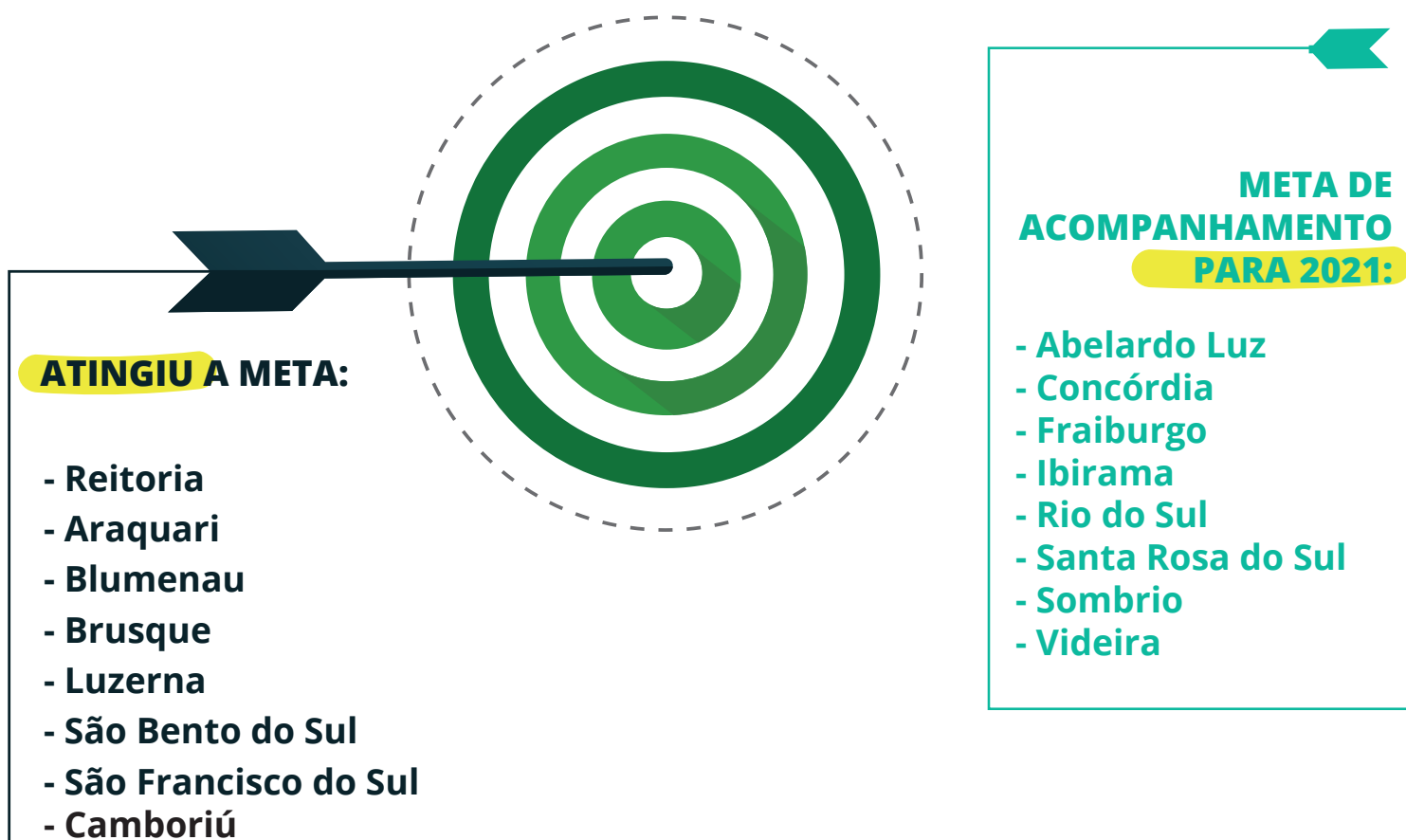


INDICADOR DE MEDIDA:

Número de matérias publicadas internamente (informativo e site) e externamente; Número de ações para divulgação de processo de ingresso (visitas às escolas, panfletagem);

META:

Aumentar em 2% até 2021.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

FORTALECER A INOVAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA

59%

*de atingimento
das metas pelas
unidades do IFC.*

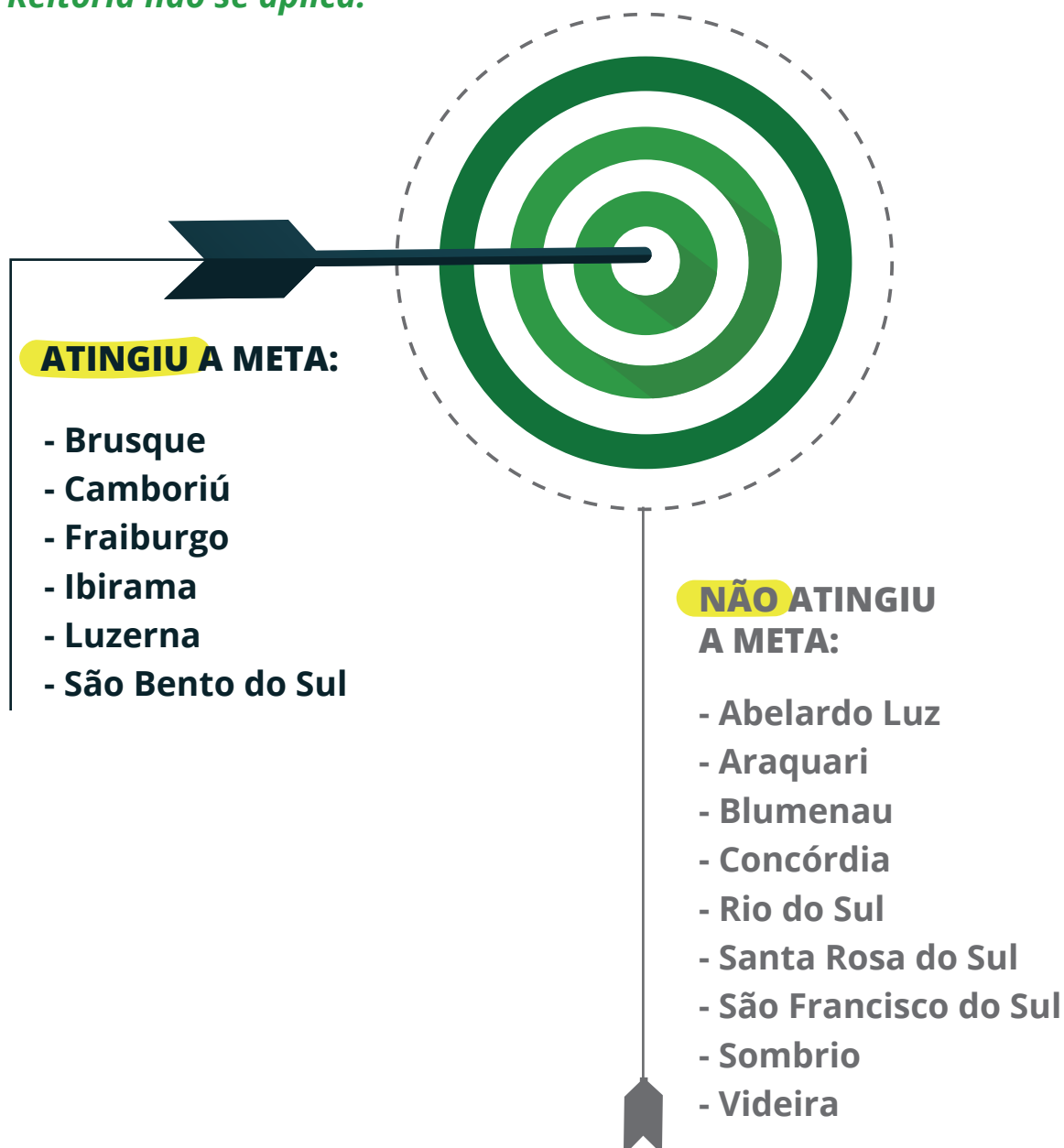
INDICADOR DE MEDIDA:

Número de projetos de Extensão, Pesquisa e Ensino
(Nº de projetos/ Nº de docentes).

META:

Aumentar em 0,5% o número da relação projeto/docente.

- Reitoria não se aplica.



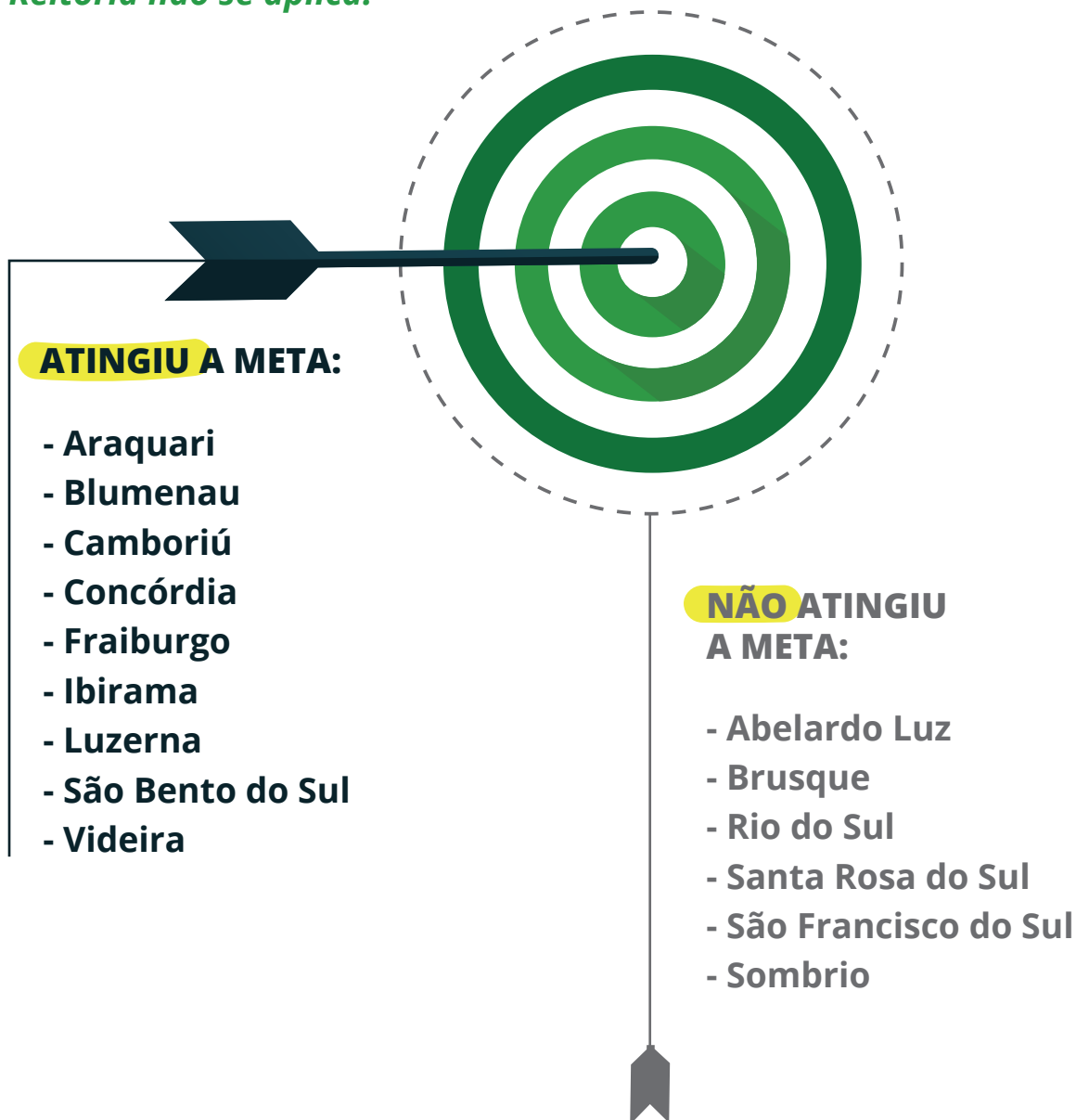
INDICADOR DE MEDIDA:

Número de projetos de Ação e Inovação Social.

META:

Realizar no mínimo 02 projetos por *campus*.

- *Reitoria não se aplica.*

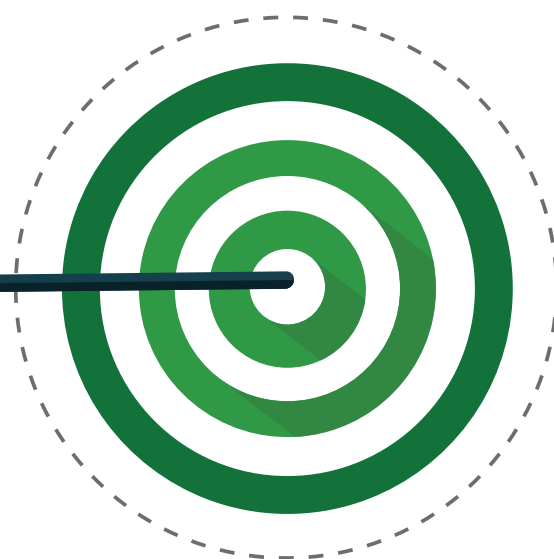


INDICADOR DE MEDIDA:

Número de trabalhos apresentados, artigos e livros/capítulos publicados.

META:

Elevar a produção acadêmica institucional em 2%.

**ATINGIU A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

INDICADOR DE MEDIDA:

Número de obras publicadas pela editora do IFC.

META:

Lançar um edital.



**NÃO ATINGIU
A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

INDICADOR DE MEDIDA:

Número de registros de PI e transferências tecnológicas (proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia);
Número de Empresas Júnior e incubadoras (ações de empreendedorismo).

META:

Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia).

**ATINGIU A META:**

- Reitoria
- Abelardo Luz
- Araquari
- Blumenau
- Brusque
- Camboriú
- Concórdia
- Fraiburgo
- Ibirama
- Luzerna
- Rio do Sul
- Santa Rosa do Sul
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- Sombrio
- Videira

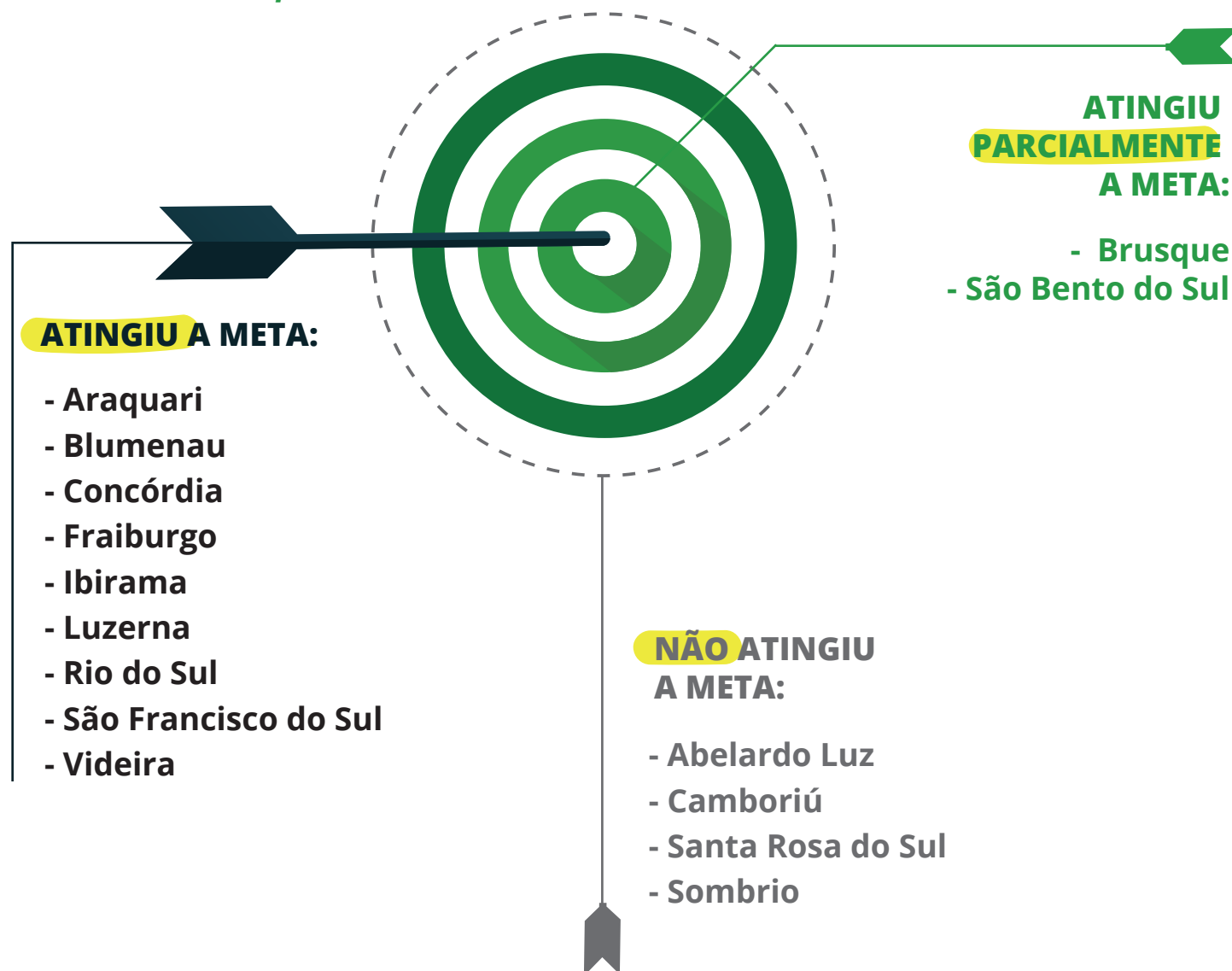
INDICADOR DE MEDIDA:

Percentual do orçamento efetivamente utilizado em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

META:

Utilizar 1% do orçamento para Ensino;
1% do orçamento para Pesquisa;
1% do orçamento para Extensão.

- Reitoria não se aplica.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

53%

*de atingimento
das metas pelas
unidades do IFC.*

INDICADOR DE MEDIDA:

Número de projetos integrados (Pesquisa e Extensão; ou Ensino e Pesquisa; ou Ensino e Extensão) - (Nº de projetos/ Nº de docentes);

META:

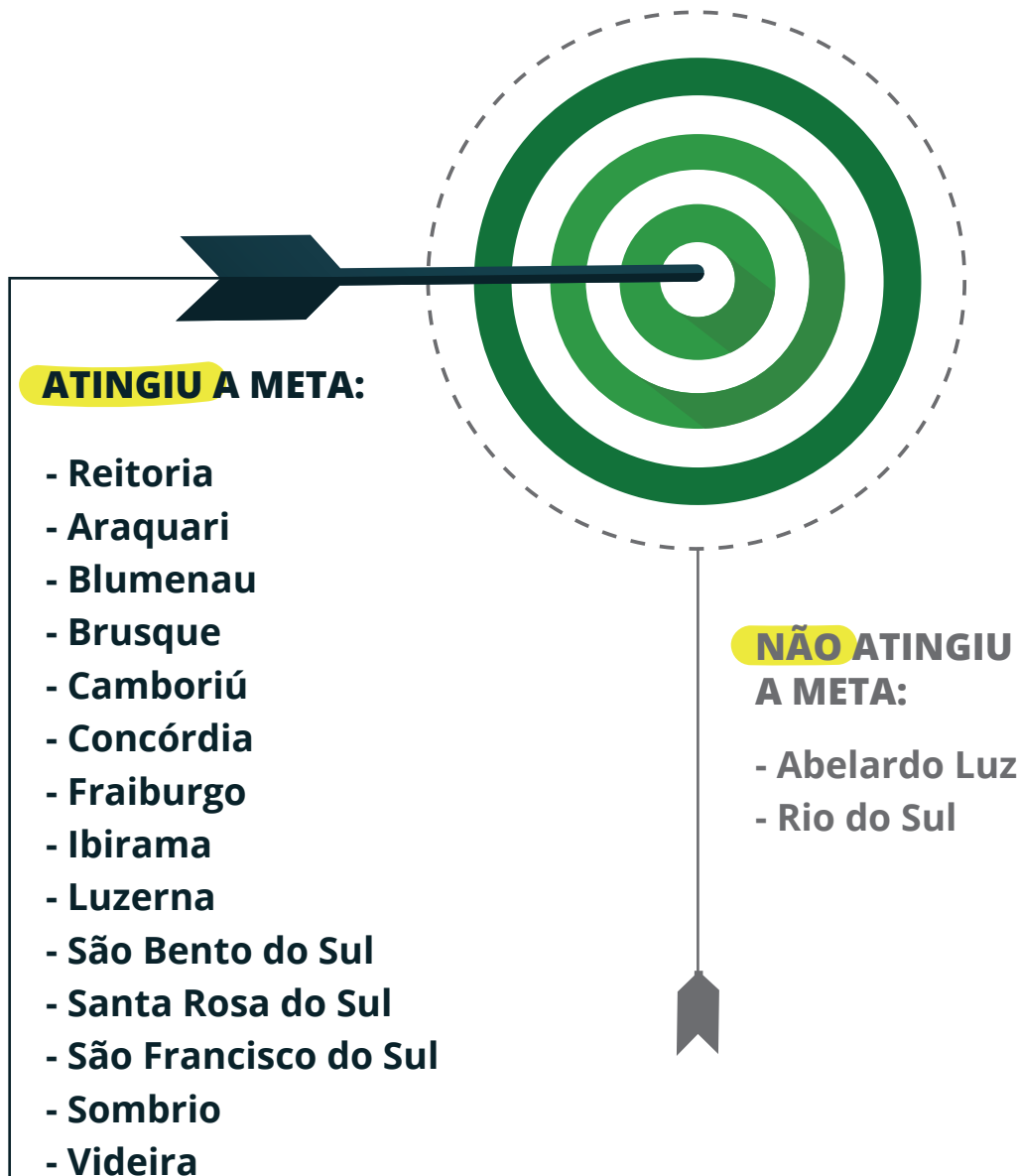
Obter aumento de 0,3%.

- Reitoria não se aplica.



INDICADOR DE MEDIDA:

Número de eventos integrados.

META:Realizar, no mínimo, 01 evento por *campus*.

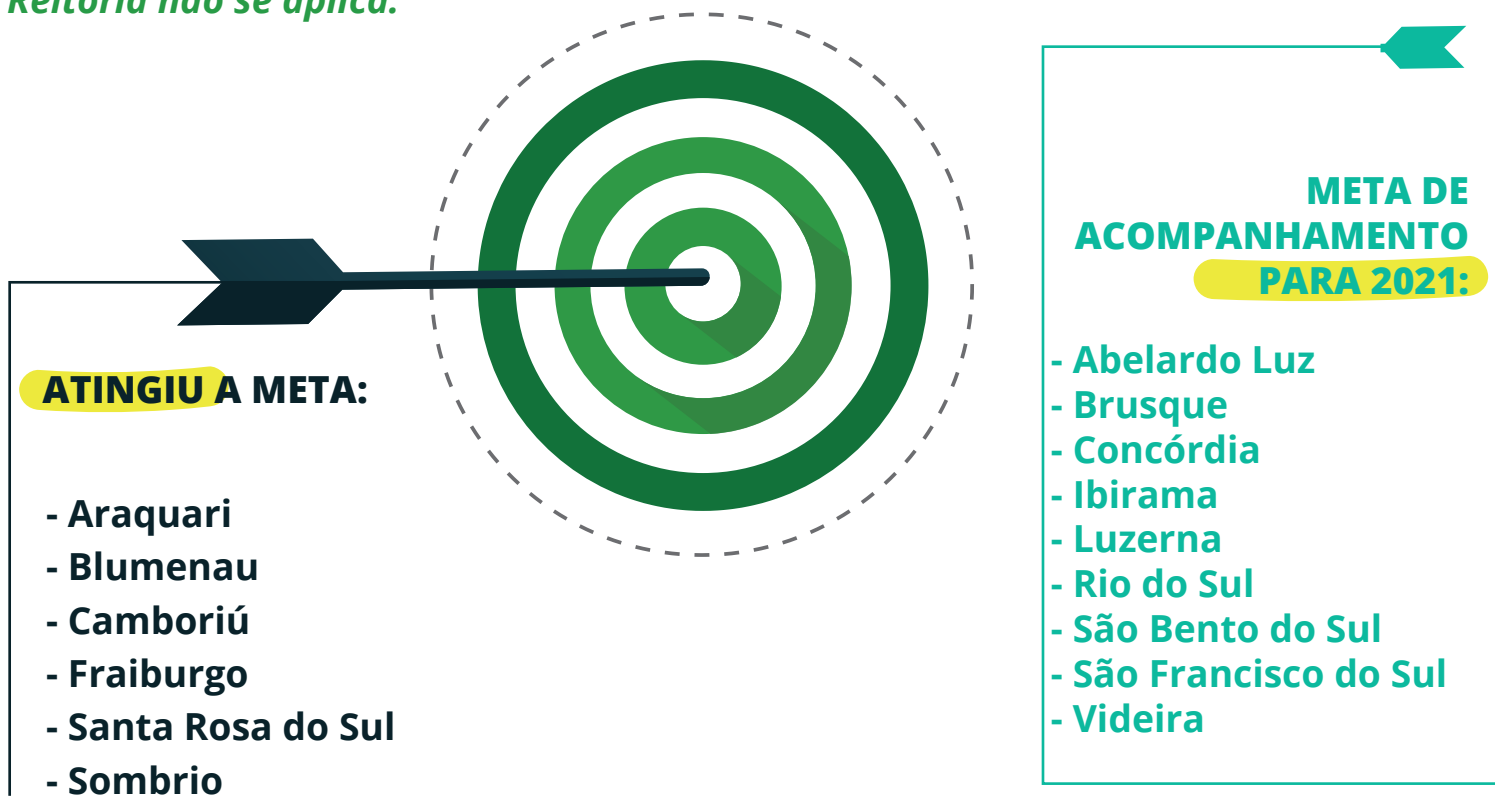
INDICADOR DE MEDIDA:

Número de cursos que contemplem linhas e ações de Pesquisa e Extensão (definidas nos PPCs).

META:

Adequar 50% dos cursos até 2021.

- Reitoria não se aplica.

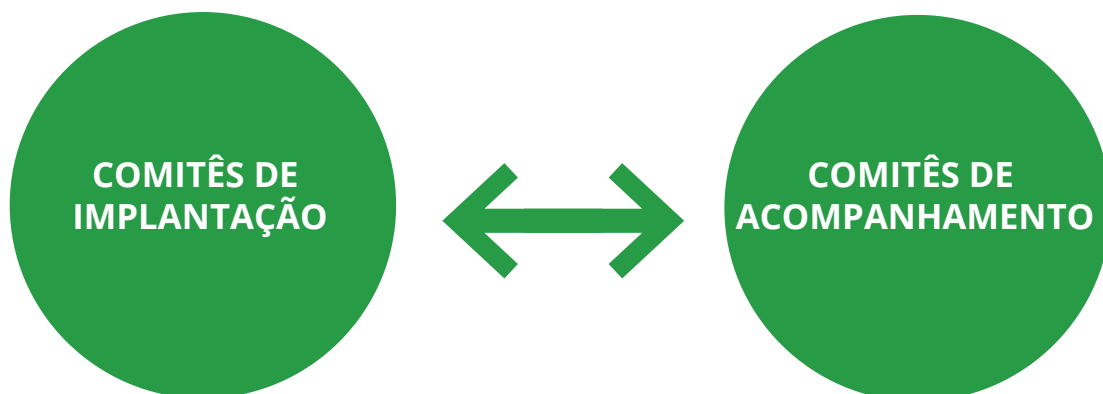


Riscos, Oportunidades e **Perspectivas**

O IFC iniciou o processo de implantação da Gestão de Riscos em 2018 e ao longo de 2019 o processo avançou consideravelmente. Em abril/2019 encerrou o prazo para implantação, segundo a Política de Gestão de Riscos do IFC.

Houve a aprovação desta Política pelo Conselho Superior, por meio da Resolução 19/2019, dando a devida relevância desta ferramenta para a instituição.

Em 2019, os Comitês de Implantação da Gestão de Riscos foram substituídos por Comitês de Acompanhamento.



Foram publicados relatórios individuais por campus, com a identificação do macroprocesso/processo analisado, o objetivo estratégico vinculado, as opções de tratamento, prazo e setor responsável.

Os Relatórios estão disponíveis em <http://ifc.edu.br/2018/03/23/politica-de-gestao-de-riscos/>.

Programas, Projetos e Ações de **Ensino, Pesquisa e Extensão**

A construção do conhecimento ocorre em diferentes tempos, espaços e movimentos. No IFC, os programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão fortalecem e qualificam o processo formativo, articulando saberes, investigação e práticas pedagógicas que se constituem como princípio educativo. Deste movimento resulta o desenvolvimento do estudante e a melhoria das condições de vida das pessoas por meio da inovação, da transferência de conhecimentos e tecnologias estendidas à comunidade, compreendendo a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e da formação profissional. Para viabilizar tais atividades, cada campus do IFC destina 3% do seu orçamento, além dos recursos institucionais e extraorçamentários. A seguir, destacam-se diversas destas iniciativas:

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência:

PIBID | NÚCLEOS → **4**

- **LICENCIATURA EM QUÍMICA** → Araquari
- **LICENCIATURA EM MATEMÁTICA** → Camboriú
→ Concórdia
→ Sombrio
- **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA** → Abelardo Luz
→ Videira

**TOTAL DE
BOLSISTAS**

113



Programa de Residência Pedagógica - RP:

**NÚMERO
DE CURSOS**

→ **2**

- **LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**
 - Camboriú
 - Concórdia
 - Sombrio
- **LICENCIATURA EM FÍSICA**
 - Concórdia

**TOTAL DE
BOLSISTAS**

59

1 →

**Coordenação
Institucional**

4 →

**Docentes
Orientadores**

6 →

Preceptores

48 →

Residentes

Ações e Atividades de Ensino

142

**PROJETOS
DE ENSINO**

159

MONITORIAS

262

**VISITAS
TÉCNICAS**

102

**FORMAÇÃO
DE DOCENTES**



● Jogos

Com objetivo de proporcionar momentos de integração e prática esportiva entre a comunidade acadêmica, os Jogos são organizados em etapa interna, regional e nacional. Em 2019 em comemoração aos 100 anos da Rede Federal não houve etapa regional.

Participantes em 2019:

Etapa Interna - JIFC 750 estudantes

Etapa Nacional - JIF Nacional 45 estudantes

● Atendimento ao Estudante

O acompanhamento aos estudantes, no IFC, se constitui de estratégias efetivas para o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem. São desenvolvidos programas e ações, por equipes multiprofissionais compostas por docentes e profissionais técnicos das áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, entre outras, conforme especificidades de cada *campus*.

● Atendimento da Equipe Multiprofissional

Com as diferentes especialidades profissionais, as equipes multiprofissionais atuam de forma articulada para o processo de formação integral do estudante com ações de apoio pedagógico, atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, orientação e sensibilização sobre temáticas como promoção de saúde, bem-estar e inclusão dos discentes com deficiência.

● Atendimento Educacional Especializado

É o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e com necessidades específicas que demandam acompanhamento pedagógico contínuo.

● Alimentação Escolar

Gradativamente vem sendo executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com complementação de orçamento próprio em diversos campi do IFC. Em 2019 houve oferta de alimentação escolar nos *campi* Abelardo Luz, Araquari, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, sendo o serviço realizado de acordo com as especificidades de cada *campus*.

● Auxílios Estudantis

O IFC possui o Programa de Auxílios Estudantis (PAE), que tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PAE oferta três modalidades de auxílios estudantis: Auxílio Moradia, Auxílio Permanência I e Auxílio Permanência II. Além do PAE, são ofertados auxílios financeiros para participação dos estudantes em eventos e visitas técnicas e para participação destes nos Jogos dos Institutos Federais.

- N° de atendidos pelo Edital n° 005/2019 Renovação Automática, do Programa de Assistência Estudantil: 372 estudantes.
- N° de atendidos pelo Edital n° 004/2019: 2179 estudantes.
- N° de atendidos pelo Edital n° 043 /2019 2° semestre: 824 estudantes:
- N° de atendidos pelo Edital n° 96/2018, dos Jogos dos Institutos Federais: 750 estudantes no JIFC, 45 estudantes atendidos no JIF Nacional.

● Moradia Estudantil

A moradia estudantil é uma concessão e constitui-se como uma das ações de Permanência e Êxito, que visa atender gratuitamente os estudantes que estejam regularmente matriculados no IFC. Entende-se por moradia estudantil a oferta de dormitórios coletivos, com regimentos que estabelecem as normas de acesso, convivência, utilização, conservação e permanência, pelos estudantes regularmente matriculados. Cada campus possui um edital para a seleção dos estudantes.



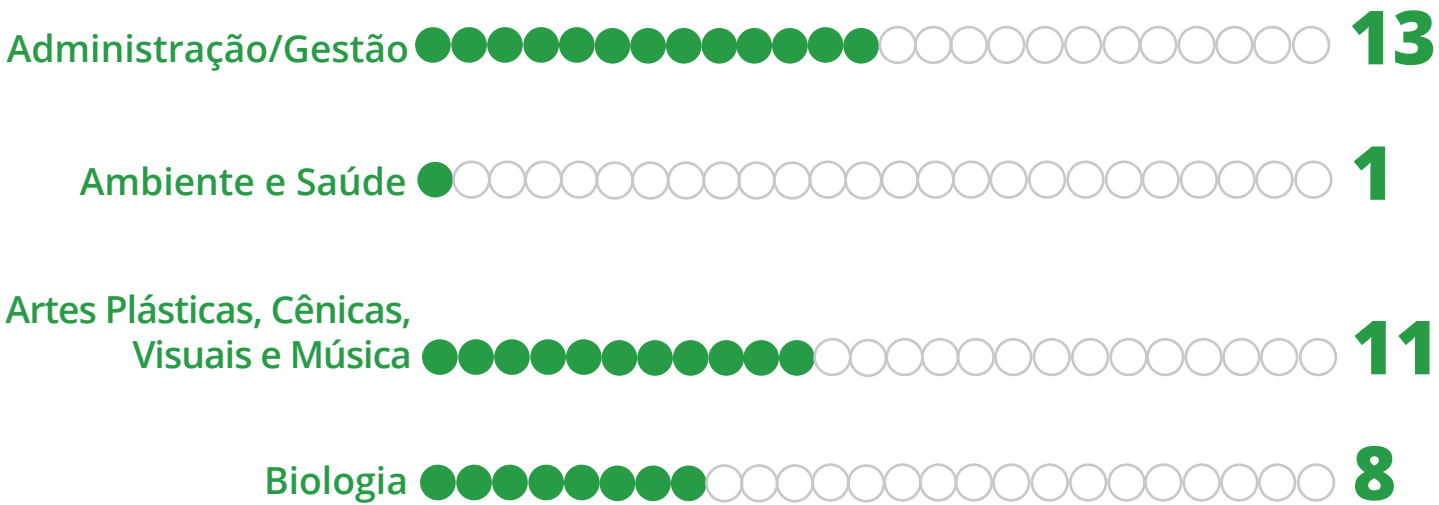


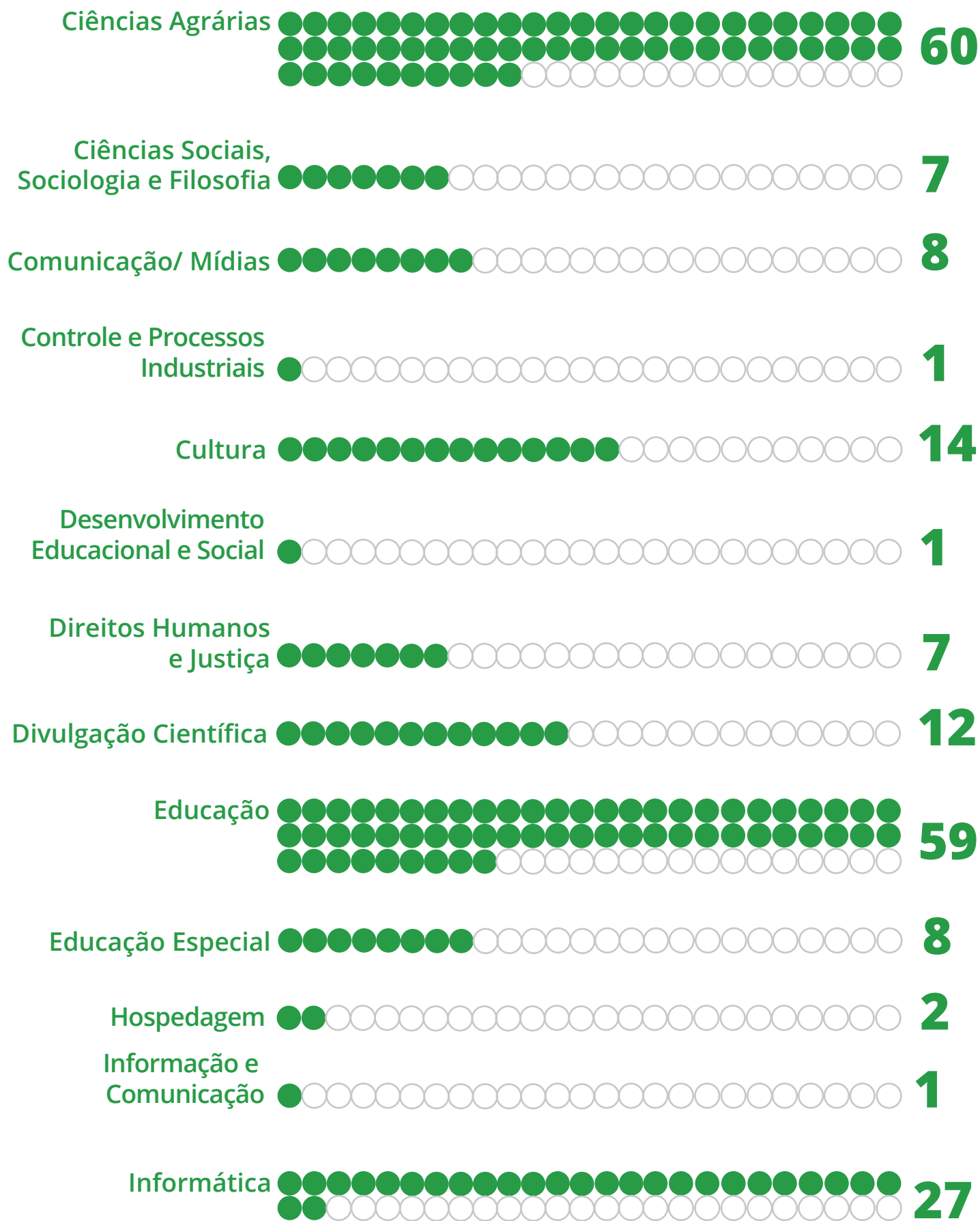
Atividades Extensionistas

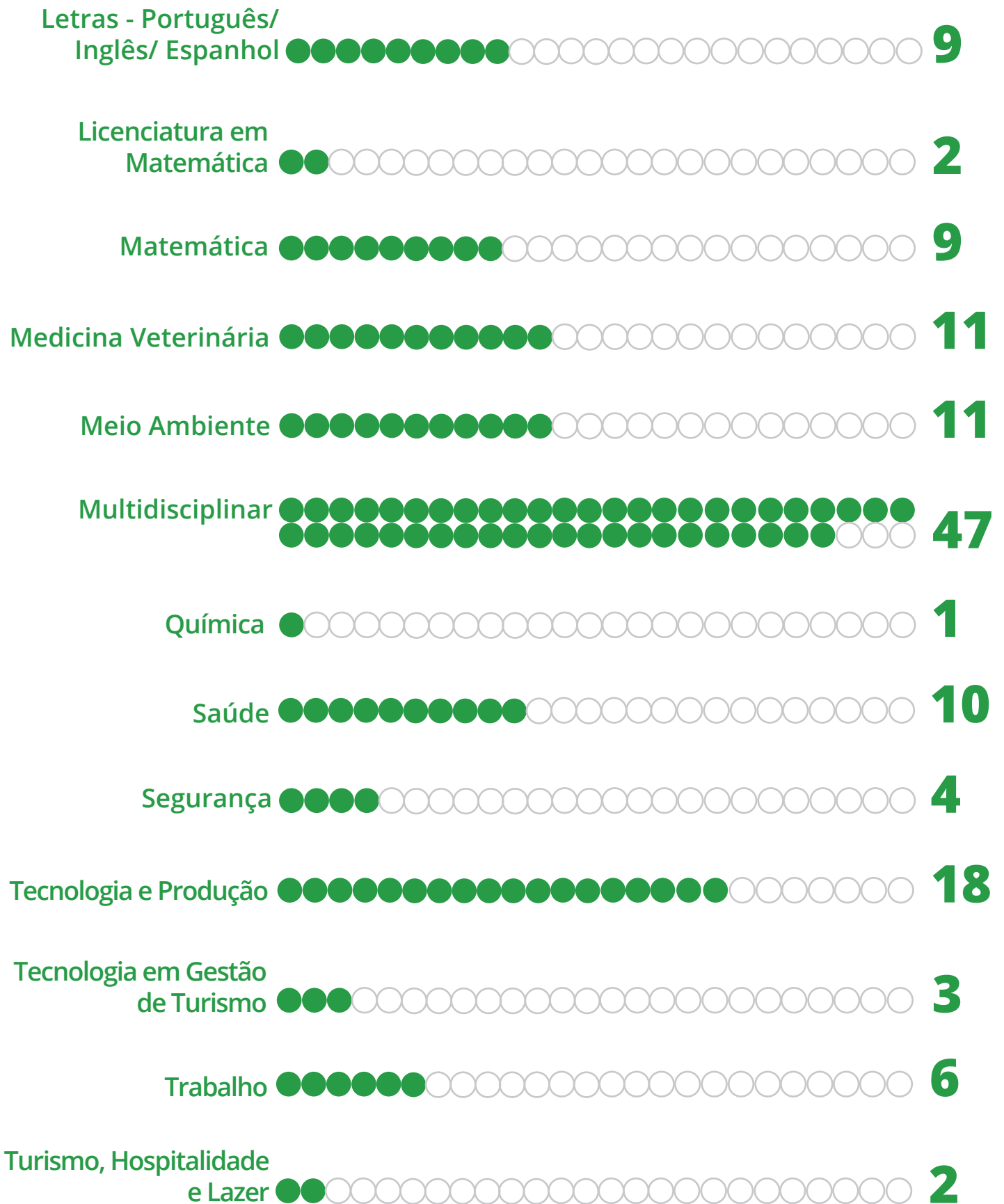
A Pró-Reitoria de Extensão tem como princípio instigar atividades que promovam articulação entre o saber fazer e a realidade da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural de cada região sede dos Campi do Instituto Federal Catarinense. A Extensão, segundo o IFC na Resolução nº 054 – CONSUPER/2012, artigo 1º: *“é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável entre o ensino, a pesquisa/ inovação e a extensão, viabiliza uma relação transformadora de forma a estender os conhecimentos e as técnicas para transformar, científica e concretamente, em benefícios à sociedade.”*

A Pró-Reitoria é composta pela Diretoria de Extensão, Coordenação de Estágios e Convênios e Coordenação de Programas, Projetos e Ações, Egressos, Empreendedorismo e a Revista de Extensão do IFC.

537 TOTAL DE AÇÕES DE EXTENSÃO EM 2019, DISTRIBUIDAS EM:

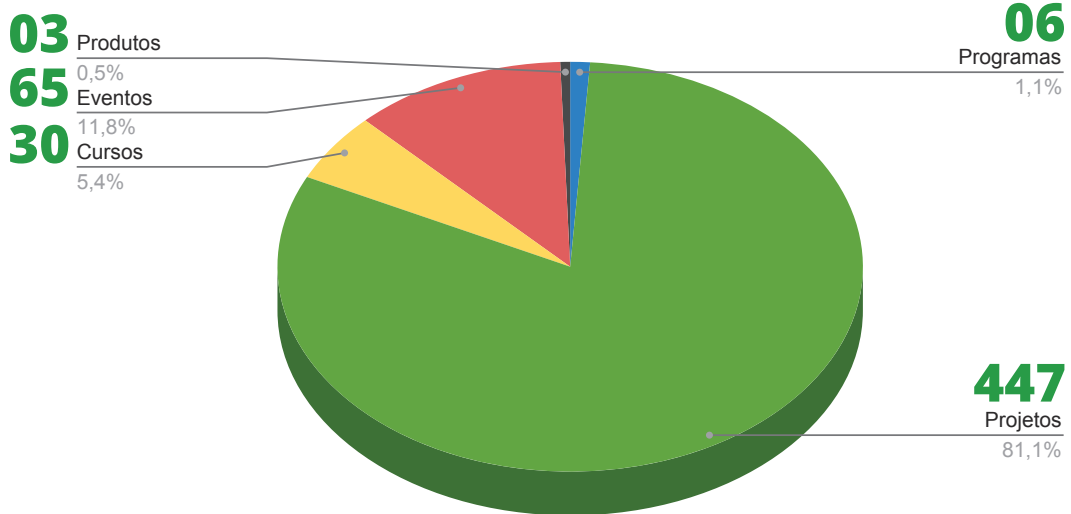




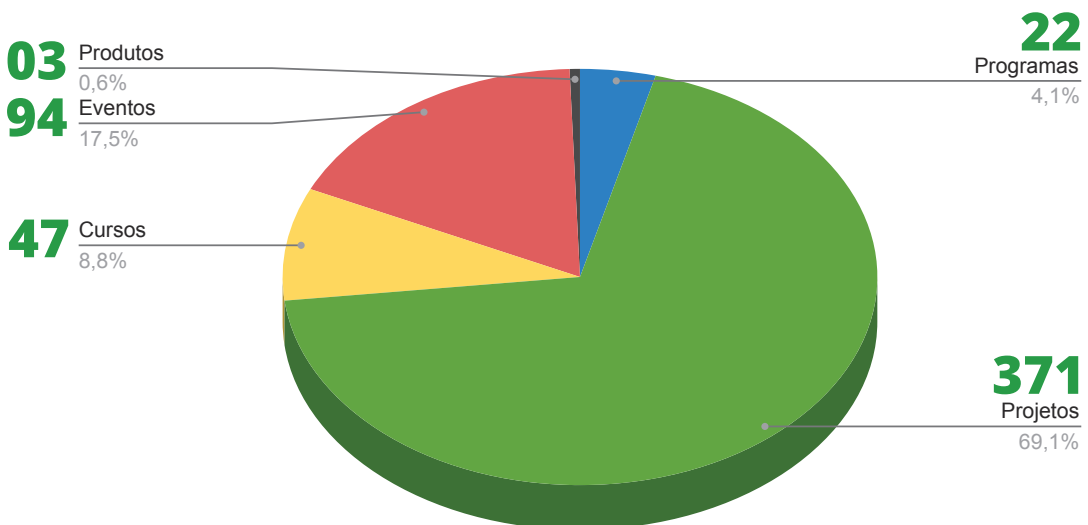


Ações de Extensão

551 ações em 2018 Divididas em:



537 ações em 2019 Divididas em:



Atendimentos aos Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais



Valores de Custeio e Investimento na Extensão



1. Editais nº 135/2018, 136/2018, 03/2019 e 18/2019): BOLSISTAS MÉDIO/TÉCNICO: R\$200,00 cada bolsa; BOLSISTAS ENSINO SUPERIOR: R\$400,00 cada bolsa.
2. BOLSAS, MATERIAIS E SERVIÇOS: R\$ 255.500,00 (Valor de 50% da PROEX no Edital nº 130/2018)
EVENTOS PARA A COMUNIDADE EXTERNA, ESTUDANTES E SERVIDORES: R\$ 112.500,00 (Valor de 50% da PROEX no Edital nº 134/2018).

Parcerias e Convênios com a Sociedade

411

CONVÊNIOS

24

COOPERAÇÕES
TÉCNICAS/ ADITIVOS

43

PRIMEIRO
SETOR

Poder Público

368

SEGUNDO
SETOR

Setor Empresarial

24

TERCEIRO
SETOR

Entidades Sem
Fins Lucrativos

Estágio
Emprego
Egresso

1.716 Estagiários
encaminhados

154 Egressos
encaminhados
para emprego

105 Egressos
que continuaram
seus estudos no IFC
em 2019

Atividades de

Pesquisa, Pós-graduação

e Inovação

Programa de Apoio à Produção e Publicação Científica e Tecnológica – PAPCT

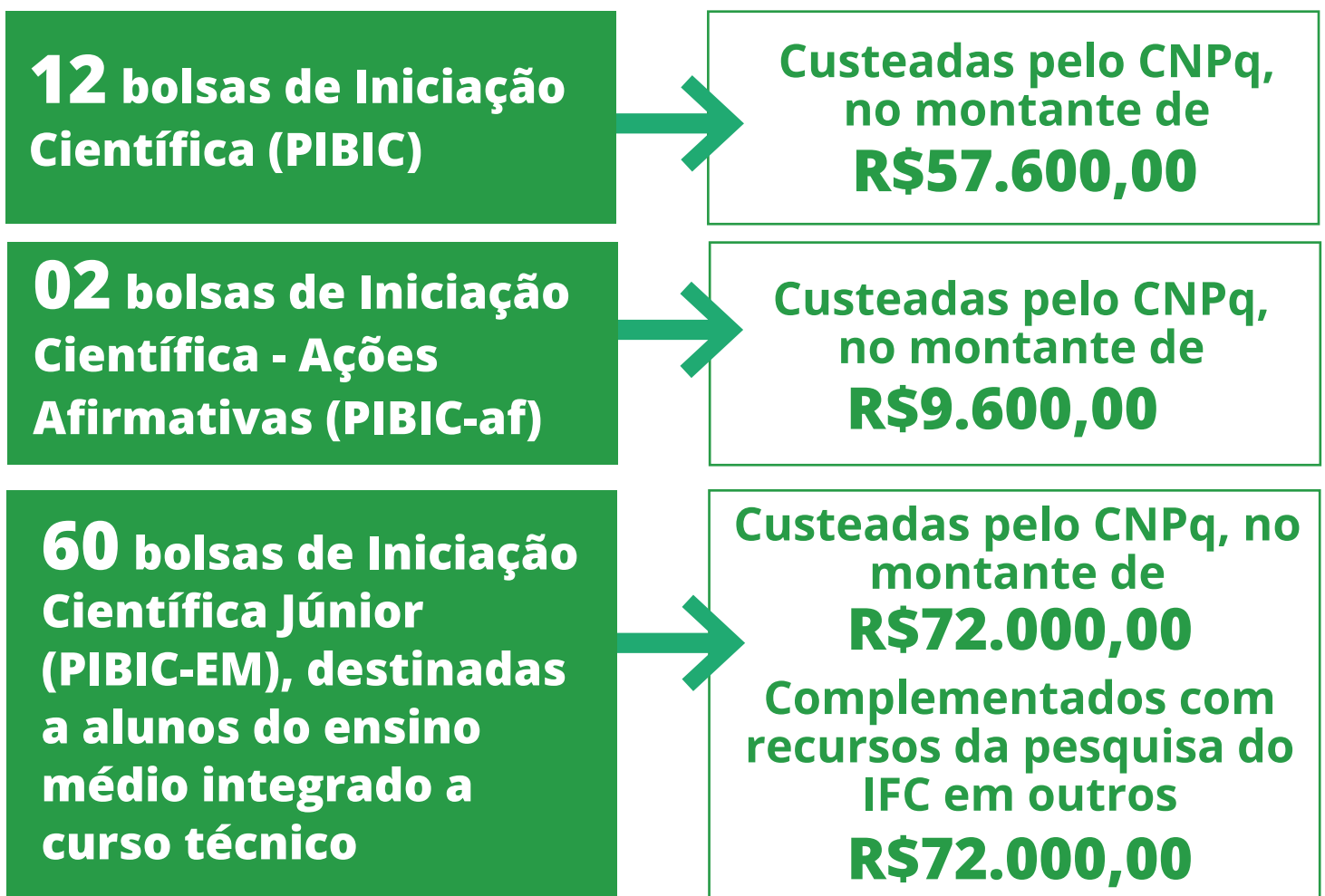
O Programa de Apoio à Produção e Publicação Científica e Tecnológica (PAPCT), coordenado pela PROPI, prevê o apoio financeiro à pesquisa com recursos orçamentários do IFC que, mediante a seleção de projetos e propostas por meio de editais, concede bolsas e auxílios a servidores, pesquisadores e alunos.

Quanto à concessão de bolsas, a PROPI lançou três editais em 2019 (apoio a projetos aplicados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; apoio aos Comitês de Ética no Uso de Animais; e apoio às Coordenações de Pesquisa e de Extensão), totalizando a concessão de **941 bolsas a alunos de ensino de graduação** e **91 bolsas a alunos do ensino médio integrado a curso técnico**, totalizando **R\$ 414.800,00 com recursos orçamentários da pesquisa, extensão e inovação.**

Em relação aos auxílios a servidores pesquisadores, em 2019, foram publicados editais de apoio a realização eventos técnico-científicos nos campi e a projetos aplicados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, por meio dos quais foram disponibilizados **R\$ 278.860,00 para aquisição de itens de custeio** a **79 projetos contemplados**, via cartão pesquisador, com recursos orçamentários da pesquisa, extensão e inovação.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Programa Institucional de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq – PIBIC, PIBIC-af, PIBIC-EM e PIBITI

O IFC mantém, em parceria com o CNPq, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e o Programa Institucional de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, por meio do qual foram ofertadas, em 2019, 92 bolsas a alunos distribuídas nas seguintes modalidades:



18 bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI)



Custeadas pelo CNPq, no montante de R\$86.400,00

Inovação Tecnológica

A política de inovação do IFC ainda está em tramitação para aprovação de nova resolução. Entretanto, as ações desenvolvidas em 2019 consistiram em:

26 registros de propriedade intelectual, entre concedidos ou solicitados

a um custo de aproximadamente R\$ 5.000,00.

O custo de R\$ 5.000,00 se refere a taxas pagas em 2019, os processos podem ter custos nos próximos anos.

Execução do Edital 156/2018 – DESENVOLVIMENTO DE PROJETO VOLTADOS PARA A INOVAÇÃO “MEU PRIMEIRO INVENTO” DO IFC,

com 13 projetos contemplados, com a concessão de 26 bolsas para alunos de graduação e 9 bolsas para alunos do ensino médio técnico integrado a curso técnico, totalizando R\$120.000,00 em bolsas, além da concessão de recursos financeiros via Cartão BB-Pesquisa, para aquisição de material de custeio, no montante de R\$81.033,00, para Cartão BB-Pesquisa, para aquisição de material permanente, no montante de R\$39.996,00, com recursos orçamentários do Núcleo de Inovação Tecnológica.

Lançamento do Edital 70/2019 – EDITAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO COM DEMANDA INDUZIDA

para execução em 2020, com possibilidade de até 10 projetos para contemplar possuindo R\$10.000,00 de bolsas por projeto e no valor de custeio de R\$ 7.000,00 no Cartão BB-Pesquisa por projeto, totalizando R\$ 100.000,00 em bolsas e R\$ 70.000,00 em custeio.

Lançamento do Edital 71/2019 – EDITAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PROTOTIPAGEM E TT

para execução em 2020, com possibilidade de até 6 projetos para contemplando, possuindo R\$10.000,00 de bolsas por projeto e no valor de custeio de R\$ 5.000,00 no Cartão BB-Pesquisa por projeto, totalizando R\$ 60.000,00 em bolsas e R\$ 30.000,00 em custeio

Lançamento do Edital 78/2019 – EDITAL DE SELEÇÃO DE BOLSISTAS PARA ATUAR NO NIT/IFC

para execução em 2020 e 2021, com 1 bolsa nível superior (graduado) no valor de R\$1.720,00 e 2 bolsas de nível graduação (graduando) no valor de R\$ 720,00 por bolsa, totalizando R\$75.840,00, com recurso de R\$60.000,00 da FAPESC (Edital 14/2019) e R\$15.840,00 de recursos orçamentários do Núcleo de Inovação Tecnológica.

Os dados referentes às Bolsas PIBITI/CNPq

estão contabilizadas no item “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Programa Institucional de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq – PIBIC, PIBIC-af, PIBIC-EM e PIBITI”, totalizando 18 bolsas, no montante de R\$ 86.400,00.

Parceria com PROPI, PROEX e PROEN no lançamento do Edital nº 55/2019 -

APOIO A PROJETOS INTEGRADOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO APLICADOS AOS ARRANJOS PRODUTIVOS, CULTURAIS E SOCIAIS LOCAIS NOS CAMPUS DO IFC”, com aporte de R\$ 53.000,00 para custeio do orçamento do Núcleo de Inovação Tecnológica, para execução em 2020.

Visita técnica do Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica em todas as unidades do IFC

Reitoria (01), Abelardo Luz (02), Araquari (03), Blumenau (04), Brusque (05), Camboriú (06), Concórdia (07), Fraiburgo (08), Ibirama (09), Luzerna (10), Rio do Sul (11), Santa Rosa do Sul (12), São Bento do Sul (13), São Francisco do Sul (14), Sombrio (15) e Videira (16), com recurso de aproximadamente R\$ 2.500,00 em diárias do Núcleo de Inovação Tecnológica.

O Núcleo de Inovação Tecnológica ministrou o módulo Inovação

na disciplina de Inovação e Design na pós-graduação lato sensu - Gestão da Tecnologia da Informação no IFC Campus Rio do Sul.

O Núcleo de Inovação Tecnológica ministrou na condição de convidado a disciplina de Propriedade Intelectual

na pós-graduação stricto sensu - Mestrado Profissional em Tecnologia e Ambiente do IFC Campus Araquari.

Participação do Núcleo de Inovação Tecnológica

como membro em reuniões e ações do Conselho Estadual de Combate a Pirataria do Estado de Santa Catarina – CECOP/SC.

Participação do Núcleo de Inovação Tecnológica representando o IFC

como pactuado do Pacto pela Inovação de Santa Catarina. Ações, reuniões e membro do GT – Conhecimento e Talentos.

Contratos de transferência de tecnologia em processo de negociação.

Um contrato de transferência econômica com o 11º Pedido de Patente do IFC com a empresa SIGMA Consultoria e um contrato de transferência social envolvendo um produto derivado com o 5º Pedido de Patente do IFC e o município de Pomerode.

Pós-Graduação

A Política de Pós-Graduação do IFC e o Regimento Geral de Pós-Graduação estão sendo construídos, foram debatidos nos colegiados dos cursos stricto sensu encontram-se em fase de conclusão.

QUANTITATIVO:

19

AÇÃO:

Pós-Graduação *Lato-Sensu* funcionando em 2019.

QUANTITATIVO:

03

AÇÃO:

PPC-Pós-Graduação *Lato-Sensu* submetidos em 2019 cujo funcionamento começa em 2020.

QUANTITATIVO:

04

AÇÃO:

Pós-Graduação *Stricto-Sensu* funcionando em 2019.

QUANTITATIVO:

01

AÇÃO:

Acordo de Cooperação Internacional Programa de Especialização Docente Brasil ("PED BRASIL").

QUANTITATIVO:

02

AÇÃO:

APCN's submetidos à CAPES.

APCN's aprovados cujo cursos iniciaram em 2020.

A aprovação dos PCNs ocorrerá somente em março/2020.

Produção Científica do IFC - 2019

- 357** Projetos de Pesquisa
- 246** Artigos Completos em Periódicos
- 118** Capítulos de Livros publicados
- 14** Livros publicados
- 71** Orientação Iniciação Científica
- 16** Orientação de Dissertação de Mestrado
- 14** Co-orientação de Dissertação de Mestrado
- 01** Co-orientação de Tese de Doutorado
- 01** Orientação/Supervisão de Pós-Doutorado
- 18** Projetos de Pesquisa
- 122** Trabalhos completos publicados em eventos

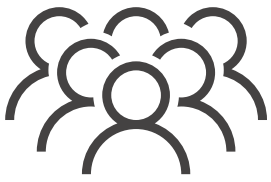


(Fonte: Plataforma Carlos Chagas/fevereiro 2019)

Divulgação Científica

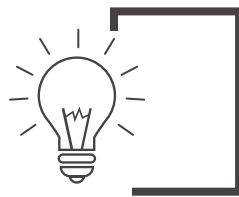
Os eventos **XII Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI)**, **V IFCultura**, **I EPROMUNDO** e **I IFC.AÇÃO** ocorreram simultaneamente e foram organizados pelas Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Em 2019, os eventos foram realizados no Campus Brusque e contaram com, aproximadamente:



900

Participantes



287

Trabalhos

de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação apresentados.



150

Estudantes

apresentadores de peças culturais.

- Mostra interativa dos *campi* do IFC, com a apresentação de seus cursos, projetos, produtos, protótipos, programas, invenções/patentes, empresas Júniores, Incubadoras de Empresas ou Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares;

- Promoção e realização de ações socioambientais que permitem deixar o legado dos eventos tanto para o *campus* e quanto para a cidade anfitriã.



R\$200.000,00
de investimento para a realização dos eventos.

Valor dividido entre a Reitoria e os *campi* do IFC.

Cerca de 19 outros eventos Técnico-científicos foram organizados e realizados também pelos *campi*, em 2019.

Quantidade de Revistas Científicas	03
Números de Eventos Técnico-científicos	19
Publicações Editora IFC	18

Recursos Aplicados pela PROPI em Pesquisa, Extensão e Inovação

Campus	Projetos contemplados	Número de Bolsas de Ensino Médio	Número de Bolsas de Ensino Superior	Bolsas CNPq (R\$)	Bolsas NIT (R\$)	Bolsas PROPI (R\$)
Abelardo Luz	1	4	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.600,00
Araquari	70	43	50	R\$ 75.100,00	R\$ 32.000,00	R\$ 67.500,00
Blumenau	5	7	1	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Brusque	7	8	1	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.800,00
Camboriú	4	3	0	R\$ 1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 1.500,00
Concórdia	36	8	44	R\$ 31.800,00	R\$ 34.200,00	R\$ 44.600,00
Fraiburgo	2	0	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000,00
Ibirama	3	1	2	R\$ 2.800,00	R\$ 0,00	R\$ 4.700,00
Luzerna	15	4	13	R\$ 6.800,00	R\$ 0,00	R\$ 24.000,00
Rio do Sul	67	46	49	R\$ 70.500,00	R\$ 17.200,00	R\$ 66.000,00
Santa Rosa do Sul	15	8	15	R\$ 6.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 26.800,00
São Bento do Sul	9	11	6	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 18.400,00
São Francisco do Sul	6	12	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.900,00
Sombrio	3	2	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.400,00
Videira	14	11	0	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.400,00
Reitoria	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00
TOTAL	257	168	185	R\$ 200.500,00	R\$ 109.400,00	R\$ 317.600,00

Campus	Bolsas PROEX		Custeio PROPI (R\$)	Custeio PROEX (R\$)	Investimento/ Capital NIT (R\$)	Total PROPI (R\$)
	(R\$)	Custeio NIT (R\$)				
Abelardo Luz	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	R\$ 1.025,00	R\$ 1.025,00	R\$ 0,00	R\$ 6.625,00
Araquari	R\$ 27.200,00	R\$ 23.481,00	R\$ 16.249,00	R\$ 16.249,00	R\$ 12.733,00	R\$ 83.749,00
Blumenau	R\$ 1.800,00	R\$ 2.675,00	R\$ 4.217,50	R\$ 4.217,50	R\$ 0,00	R\$ 10.217,50
Brusque	R\$ 5.400,00	R\$ 0,00	R\$ 8.846,00	R\$ 8.846,00	R\$ 0,00	R\$ 19.646,00
Camboriú	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.990,00	R\$ 4.990,00	R\$ 0,00	R\$ 6.490,00
Concórdia	R\$ 38.700,00	R\$ 27.194,00	R\$ 17.748,00	R\$ 17.748,00	R\$ 14.714,00	R\$ 62.348,00
Fraiburgo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 6.500,00
Ibirama	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.700,00
Luzerna	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 14.396,00	R\$ 14.396,00	R\$ 0,00	R\$ 38.396,00
Rio do Sul	R\$ 36.000,00	R\$ 8.925,00	R\$ 18.702,50	R\$ 18.702,50	R\$ 7.700,00	R\$ 84.702,50
Santa Rosa do Sul	R\$ 18.000,00	R\$ 6.618,00	R\$ 13.807,50	R\$ 13.807,50	R\$ 3.295,00	R\$ 40.607,50
São Bento do Sul	R\$ 14.400,00	R\$ 9.239,00	R\$ 10.576,00	R\$ 10.576,00	R\$ 3.333,00	R\$ 28.976,00
São Francisco do Sul	R\$ 9.900,00	R\$ 0,00	R\$ 8.287,50	R\$ 8.287,50	R\$ 0,00	R\$ 20.187,50
Sombrio	R\$ 5.400,00	R\$ 0,00	R\$ 1.335,00	R\$ 1.335,00	R\$ 0,00	R\$ 10.735,00
Videira	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	R\$ 16.750,00	R\$ 16.750,00	R\$ 0,00	R\$ 27.150,00
Reitoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00
TOTAL	R\$ 182.000,00	R\$ 78.132,00	R\$ 139.430,00	R\$ 139.430,00	R\$ 41.775,00	R\$ 457.030,00

Campus	Total PROEX		
	Total CNPq (R\$)	(R\$)	Total NIT (R\$)
Abelardo Luz	R\$ 0,00	R\$ 4.625,00	R\$ 0,00
Araquari	R\$ 75.100,00	R\$ 43.449,00	R\$ 68.214,00
Blumenau	R\$ 1.000,00	R\$ 6.017,50	R\$ 8.675,00
Brusque	R\$ 1.000,00	R\$ 14.246,00	R\$ 0,00
Camboriú	R\$ 1.500,00	R\$ 4.990,00	R\$ 0,00
Concórdia	R\$ 31.800,00	R\$ 56.448,00	R\$ 76.108,00
Fraiburgo	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00
Ibirama	R\$ 2.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Luzerna	R\$ 6.800,00	R\$ 32.396,00	R\$ 0,00
Rio do Sul	R\$ 70.500,00	R\$ 54.702,50	R\$ 33.825,00
Santa Rosa do Sul	R\$ 6.000,00	R\$ 31.807,50	R\$ 19.913,00
São Bento do Sul	R\$ 0,00	R\$ 24.976,00	R\$ 22.572,00
São Francisco do Sul	R\$ 0,00	R\$ 18.187,50	R\$ 0,00
Sombrio	R\$ 0,00	R\$ 6.735,00	R\$ 0,00
Videira	R\$ 4.000,00	R\$ 20.350,00	R\$ 0,00
Reitoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 200.500,00	R\$ 321.430,00	R\$ 229.307,00

Campus	Total GERAL (R\$)
Abelardo Luz	R\$ 22.500,00
Araquari	R\$ 541.024,00
Blumenau	R\$ 51.820,00
Brusque	R\$ 69.784,00
Camboriú	R\$ 25.960,00
Concórdia	R\$ 453.408,00
Fraiburgo	R\$ 18.000,00
Ibirama	R\$ 15.000,00
Luzerna	R\$ 155.184,00
Rio do Sul	R\$ 487.460,00
Santa Rosa do Sul	R\$ 196.656,00
São Bento do Sul	R\$ 153.048,00
São Francisco do Sul	R\$ 76.750,00
Sombrio	R\$ 34.940,00
Videira	R\$ 103.000,00
Reitoria	R\$ 12.000,00
TOTAL	R\$ 2.416.534,00

Recursos Aplicados pelos campi em Pesquisa e Inovação

Quantitativos:

	Projetos submetidos	Projetos aprovados	Número de Servidores envolvidos	Número de alunos bolsistas envolvidos em projetos	Bolsas de Ensino Médio	Bolsas de Ensino Superior	Bolsas de Mestrado
Abelardo Luz	2	1	4	4	0	1	0
Araquari	16	11	33	11	2	9	0
Blumenau	3	3	13	6	5	1	0
Brusque	6	4	9	7	6	1	0
Camboriú	32	30	26	15	10	5	0
Concórdia	34	20	48	20	10	10	0
Fraiburgo	6	6	6	10	9	1	0
Ibirama	12	11	19	11	9	2	0
Luzerna	15	11	29	11	5	6	0
Rio do Sul	23	13	23	25	0	25	0
Santa Rosa do Sul	0	0	0	0	0	0	0
São Bento do Sul	4	4	8	8	7	1	0
São Francisco do Sul	7	7	7	8	6	2	0
Sombrio	0	0	0	0	0	0	0
Videira	24	23	63	23	13	10	0
TOTAL	184	144	288	159	82	74	0

Aplicação de Recursos:

	Bolsas EM e ES (R\$)	Bolsas de Mestrado (R\$)	Custeio (R\$)	Investimento (R\$)	Total (R\$)
Abelardo Luz	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Araquari	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00
Blumenau	R\$ 11.200,00	R\$ 0,00	R\$ 9.835,00	R\$ 6.500,00	R\$ 16.335,00
Brusque	R\$ 12.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.800,00
Camboriú	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.474,95	R\$ 0,00	R\$ 10.474,95
Concórdia	R\$ 60,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00
Fraiburgo	R\$ 18.800,00	R\$ 0,00	R\$ 18.800,00	R\$ 0,00	R\$ 18.800,00
Ibirama	R\$ 25.866,70	R\$ 0,00	R\$ 12.327,77	R\$ 0,00	R\$ 38.194,47
Luzerna	R\$ 23.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.000,00
Rio do Sul	R\$ 54.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 54.400,00
Santa Rosa do Sul	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
São Bento do Sul	R\$ 1.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.800,00
São Francisco do Sul	R\$ 14.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.000,00
Sombrio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Videira	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00

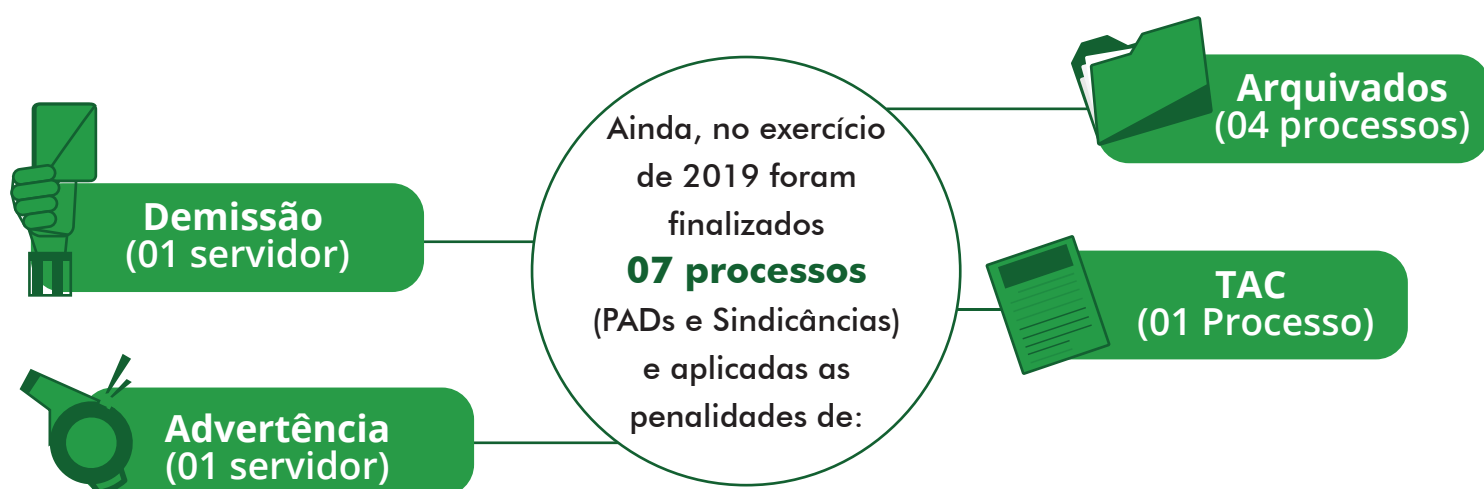
TOTAL	R\$ 259.126,70	R\$ 0,00	R\$ 47.437,72	R\$ 6.560,00	R\$ 279.864,42
--------------	-----------------------	-----------------	----------------------	---------------------	-----------------------

Apoio à Governança e Comunicação

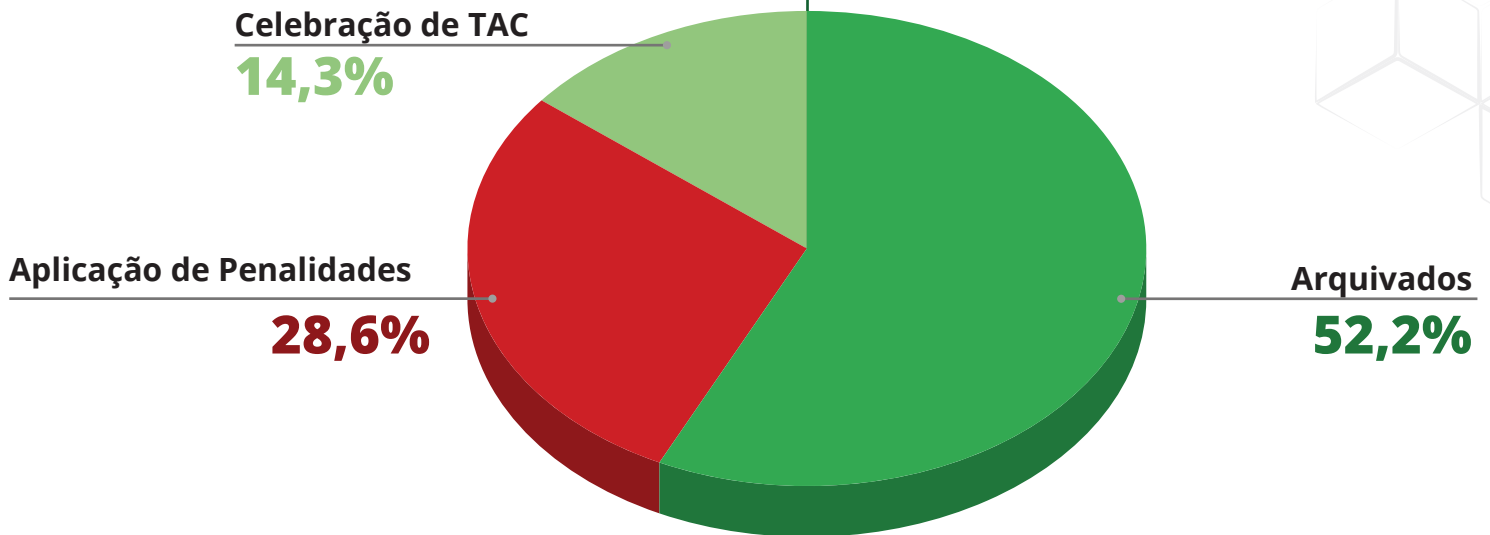
Corregedoria:

Durante o exercício de 2019, a Corregedoria pautou suas ações na orientação, na atuação preventiva e na adoção de formas simplificadas de apuração dos fatos, ampliando a eficiência administrativa em relação aos atos correicionais no âmbito da Instituição.

Em 2019 chegou ao conhecimento da Corregedoria:



Em termos percentuais, dos processos concluídos, temos:



Ouvidoria:

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre a administração do Instituto Federal Catarinense e a comunidade interna e externa, que tem por finalidade dar os devidos encaminhamentos referentes aos serviços prestados pela instituição.

No ano de 2019 a Carta de serviço ao Usuário, foi editada dentro da página de serviços do governo federal a qual poder ser visualizada pelo endereço:

<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-catarinense>

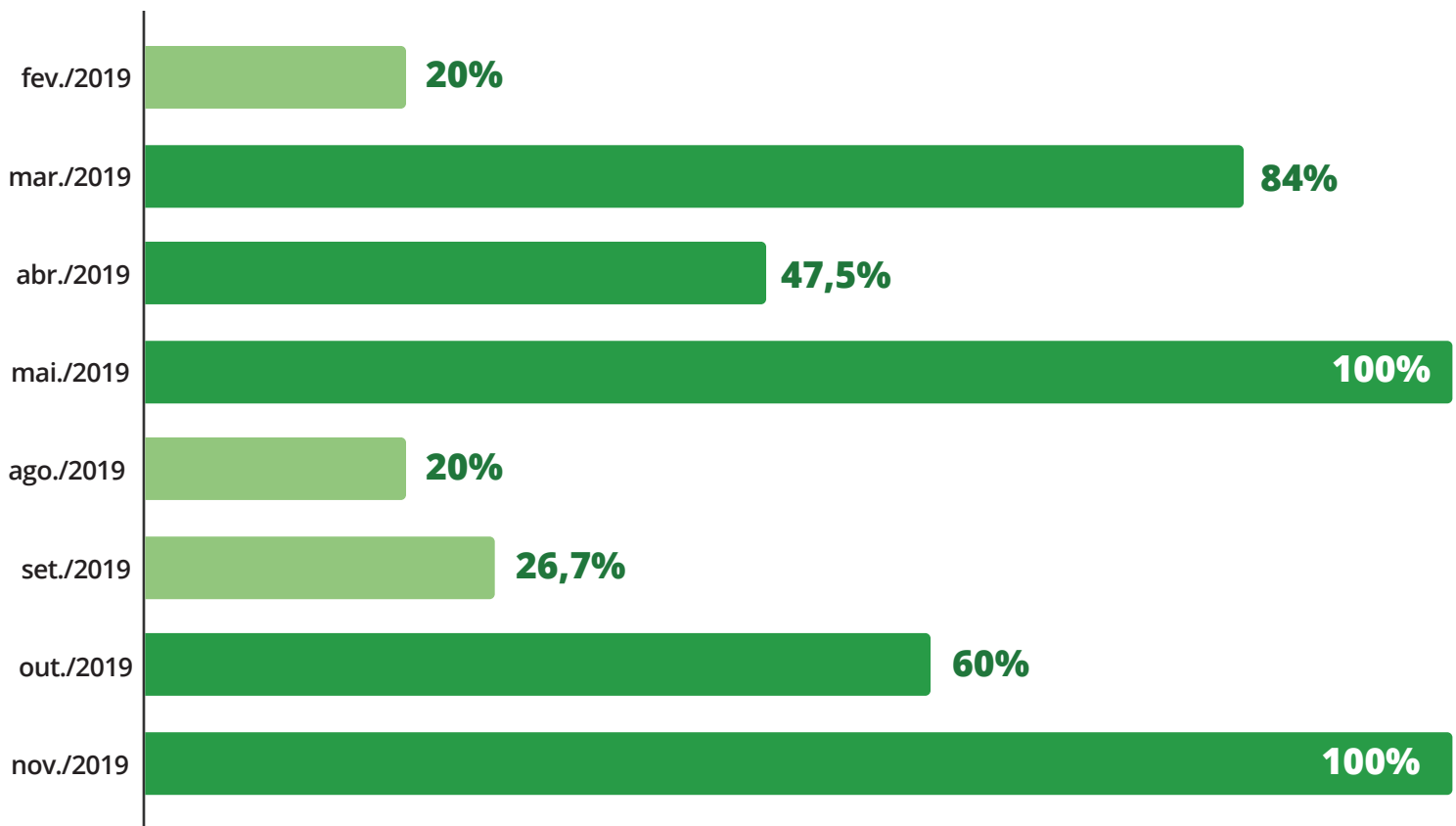
O "**Painel Resolveu?**" é uma ferramenta que reúne informações sobre manifestações de ouvidoria (denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação) que a Administração Pública recebe diariamente pelo sistema e-Ouv. A aplicação permite pesquisar examinar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa.

Também no ano de 2019 foi implantada a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala-BR que engloba o sistema e-OUv e-SIC e os procedimentos para tratamento dos pedidos de simplificação. O e-OUv e o e-SIC continuam existindo, com as suas respectivas peculiaridades.

No ano de 2019, foram efetuadas 08 recomendações referentes a temas importantes para o IFC as quais podem ser visualizadas no site: <http://ouvidoria.ifc.edu.br/category/recomendacoes/>.

Quantidade de pedidos de acesso a informação: 157.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos:



Resolutividade no ano de 2019:



56%
Resolvidas



25%
Parcialmente Resolvidas



19%
Não Resolvidas

Média de atendimento:



Tipo de Manifestações:

 **52** Reclamações

 **07** Sugestões

 **65** Solicitações

 **07** Elogios

 **56** Denúncias

 **207** Comunicação

Cecom:

Investimento em
publicidade de
utilidade pública:

R\$ 200.000,00

Investimento em
materiais gráficos:

R\$ 204.789,36



Auditoria:

Informações sobre o setor de Auditoria Interna (Unai) e sua relação com as demais instâncias de governança do IFC.

Instrumentos norteadores que regem as atividades e a atuação do setor da Auditoria Interna:

A Unai é o órgão que tem por finalidade básica, fortalecer e assessorar a gestão, bem como propor medidas para a racionalização das ações de controle do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IF Catarinense, contribuindo para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração deste órgão.

A Unai é regida por normas constitucionais, leis federais, Instruções normativas emitidas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU, dentre outras. Suas atribuições gerais estão elencadas no Regimento Geral do IFC e específicas no seu Regimento Interno, Manual de Auditoria e Código de Ética, disponíveis pelo endereço: <http://ifc.edu.br/auditoria-interna/>. Neste contexto, convém destacar que os documentos norteadores citados retro, sofrem atualizações constantes de acordo com as normativas que os regem.

Da Independência e objetividade da Unai:

O Regimento Interno da Unai foi aprovado por meio da Resolução nº 41 – CONSUPER/IFC/2012, que dentre outras normativas, vinculou a Unai ao Conselho Superior do IFC (CONSUPER). Essa vinculação tem por objetivo proporcionar à Unidade de Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a permitir-lhe desenvolver suas atividades com maior abrangência e independência, em atendimento ao §3º, do art. 15, do Decreto 3.591/2000.

O planejamento das atividades de auditoria está consubstanciado no Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT), previamente avaliado pela CGU/SC e devidamente aprovado pelo CONSUPER/IFC por meio de Resolução que define, dentre outras atividades, as ações de auditoria que serão executadas ao longo do ano corrente.

Este documento é construído e elaborado com base em análise de riscos associados aos Macroprocessos Institucionais, como também a temas passíveis de serem trabalhados e/ou sugeridos por meio de orientações dos órgãos de supervisão técnica, e, também pode ser por provocação salutar dos setores de Ouvidoria, Corregedoria e Gestão do IFC (extraordinárias). As ações de Auditoria expressam a clareza de seus objetivos, os critérios utilizados, bem como os achados de auditoria e respectivas recomendações, resultando assim em sua objetividade de atuação.

Da estrutura:

A Unai do IFC iniciou o exercício de 2019 com uma equipe composta de 12 servidores em efetivo desempenho nas atividades relacionadas à auditoria.

Continua requisitado pela gestão 01 auditor(a) para o cargo de chefia da Corregedoria do IFC e outro auditor para compor força de trabalho (requisitado) da Controladoria Geral da União – CGU Regional SC. Teve-se também o retorno de servidor Auditor que estava compondo a força de trabalho do Campus Camboriú na função de assessoramento, e este ficou impedido, pelo período de 24 meses, de atuar no Campus Camboriú, em atendimento ao Item 52, da IN nº 003/2017.

No decorrer do exercício, atendendo as exigências da portaria nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, houve a troca da Chefia da Unidade de Auditoria Interna, sendo nomeado o auditor do campus Araquari, o Senhor Sandro Borges, por meio da PORTARIA Nº 3119/2019 - PORT/REIT (11.01.18.56) de 07 de novembro de 2019.

Dos 12 servidores da equipe, 10 são auditores de carreira, e 02 servidores (assessoria) de apoio às atividades de auditoria.

Da Execução dos trabalhos:

Todas as atividades de Auditoria da Unai são executadas em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A Unai possui autonomia para determinar o escopo de cada ação, como também o uso das técnicas necessárias à consecução dos objetivos gerais e específicos de cada Ordem de Serviço, desempenhando assim suas atribuições com a imparcialidade e impessoalidade esperada.

A execução dos trabalhos de Auditoria, previstos no PAINT, iniciam-se por meio da emissão de Ordem de Serviço (OS) emitida pelo Auditor-chefe aos Auditores, trazendo em seu conteúdo e anexos todas as informações e orientações necessárias para a devida execução das atividades na Reitoria e nos campi do IFC.

Na sequência, a área auditada passa a ter conhecimento do resultado dos trabalhos por meio de um relatório denominado “Relatório Preliminar”, onde possibilita e oportuniza ao auditado uma manifestação sobre os achados de auditoria. Após análise pelos Auditores às manifestações da gestão, se restarem não atendidas as recomendações deste relatório, estas são consolidadas em um novo relatório denominado Plano de Providências Permanente – PPP, que possui um monitoramento constante. Deste monitoramento resulta em recomendações atendidas com a devida contabilização de benefícios de auditoria ou arquivadas, após prazos estabelecidos. Ainda neste contexto, as recomendações arquivadas são reavaliadas de forma definitiva, recebendo os seguintes destinos: ou são encerradas ou são encaminhadas à Corregedoria.

Cabe ressaltar que as recomendações arquivadas pelo não atendimento que não forem encaminhadas à Corregedoria são encaminhadas ao Gabinete do(a) Reitor(a) informando sobre a assunção dos riscos pela não implementação.

Do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ:

Está em fase de construção uma minuta do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) das atividades de auditoria interna governamental que contemplará, dentre outras, o seu gerenciamento até o monitoramento das recomendações emitidas pela Unai. A instituição deste programa tem como objetivo promover uma cultura resultante em comportamentos, atitudes e processos que possam proporcionar a entrega de resultados de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas (stakeholders). Para cumprir esta finalidade, o programa contemplará avaliações internas e externas, orientadas a avaliar a qualidade dos trabalhos e promover a melhoria contínua das atividades da Unai.

Desta forma, promoveu-se um projeto-piloto com duas avaliações: uma entre os Auditores descentralizados, no aspecto ESTRUTURAL dos Relatórios de Auditoria, com Auditor Avaliador e Auditor avaliado, e outra com um questionário enviado aos stakeholders, resultando, neste início, uma visão das ações a serem implementadas em busca do aprimoramento das atividades de Auditoria Interna da Unai.

Da contabilização de Benefícios das atividades de Auditoria:

O objetivo da quantificação e registro dos benefícios das atividades de auditoria, dentre outras, é permitir a apuração da economia ou prejuízo adotada pela Instituição diante das recomendações ATENDIDAS, com a devida comprovação do impacto positivo à Gestão e seu nexos causal.

Assim, pode-se também permitir a devida prestação de contas à sociedade sobre os resultados alcançados pela Governança do IFC e garantir e resguardar a evidenciação dos resultados divulgados.

Do acompanhamento das determinações e recomendações pelos órgãos de Controle (TCU/CGU):

As recomendações emitidas ao IFC pela Controladoria-Geral da União (CGU) são monitoradas e acompanhadas pela Unai e Gestão por meio do Sistema Monitor CGU, atualmente “e-Aud”, com as providências e informações prestadas e implementadas pelos gestores do IFC, com detalhamento das recomendações atendidas ou em situação de monitoramento e o posicionamento, mediante avaliação destes órgãos de controle.

No ano de 2019, por força do acórdão TCU Plenário nº 1.178/2018, à Unai promoveu-se avaliação na relação entre IFC e fundações de apoio, relacionados à transparência. O IFC mantém relacionamento com apenas uma Fundação de Apoio, com a qual apenas desenvolveu ou está desenvolvendo dois projetos. A Unai executou a Ordem de Serviço 010/2019, que resultou nos seguintes informes:

1

Cumprimento pelo IFC dos requisitos relativos à transparência nos relacionamentos com fundações de apoio (item 9.3 do Acórdão 1.178/2018)

Na análise realizada quanto ao cumprimento pelo IFC dos requisitos relativos à transparência restaram atendidos em 100% os requisitos de transparência previstos nos itens do Acórdão TCU 1.178/2018 9.3.1, 9.3.2.4 e 9.3.3.1.

A Unai detectou que não havia atendimento pleno pelo IFC dos requisitos de transparência relacionados nos seguintes itens do Acórdão TCU 1.178/2018: 9.3.2.1, 9.3.2.2, 9.3.2.3, 9.3.3.2, 9.3.3.3, 9.3.3.4, 9.3.3.5 e 9.3.3.6.

Após a notificação pela Unai destas impropriedades, a Gestão saneou de imediato o item 9.3.3.2, apresentou solução que atende 100%, e apresentara também um plano de providências que atende parcialmente os itens 9.3.2.1, 9.3.2.2, 9.3.2.3, 9.3.3.3, 9.3.3.4, 9.3.3.5 e 9.3.3.6, com planejamento para atender na íntegra os requisitos de transparência nos demais itens do Acórdão durante o exercício de 2020.

Cumprimento pelas fundações de apoio credenciadas ou autorizadas pelo IFC dos requisitos relativos à transparência (item 9.4 do Acórdão 1.178/2018).

Na análise realizada quanto ao cumprimento pela Fundação de Apoio dos requisitos relativos à transparência restaram atendidos em 100% os requisitos de transparência previstos nos itens do Acórdão TCU 1.178/2018 9.4.1.2, 9.4.1.3, 9.4.1.4, 9.4.2.1, 9.4.2.2, 9.4.2.4, 9.4.6, 9.4.9.

A Unai detectou que não havia atendimento pleno pela Fundação de Apoio dos requisitos de transparência relacionados nos seguintes itens do Acórdão TCU 1.178/2018: 9.4.1.1, 9.4.1.5, 9.4.2.3, 9.4.3, 9.4.4, 9.4.5, 9.4.7, 9.4.8, 9.4.10, 9.4.12, 9.4.13, 9.4.14.1, 9.4.14.2, 9.4.14.3, 9.4.15, 9.4.16 e 9.4.17.

Como providência adotada, o IFC encaminhou o OFÍCIO N° 3 / 2020 – PROPI/REIT, que instruiu a fundação de apoio (Fapeu) a observar os requisitos relativos à transparência, em especial os relacionados no item 9.4 do Acórdão TCU 1.178/2018, sob risco de inviabilizar a continuidade da FAPEU como fundação de apoio do IFC.

Do resultado dos trabalhos:





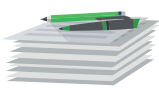
No ano corrente foram emitidas pela UNAI/IFC 10 Ordens de Serviço, o que resultou em avaliações em várias áreas da Instituição, de acordo com escopo dos trabalhos; dentre eles o de Monitoramento das Recomendações.

Com as atividades de Auditoria, teve-se a emissão e monitoramento de 857 recomendações. Dentre estas, teve-se o atendimento de 400 recomendações, que gerou um percentual de atendimento pela Gestão do IFC em 2019 de 46,67%.

Ingresso no IFC

Cursos Técnicos Integrados

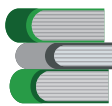




O IFC seleciona os estudantes para os cursos técnicos integrados ao ensino médio por meio de exame de classificação. As provas ocorrem nos Campi do IFC e são selecionados os candidatos melhores classificados de acordo com as vagas ofertadas e suas respectivas ações afirmativas (leis nº 12.711/2012 e nº 13409/2016). As chamadas regulares correm até 1 mês após o início das aulas e, caso não haja mais candidatos aptos, as vagas não ocupadas serão disponibilizadas para ocupação por meio de sorteio público dos candidatos inscritos.

	2017	2018	2019
 Cursos	37	37	37
 Vagas	2484	2265	2240
 Inscritos	7304	7555	7898
 Homologados	5660	6336	6643
 Provas Realizadas	4751	5310	5697

Ingresso no IFC

Cursos Técnicos Subsequentes





O ingresso nos cursos subsequentes e concomitantes ao ensino médio do IFC ocorrem por meio de processo de seleção, onde os candidatos inscritos são classificados por meio de sorteio público. Para estes cursos, as vagas são reservadas de acordo com as ações afirmativas, conforme as leis nº 12.711/2012 e nº 13409/2016.

	2017	2018	2019
 Cursos	17	18	16
 Vagas	605	645	580
 Inscritos	1593	1114	1459
 Homologados	1249	1090	964
 Matriculados	453	416	473

Ingresso no IFC

Cursos Superiores

Para os cursos superiores do IFC, o ingresso se dá através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Complementar a este processo, há ainda os editais de cadastro reserva e de vagas não ocupadas, para caso existam vagas remanescentes ao término das chamadas regulares dos candidatos.

	2017	2018	2019
 Cursos	37	42	43
 Vagas	1506	1740	1770
 Inscritos	13012	10631	9759
 Matriculados	1346	1595	1177

Alunos Regularmente Matriculados

CAMPUS	Pós-Graduação	Graduação	Técnico	PROEJA	FIC	TOTAL
Abelardo Luz	0	52	45	7	0	104
Araquari	77	858	768	0	0	1703
Blumenau	39	377	380	18	0	814
Brusque	0	178	453	0	0	631
Camboriú	50	703	979	51	153	1936
Concórdia	89	737	375	0	0	1201
Fraiburgo	2	70	214	0	8	294
Ibirama	71	77	319	0	0	467
Luzerna	0	329	255	0	0	584
Rio do Sul	20	975	285	0	0	1280
Santa Rosa do Sul	0	260	502	0	0	762
São Bento do Sul	0	204	256	0	0	460
São Francisco do Sul	0	234	421	10	0	665
Sombrio	0	431	227	0	0	658
Videira	30	509	509	0	0	1048
Total	378	5994	5988	86	161	12607

Gestão da **Tecnologia** da **Informação**

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o IFC observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, e demais órgãos pertinentes ao estabelecimento e adoção de padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Modelo de governança de TI

As estruturas organizacionais que integram o sistema de governança de TI do IFC são:

- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI
- Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Coordenações de Tecnologia da Informação nos campi
- Fórum de Tecnologia da Informação – FT I
- Integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

Montante de recursos aplicados em TI



	CUSTEIO	INVESTIMENTO
2017	R\$ 351.076,87	R\$ 370.677,97
2018	R\$ 313.667,58	R\$ 1.229.676,40
2019	R\$ 515.843,99	R\$ 564.247,00

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Catálogo de Serviços: a publicação do Catálogo de Serviços de TI, disponível em www.dti.ifc.edu.br/servicos, permite que os usuários do IFC se orientem quanto aos serviços de TI e como solicitá-los. Uma ferramenta importante do ponto de vista da Gestão de Serviços que abre portas para a padronização do atendimento e prestação dos serviços digitais em toda a instituição

Regulamento de Desenvolvimento de Sistemas de Informação:

A normativa, disponível em <http://dti.ifc.edu.br/documentos-norteadores-ti/>, disciplina o desenvolvimento de sistemas institucionais permitindo o acompanhamento da Coordenação de Sistemas de Informação nas iniciativas de desenvolvimento de softwares no IFC.

Software Ingresso:

O sistema de ingresso já havia atingido um nível de estabilidade considerável, não sendo exigido grandes alterações. Deve ser considerado o fato de que já se discutia a possibilidade de iniciar um novo sistema multi-edital o que acabou fazendo que não houvesse maiores "investimentos".

As principais modificações realizadas dizem respeito a:

- 1- Criação de novos relatórios de gerenciamento;
- 2- Ajuste de relatórios já existentes;
- 3- Melhorias no aspecto visual do sistema.

Sistema Elabora:

O sistema foi posto em prática e passou a receber o cadastro e revisão das questões. Foram cadastradas um total de 90 questões em 2019, sendo que a prova do exame de classificação realizado no final de 2019 já contou com as questões aprovadas através do Elabora. O sistema ainda requer algumas melhorias pontuais, mas atende bem o propósito para qual foi desenvolvido.

Política de Governança de TI:

A normativa, disponível em <http://dti.ifc.edu.br/documentos-norteadores-ti/>, formaliza o posicionamento estratégico da área de TI no âmbito do IFC, descreve os princípios que direcionam a TI institucional além de delimitar os papéis e responsabilidades de cada estrutura organizacional do sistema de governança de TI do IFC.

Módulos SIG implantados:

SIPAC: Contratos e Transportes;
SIGAA: Portal do Egresso, PTD e RIA;
SIGRH: Frequência.

Quanto às melhorias no Data Center, são as seguintes:

- Implementação de solução de backup (empenho em 2018, conclusão e pagamento em 2019);
- Atualização de 100% do software de virtualização;
- Atualização de memória em 40% dos servidores existentes;
- Substituição de 60% servidores de rede mais antigos;
- Ampliação da quantidade de servidores em 40%;
- Atualização da rede de backup para 10 Gbps de 40% para 100%;
- Demais alterações e atualizações pontuais em máquinas virtuais a fim de otimizar a utilização de recursos computacionais.

Além destes sistemas pontuados, a DTI tem tarefas voltadas a manutenção e continuidades dos serviços disponíveis a comunidade, no qual envolvem constante planejamento e esforços da equipe.

Gestão de **Pessoas**

Conformidade legal

Para garantir a conformidade com a legislação vigente, o IFC observa um grande conjunto de regras e diretrizes. É realizado também o acompanhamento diário das normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do MPDG, Órgão central do SIPEC e o Sítio Eletrônico do CONLEGIS.

Apontamentos de Órgãos de Controle

Por meio de informações extraídas do SIAPE, são detectadas eventuais irregularidades e são realizadas auditorias preventivas pelo TCU e CGU com o objetivo de corrigir possíveis inconsistências. A Diretoria de Gestão de Pessoas acompanha todas as diligências, notifica os servidores e realiza os demais procedimentos necessários para a apuração dos fatos, seguindo as normas e orientações dos órgãos de controle.

No ano de 2019 foram recebidas 136 diligências do TCU, sendo que deste total:

- 39 Aguardando esclarecimento
- 00 Esclarecimento iniciado
- 01 Aguardando encaminhamento para o TCU
- 01 Esclarecimento encaminhado ao TCU
- 20 Em monitoramento
- 53 Arquivado
- 22 Tratado em processo de controle externo

No ano de 2019, foram enviados a CGU 241 processos relacionados a admissão, aposentadoria, pensões e entre outros assuntos.

Indicadores de Conformidade

Em 2019 tivemos 06 lançamentos em folha identificados pela auditoria preventiva. Foram corrigidos a tempo, evitando o pagamento indevido de aproximadamente R\$ 45.000,00 aos servidores.

Em 2019 foram abertos 16 processos de reposição ao erário.

Força de trabalho

O IFC possui duas carreiras distintas, a saber:

- Carreira Docente regida pela Lei nº 12.772 de 28/12/2012 que abrange todos os Docentes que atuam na instituição, no ensino Básico, Técnico e Superior; e
- Carreira de Técnico-administrativos em Educação (TAE) regida pela Lei nº 11.091, de 12/01/2005 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação.

Ambas as carreiras são também regidas pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, com relação a Direitos, Deveres, Responsabilidades e entre outros assuntos.

Total de Servidores

Docentes	1053
TAEs	902
Aposentados	155
Estagiários	104

Regime de trabalho - Docentes

Efetivo 20h	24
Efetivo 40h	8
Efetivo DE	893
Substituto/Temporário 20h	6
Substituto/Temporário 40h	122

Titulação - Docentes

Graduação	88
Especialização	65
Mestrado	459
Doutorado	441
Índice de titulação docente	4,3

Matrícula por professor (RAP)

Meta do RAP	20
Rede Federal	24,24
IFC	22,64

Jornada de trabalho - TAEs

20h	10
25h	8
30h	18
40h	866

Nível da Carreira - TAEs

A	19
B	31
C	146
D	384
E	322

Titulação - TAEs

Educação Básica	81
Graduação	234
Especialização	346
Mestrado	221
Doutorado	20

No ano de 2019 não houveram nomeações por concurso públicos, pois o IFC não teve concurso aberto e/ou vigentes neste ano.

Contratação de substitutos

Editais lançados	96
Professores substitutos contratados	107

Redistribuições recebidas

TAEs	48
Docentes	13

Despesa de pessoal**Gasto com despesas de pessoal em 2019**

R\$ 330.266.221,99



83,58%

do orçamento

● Ativos

Vencimentos e Vantagens fixas

2017	96.339.097,13
2018	102.894.667,57
2019*	108.374.636,25

*Aumento devido a 192 acelerações de promoção e somado a 1.132 progressões de carreira entre TAES e Docentes.

Retribuições

(Inciso I do Art. 61 e Art. 62 da Lei 8112/90)

2017	15.350.361,21
2018	16.459.254,52
2019	8.736.813,06

Extinção das FG 4 e 5.

Gratificações

(Incisos II e IX do Art. 61 da Lei 8112/90)

2017	15.350.361,21
2018	16.459.254,52
2019*	17.834.373,84

*Conforme aumento dos Vencimentos e Vantagens o aumento das Retribuições é proporcional.

Adicionais

(Incisos III, IV, V, VI, VII e VIII do Art. 61)

2017	79.573.382,22
2018	88.060.209,85
2019*	95.554.784,09

*Aumento devido à concessão de 218 Incentivos a Qualificação concedidos em 2019; 38 novos laudos de setores insalubres, 89 RSC, entre outros aumentos.

○ Inativos

Gasto total

2017	11.814.354,00
2018	11.861.378,78
2019	13.619.758,93

10 aposentadorias ocorridas em 2019.

● Pensionistas

2017	449.817,53
2018	586.529,96
2019	993.630,14

6 novos pensionistas em 2019.

Programa de **Integridade**

O Decreto nº 9.203/2017 estabeleceu a obrigatoriedade da instituição de programas de integridade pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Conforme previsto no Decreto, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU publicou a Portaria nº 1.089, de 25 de abril de 2018, contendo os procedimentos necessários à estruturação, à execução e ao monitoramento dos programas de integridade por esses órgãos e entidades.

Para estruturação do programa de integridade, a primeira medida foi a designação de uma Unidade de Gestão da Integridade. O IFC designou a UGI por meio da Portaria 465/2018. Fazem parte da UGI: Dides, Corregedoria, Comissão de Ética, Gabinete da Reitora, DGP e DAP.

O IFC no ano de 2018 cumpriu 100% da estruturação do Programa de Integridade criado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que resultou na elaboração do Plano de Integridade a ser executado e monitorado.

Em 2019, este documento foi aprovado pelo Conselho Superior do IFC, ganhando notoriedade e caráter institucional.

Ao longo de 2019, foram desenvolvidas várias ações constantes no Plano de Integridade do IFC, com destaque para a campanha:

QUEM SE
COMPROMETE
 não **COMPROMETE**

Demais documentos disponíveis em: <http://ifc.edu.br/2018/06/26/programa-de-integridade/>.

Materiais gráficos elaborados e utilizados na divulgação da Campanha "Quem se compromete não compromete"

QUEM SE COMPROMETE não COMPROMETE

Nepotismo é quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes.

Fonte: Controladoria Geral da União



O Programa de Integridade busca estimular ações e medidas, com o intuito de prevenir, identificar, corrigir e penalizar eventuais situações que levam às fraudes e atos de corrupção. Para saber mais informações sobre o Programa acesse o site e para notificar alguma situação entre em contato com a Ouvidoria do IFC. Fonte: Decreto nº 9.203/2017 e Portaria CGU nº 1.080/2018

Programa de Integridade INSTITUTO FEDERAL Catarinense

QUEM SE COMPROMETE não COMPROMETE

Abuso de poder acontece quando o agente público extrapola os limites de suas competências e prerrogativas (excesso de poder) ou quando exerce suas competências atingindo finalidade diversa da prevista em lei (desvio de poder).

Fonte: Constituição Federal



O Programa de Integridade busca estimular ações e medidas, com o intuito de prevenir, identificar, corrigir e penalizar eventuais situações que levam às fraudes e atos de corrupção. Para saber mais informações sobre o Programa acesse o site e para notificar alguma situação entre em contato com a Ouvidoria do IFC. Fonte: Decreto nº 9.203/2017 e Portaria CGU nº 1.080/2018

Programa de Integridade INSTITUTO FEDERAL Catarinense

QUEM SE COMPROMETE não COMPROMETE

Conflito de interesses é quando uma situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados implica em prejuízo para o interesse coletivo.

Fonte: Controladoria Geral da União



O Programa de Integridade busca estimular ações e medidas, com o intuito de prevenir, identificar, corrigir e penalizar eventuais situações que levam às fraudes e atos de corrupção. Para saber mais informações sobre o Programa acesse o site e para notificar alguma situação entre em contato com a Ouvidoria do IFC. Fonte: Decreto nº 9.203/2017 e Portaria CGU nº 1.080/2018

Programa de Integridade INSTITUTO FEDERAL Catarinense

QUEM SE COMPROMETE não COMPROMETE

Pressão interna ou externa ilegal podem ser de natureza hierárquica, colegas de trabalho, política ou social, que podem influenciar indevidamente atuação do agente público.

Fonte: Controladoria Geral da União



O Programa de Integridade busca estimular ações e medidas, com o intuito de prevenir, identificar, corrigir e penalizar eventuais situações que levam às fraudes e atos de corrupção. Para saber mais informações sobre o Programa acesse o site e para notificar alguma situação entre em contato com a Ouvidoria do IFC. Fonte: Decreto nº 9.203/2017 e Portaria CGU nº 1.080/2018

Programa de Integridade INSTITUTO FEDERAL Catarinense

QUEM SE COMPROMETE não COMPROMETE

Utilização de recursos públicos em favor de interesses privados ocorre quando o recurso ou bem público é desviado de sua finalidade, para atender interesse privado diverso.

Fonte: Controladoria Geral da União



O Programa de Integridade busca estimular ações e medidas, com o intuito de prevenir, identificar, corrigir e penalizar eventuais situações que levam às fraudes e atos de corrupção. Para saber mais informações sobre o Programa acesse o site e para notificar alguma situação entre em contato com a Ouvidoria do IFC. Fonte: Decreto nº 9.203/2017 e Portaria CGU nº 1.080/2018

Programa de Integridade INSTITUTO FEDERAL Catarinense

Sustentabilidade

Ambiental

Ao longo de 2019 o IFC manteve a adoção de práticas para a promoção da sustentabilidade nas contratações, bem como a observância às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle tais como Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Um feito ocorrido no exercício de 2019 que merece destaque é a aprovação do Plano de Logística Sustentável do IFC, válido por dois anos e que atende uma exigência legal do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Uma das regras para elaboração dos Planos de Logística Sustentável, estabelecidas pela IN 10/2012 SLTI, versa sobre a necessidade de monitoramento semestral das ações propostas no plano.

O monitoramento referente ao primeiro semestre de 2019 foi realizado por meio de formulário próprio que solicitava informações aos Coordenadores Locais do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), definindo um prazo para resposta. O monitoramento referente ao segundo semestre de 2019 será realizado no decorrer de 2020.

O Plano de Ação com metas estabelecidas para 2019 pode ser conferido a seguir. Já o Plano na íntegra pode ser conferido no site do NGA:



Plano de Ação – PLS | Ações prioritárias para cumprimento em 2019

Qualidade de Vida e Ambiente de Trabalho

AÇÃO

Promover o debate de temáticas relativas a QVT – Qualidade de Vida no Trabalho – por meio de campanhas institucionais, usando as ferramentas digitais, como e-mail, sites e redes sociais;

META

Realizar anualmente pelo menos uma campanha sobre a temática; sociais;

STATUS

Atendido.

Consumo

AÇÃO

Elaborar e divulgar material informativo que contenha instruções para redução de consumo de papel;

Interromper a compra de copos descartáveis, mantendo a distribuição de copos biodegradáveis apenas nas recepções das edificações, e orientar a utilização de canecas fornecidas pelo IFC ou recipientes próprios;

Substituir gradualmente as lâmpadas tradicionais por LED;

Realizar manutenção periódica das instalações hidráulicas, considerando alternativas para reduzir o consumo de água;

Instituir e publicar agenda compartilhada de rotas e previsão do uso de veículos, possibilitando caronas;

META

Produzir e disponibilizar material orientativo;

Adotar o procedimento em todas as unidades do IFC, inclusive na Reitoria;

Substituir 100% das lâmpadas do IFC;*

Criar Manual Institucional – Manutenção de Edificações;

Adotar o procedimento em todos os campi e reitoria do IFC;

STATUS

Atendido.

Em andamento.

Em andamento.

Em andamento.

Em andamento.

* Quando houver necessidade de troca.

Resíduos

AÇÃO

Implantar sistema de coleta seletiva, adotando a separação em 3 categorias: rejeitos, recicláveis e orgânicos.

META

Adotar o procedimento em todos os *campi* e reitoria do IFC.

STATUS

Atendido.

Licitações Sustentáveis

AÇÃO

Considerar aspectos sustentáveis e de economicidade na concepção projetual das novas edificações, além dos critérios já descritos na legislação pertinente;

Sensibilizar e conscientizar setores e servidores requisitantes de compras, para que solicitem apenas o necessário, com base em históricos de consumo e necessidades previstas e planejadas;

META

Considerar aspectos sustentáveis em 100% dos projetos de novas construções.

STATUS

Atendido.

Atendido.

Em andamento.

Em andamento.

Em andamento.

Em andamento.

Considerar aspectos sustentáveis em 100% dos projetos de novas construções;
Exigir justificativa robusta do requisitante, que indique a necessidade da demanda apresentada, bem como demonstre o cálculo realizado para a obtenção da demanda, com base no histórico de consumo;
Orientar as equipes dos campi e da Reitoria, para que instruem os processos de compras conjuntas sempre com as justificativas solicitadas no item anterior;
Solicitar justificativa do quantitativo não apenas no pedido de compra, mas também na solicitação de empenho;
Realizar os estudos preliminares das contratações, para alimentação do sistema PGC, objetivando a realização de aquisições e contratações mais bem fundamentadas;

Licitações Sustentáveis

AÇÃO	META	STATUS
Aprimorar listas da agenda de compras institucional, removendo itens desnecessários e ampliando os critérios de sustentabilidade dos itens existentes.	Incluir etapa de "Aprimoramento de Listas" no cronograma de Compras Institucionais;	Atendido.
	Analisar os itens licitados e efetivamente empenhados no exercício, eliminando itens não adquiridos das listas.	Em andamento.

Sensibilização

AÇÃO	META	STATUS
Transformar o site do NGA em uma ferramenta de divulgação permanente das ações realizadas e de disponibilização de materiais informativos e regulamentos legais pertinentes;	Reformular o website do NGA;	Atendido.
Desenvolver ações contínuas voltadas a temáticas ambientais que envolvam a comunidade acadêmica;	Solicitar o quantitativo de projetos de ensino, pesquisa e extensão relativos à temática ambiental;	Em andamento.
Desenvolver anualmente pelo menos uma ação de caráter ambiental em todos os <i>campi</i> do IFC, com um objetivo em comum.	Realizar evento simultâneo na semana/dia mundial do meio ambiente;	Atendido.

Campanha de Conscientização Ambiental

O NGA - Núcleo de Gestão Ambiental e a Cecom Reitoria desenvolveram uma campanha de conscientização em relação ao uso dos recursos naturais e destinação do lixo.

As principais peças gráficas de divulgação e orientação podem ser acompanhadas a seguir:

DICAS PARA REDUZIR O CONSUMO DE ÁGUA

Informe à direção caso identifique algum vazamento em torneiras, canos ou descargas.



Reduza o tempo no chuveiro.



Não jogue lixo no vaso sanitário. Isso contribui para aumentar o gasto de água.



Entre 30 e 80L de água são gastos durante 5 minutos de banho.



Feche a torneira enquanto escova os dentes. Isso economiza 90L de água por mês.



Ensaboe a louça com a torneira fechada e depois enxague tudo de uma vez. Assim você economiza até 105 litros de água.

DICAS PARA REDUZIR O CONSUMO DE ENERGIA

Iluminação

Desligue as luzes ao sair dos ambientes.

Aproveite a luz natural sempre que possível.

Eletroeletrônicos

Verifique se todos os eletroeletrônicos estão desligados antes de sair do ambiente.

Desligue o computador no horário de almoço.

Evite a sobrecarga de tomadas.

Programe seu computador para entrar em modo de espera após 5 minutos.

Ar-condicionado

Mantenha as portas e janelas fechadas enquanto o ar-condicionado estiver ligado.

Ajuste a temperatura do ar-condicionado em 23°C.

Desligue o ar 15 minutos antes de desocupar o ambiente.

DICAS PARA ECONOMIZAR PAPEL

Duas folhas de papel são suficientes para enxugar as mãos.

Imprima com fonte reduzida sempre que possível.

Faça impressões frente e verso.

Utilize a opção visualizar impressão para se certificar que o documento está devidamente ajustado.

Opte pela Ecofonte (Spranq eco sans).

Reutilize o papel usado para rascunhos.

Reduza o tamanho das margens e espaçamentos sempre que possível.

Dê preferência para o armazenamento digital de documentos.

Para produzir 1 tonelada de papel → É preciso de 2 a 3 toneladas de madeira → Muita água → Muita energia elétrica

DICAS DE COLETA SELETIVA

Recicláveis

Papel

Jornais, revistas, folhas de caderno, caixas de papel, aparas de papel, envelopes, cartazes, papel sulfite, papelão.

Vidros

Vidro comum (potes, vasos, perfumes, garrafas, copos), temperado (tigelas, travessas, janelas de carros), reflexivo (fachadas e coberturas de edifícios, janelas, sacadas), laminado (divisórias, portas, janelas, claraboias), cristal.

Plástico

Copos descartáveis, garrafas PET, embalagens plásticas em geral, EPS (Isopor[®]), plástico bolha.

Metais

Latas de alumínio e aço, arames, pregos, parafusos, fios de metal, tampas metálicas de potes de iogurtes e outros, papel alumínio.

DICAS DE COLETA SELETIVA

Orgânicos

Resíduos de jardinagem

Folhas, galhos, aparas de grama, flores mortas.

Restos de alimentos

Casca de frutas, erva, pó de café, pães, bolos, resto de alimentos processados (bolachas, salgadinhos, etc).



DICAS DE COLETA SELETIVA

Rejeitos

Materiais não recicláveis

Papel carbono, tecidos, fitas adesivas, espumas, papel fotográfico, cerâmica, louça, espelho.

Materiais sujos

Papel sanitário usado (papel higiênico, papel-toalha, guardanapos, lenços), material contaminado com produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, resíduos da varrição.



Acessibilidade

A inclusão das pessoas com necessidades específicas (PNE) é um tema cada vez mais relevante na sociedade, sobretudo em instituições de ensino que são impactadas por políticas afirmativas e tem a acessibilidade universal como um dos critérios de avaliação. Nesse sentido, o IFC vem adequando suas instalações físicas para o recebimento de estudantes e servidores com necessidades específicas.

A legislação brasileira sobre acessibilidade é ampla, articulada e suficientemente detalhada. A Portaria Interministerial nº271 de 11 de maio de 2016, por exemplo, dispõe sobre os procedimentos para elaboração e publicação dos relatórios circunstanciados sobre a situação de acessibilidade em imóveis dos órgãos e entidades da administração pública federal e para as adaptações de acessibilidade necessárias às edificações.

O IFC vem somando esforços para atender às exigências legais e promover continuamente melhorias no tocante à acessibilidade. Os relatórios de acessibilidade estão disponíveis em:

ifc.edu.br/2018/03/23/relatorio-de-acessibilidade

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, enquanto órgão voltado para o fomento às questões relativas à inclusão, assim como as Coordenações de Projetos de Obras e de Fiscalização de Obras, responsáveis pela elaboração e fiscalização de projetos arquitetônicos, estiveram à frente da elaboração destes relatórios.

A partir dos laudos de acessibilidade e dos planos de ação produzidos com base na realidade de cada uma das unidades do IFC, foi possível observar diferentes graus de evolução em termos de garantia da acessibilidade.

O monitoramento destes planos de ação depende da definição de uma metodologia adequada e eficaz para acompanhamento para que as ações resultem em ambientes acessíveis para pessoas com necessidades específicas possam usufruir com segurança e autonomia.

Relatório circunstanciado é um documento exigido pelo art. 120 da Lei nº13.146, de 2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência), emitido pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a respeito de todas as edificações sob sua administração.

O relatório circunstanciado e seus anexos devem ser publicados no site e ainda, enviados ao Ministério Público e aos órgãos de regulação.

ORÇAMENTO ANUAL DO IFC

O exercício de 2019 foi um ano especialmente complexo em relação à execução orçamentária. O bloqueio orçamentário de cerca de 30% do orçamento de funcionamento e assistência estudantil das unidades no início do ano prejudicou o planejamento institucional e a execução de diversas ações, que não poderiam ser adiadas. Embora o montante total tenha sido liberado nos últimos meses do exercício, certos prejuízos foram irreparáveis, como o cancelamento ou redução de eventos institucionais, visitas técnicas de alunos e aquisição de equipamentos.

O prejuízo foi amenizado em virtude das Compras Institucionais do IFC, pois a assinatura de diversas atas de registro de preços possibilitaram a aquisição de insumos e contratação de serviços durante todo o ano. Porém, certos certames não podem ser realizados na modalidade de Registro de Preços, e a não liberação do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual impede a realização das licitações tradicionais.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	2019	2018	2017
<i>CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO</i>	R\$ 460.961,00	R\$ 451.829,00	R\$ 416.293,00
<i>PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA</i>	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
<i>FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - DESPESAS DIVERSAS</i>	R\$ 52.017.802,00	R\$ 49.012.795,00	R\$ 47.604.248,00
<i>ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - Regime de Internato Pleno</i>	R\$ 4.968.773,00	R\$ 4.478.100,00	R\$ 4.651.787,00
<i>AUXÍLIO FINANCEIRO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</i>	R\$ 8.364.936,00	R\$ 7.585.501,00	R\$ 6.081.989,00

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

2017	R\$ 4.674.496,34
2018	R\$ 4.006.358,35
2019	R\$ 4.285.675,82

EMENDAS PARLAMENTARES

2017	R\$ 750.000,00
2018	R\$ 890.000,00
2019	R\$ 288.910,00

DIÁRIAS E PASSAGENS 2017

DIÁRIAS		PASSAGENS	
<i>Quantidade</i>	<i>Valor total</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor total</i>
6702	R\$ 1.143.689,89	528	R\$ 276.277,64

DIÁRIAS E PASSAGENS 2018

DIÁRIAS		PASSAGENS	
<i>Quantidade</i>	<i>Valor total</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor total</i>
8211	R\$ 1.422.141,19	542	R\$ 331.235,09

DIÁRIAS E PASSAGENS 2019

DIÁRIAS		PASSAGENS	
<i>Quantidade</i>	<i>Valor total</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor total</i>
6143,5	R\$ 1.042.373,38	312	R\$ 228.150,67

COMPRAS INSTITUCIONAIS : IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Dada a estrutura multicampi do IFC, a padronização de procedimentos e o trabalho em rede são fundamentais à evolução das compras públicas. Neste sentido, desde 2018, o IFC articula suas ações de compra por meio de portarias normativas que tratam das Compras Institucionais.

A delegação dos certames por unidade leva em conta critérios como os cursos ofertados, a força de trabalho existente e a expertise em relação ao objeto em questão. Trata-se de uma boa prática administrativa, pois ao invés dos certames serem replicados em todas as unidades, delega-se a uma unidade, que viabilizará a aquisição nas demais, por meio de pregões pelo sistema de registro de preços.

Ao compararmos o quantitativo de pregões realizados em 2017, quando as compras não eram institucionalizadas, com 2018 e 2019, nota-se a redução expressiva no quantitativo. Sabe-se que este número pode ser reduzido, ao passo que novos objetos sejam inseridos nas Compras Institucionais.

O aperfeiçoamento e aprimoramento dos procedimentos de compra, desde as metodologias de trabalho até as especificações, devem ser constantes. Neste sentido, sempre que possível, tentamos manter as delegações às mesmas unidades, para que se tornem especialistas nesta aquisição, entendam o mercado e suas peculiaridades. Em 2019, preservou-se a expertise em 57,57% dos objetos.

A prova de que esta é uma estratégia interessante pode ser visualizada ao observarmos os percentuais de itens homologados em 2018 e 2019, em que houve aumento de 10,58% de itens homologados.

Inicialmente, os objetos abarcados pelas Compras Institucionais concentraram-se em materiais e serviços que não exigem dedicação de mão de obra exclusiva, como manutenção de ares-condicionados, fretamento e seguros.

Com o aprimoramento dos procedimentos e amadurecimento institucional, têm-se o desafio de que as Compras Institucionais contemplem serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, e permitam a centralização de contratos administrativos. Este é um dos grandes desafios para 2020, ano em que será centralizado o serviço de Vigilância Patrimonial. Com isso, pretende-se obter não apenas economia de escala, mas também reduzir o retrabalho e otimizar os recursos humanos do órgão, visto que em vez de termos cerca de 15 contratos de vigilância física no IFC, teremos um único contrato.

QUANTITATIVO DE PREGÕES - 2019

Unidade	Nº de Pregões	Materiais	Serviços
Reitoria	10	1	9
Araquari	0	0	0
Blumenau	8	5	3
Brusque	6	4	2
Camboriú	23	8	15
Concórdia	16	7	9
Fraiburgo	4	2	2
Ibirama	7	4	3
Luzerna	7	4	3
Rio do Sul	12	8	4
Santa Rosa do Sul	10	6	4
São Bento do Sul	2	1	1
São Francisco do Sul	3	2	1
Videira	7	2	5
	115	54	61

QUANTITATIVO DE PREGÕES - 2018

Unidade	Nº de Pregões	Materiais	Serviços
Reitoria	5	2	3
Araquari	4	2	2
Blumenau	3	3	0
Brusque	5	2	3
Camboriú	28	12	16
Concórdia	14	4	10
Fraiburgo	4	3	1
Ibirama	9	4	5
Luzerna	8	2	6
Rio do Sul	12	6	6
Santa Rosa do Sul	13	4	9
São Bento do Sul	4	3	1
São Francisco do Sul	5	1	4
Videira	5	2	3
	119	50	69

QUANTITATIVO DE PREGÕES - 2017

Unidade	Nº de Pregões	Materiais	Serviços
Reitoria	7	3	4
Araquari	13	10	3
Blumenau	6	5	1
Brusque	7	6	1
Camboriú	47	29	18
Concórdia	23	13	10
Fraiburgo	9	7	2
Ibirama	3	1	2
Luzerna	12	9	3
Rio do Sul	18	9	9
Santa Rosa do Sul	22	12	10
São Bento do Sul	8	6	2
São Francisco do Sul	2	0	2
Videira	8	6	2
	185	116	69

PERCENTUAL ITENS HOMOLOGADOS (compras institucionais)

EXERCÍCIO	2018	2019
ITENS LICITADOS	8128	4661
ITENS HOMOLOGADOS	5496	3644
PERCENTUAL	67,62%	78,20%

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	2019
<i>TOMADA DE PREÇOS</i>	<i>R\$ 285.325,07</i>
<i>PREGÃO</i>	<i>R\$ 25.814.665,98</i>
<i>REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO</i>	<i>R\$ 201.937,82</i>
<i>DISPENSA</i>	<i>R\$ 4.852.058,86</i>
<i>INEXIGIBILIDADE</i>	<i>R\$ 892.534,46</i>
<i>SUPRIMENTO DE FUNDOS</i>	<i>R\$ 123.755,29</i>

PRINCIPAIS CONTRATOS E DESPESAS DO EXERCÍCIO

Os principais fornecedores e contratos firmados pelo Instituto Federal Catarinense referem-se às atividades acessórias não contempladas no quadro funcional, ou insuficiente para atendimento das demandas existentes. Contratações deste tipo são autorizadas pela Instrução Normativa nº 05/2017, que enfatiza em seu § 1º, Art. 7º, "A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998".

As atividades abarcadas nestas contratações são essenciais para as atividades desenvolvidas pelo IFC, uma vez que fornecem suporte e viabilizam a execução das atividades as quais a instituição se destina. Dentre os objetos, alguns serviços estão presentes em todas as unidades, como é o caso dos serviços de limpeza e conservação, vigilância patrimonial, gerenciamento de frota e fornecimento de energia elétrica. Outros, levam em consideração as particularidades das unidades: cozinha, fornecimento de alimentação nos refeitórios e cantinas, trabalhador rural, telefonista, almoxarife, recepção, porteiro, trabalhador rural, jardinagem, lavanderia, dentre outros.

Em relação ao exercício anterior, é possível perceber um incremento em parte destas despesas, em virtude de reajustes e repactuações oriundas de novos acordos coletivos de trabalho e da inflação no período.

Percebe-se, também, que os serviços de fornecimento de energia elétrica permanecem como uma das maiores despesas da instituição. De forma a amenizar o impacto desta despesa no orçamento do órgão, o IFC planejou em 2019 a contratação de usinas geradoras de energia fotovoltaica, para a geração de energia nas unidades do IFC que possuem os maiores gastos desta natureza. Os campi contemplados, por meio de adesão ao RDC nº 03/2018, operado pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) foram: Campus Araquari, Campus Camboriú, Campus Concórdia e Campus Rio do Sul. Além desta medida trazer economia financeira ao órgão, em um cenário no qual o orçamento da instituição não é reajustado pela inflação do período, a medida visa ampliar a sustentabilidade ambiental do órgão, ampliando consideravelmente o uso de fontes de energia renováveis.

PRINCIPAIS DESPESAS

<i>BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS</i>	<i>R\$ 8.510.698,30</i>
<i>LIMPEZA E CONSERVAÇÃO</i>	<i>R\$ 4.897.329,23</i>
<i>VIGILÂNCIA OSTENSIVA</i>	<i>R\$ 3.938.464,10</i>
<i>APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL</i>	<i>R\$ 3.631.165,20</i>
<i>SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA</i>	<i>R\$ 3.601.190,85</i>
<i>SERVIÇOS DE COPA E COZINHA</i>	<i>R\$ 1.464.360,58</i>
<i>MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS</i>	<i>R\$ 1.151.604,90</i>
<i>FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO</i>	<i>R\$ 1.123.149,16</i>
<i>AUXÍLIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS</i>	<i>R\$ 1.120.953,39</i>
<i>GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO</i>	<i>R\$ 1.063.654,25</i>
<i>DIÁRIAS NO PAÍS</i>	<i>R\$ 1.016.514,84</i>

PRINCIPAIS FORNECEDORES

<i>ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA</i>	<i>R\$ 4.494.892,86</i>
<i>CELESC DISTRIBUICAO S.A</i>	<i>R\$ 3.696.701,14</i>
<i>LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA</i>	<i>R\$ 1.532.175,68</i>
<i>VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI</i>	<i>R\$ 1.163.415,15</i>
<i>INTERSEPT TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA</i>	<i>R\$ 1.086.427,37</i>
<i>ADSERVIG - VIGILANCIA LTDA</i>	<i>R\$ 989.490,31</i>
<i>BRUNO A. B. M. DE BARROS</i>	<i>R\$ 926.333,96</i>
<i>CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA</i>	<i>R\$ 742.973,74</i>
<i>SETUP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA</i>	<i>R\$ 716.173,70</i>
<i>LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI</i>	<i>R\$ 595.516,17</i>



NOTAS EXPLICATIVAS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Código e Denominação Completa do Órgão	Código da UG
26422 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	158125

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Instituto Federal Catarinense.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. O ativo imobilizado da entidade está subavaliado em um montante estimado de R\$ 10 milhões devido ao não reconhecimento de imóveis que se encontram na conta de obras em andamento.
 - a. *Existem várias obras realizadas nos campi do IFC que se encontram finalizados e carecem de reclassificação contábil e do seu registro no sistema SPIUnet. O setor de engenharia está realizando um trabalho de levantamento dos imóveis no órgão para regularizar a situação, com previsão de término dos trabalhos no primeiro semestre de 2020.*
 - b. *A avaliação de alguns bens imóveis registrados no SPIUnet está fora da validade prevista, necessitando de nova avaliação, o que pode estar prejudicando os valores atualmente registrados no ativo imobilizado.*
2. O saldo de depreciação acumulada dos bens móveis não condiz com os valores registrados no sistema gerencial do órgão (SIPAC), devido a não apropriação por competência da depreciação.
 - a. *O sistema SIPAC apresentou divergências na geração mensal da depreciação e na soma da depreciação acumulada em diversas contas contábeis. Devido ao erro, algumas unidades não realizam o lançamento da depreciação mensal na competência. O fornecedor do*

sistema apresentou as correções necessárias com previsão de implantação das correções em janeiro de 2020.

3. *O passivo circulante de transferências financeiras a comprovar da entidade está superavaliado em um montante estimado de R\$ 15 milhões devido a falta de registro das prestações de contas do termos de execução descentralizadas junto à SETEC.*
 - a. *Os TED celebrados com o IFC carecem de confirmação das prestações de contas já enviadas à SETEC. São lançamentos que devem ser feitos pelo concedente dos TED's.*
4. *As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, que geram o resultado do exercício estão superavaliados em um montante estimado de R\$ 80 milhões devido o registro e cancelamento de valores no SPIUnet de imóveis após avaliação.*
 - a. *Houve o registro de bens imóveis no SPIUnet e posterior cancelamento destes registros, o que gerou informações em duplicidade nas contas de VPA e VPD.*
 - b. *Devido os lançamentos citados, permaneceu na conta de controle, SPIUnet a ratificar, um valor aproximado de R\$ 44 milhões, a qual não condiz com os valores que necessitavam de ratificação. Os valores lançados estão sendo ajustados com previsão de término dos trabalhos no primeiro trimestre de 2020.*
5. *As contas de variação patrimonial diminutivas não apresentam os valores estritamente executados em 2019, devido a apropriação das despesas fora do período de competência.*
 - a. *Houve o registro de várias despesas fora do período que abrange 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, em que despesas de dezembro de 2018 foram registradas em janeiro de 2019 e despesas de dezembro de 2019 registradas em janeiro de 2020. Haverá a implantação de controles padrões em todas as unidades do IFC para o devido registro destes valores, com previsão de término dos trabalhos no primeiro semestre de 2020.*
6. *A conta de controle de execução dos contratos não apresenta valores reais a executar e executados devido o não acompanhamento analítico dos contratos firmados com o IFC.*
 - a. *Os contratos assinados, suas prorrogações e aditivos, devem ser registrados nas contas de controle do SIAFI, todavia, este*

acompanhamento não é realizado por todas as unidades do IFC, o que causa prejuízo na informação presente nas contas de controle de contratos. Haverá a implantação de controles padrões em todas as unidades do IFC para o devido registro destes valores, com previsão de término dos trabalhos no primeiro semestre de 2020.

Local: BLUMENAU/SC

Data: 24/01/2020

Contador Responsável: Charles Laubenstein

CRC/SC: 038093/O-4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26.422 - INST.FED. DE EDUC.CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2019
PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2020
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	32.287.336,38	29.594.448,52	PASSIVO CIRCULANTE	51.836.320,66	29.079.239,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.061.591,49	26.245.639,23	Obrigações e Trabalhos, Previd. e Assistência a Pagar a Curto Prazo	26.866.633,87	25.069.711,63
Créditos a Curto Prazo	7.733,19	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Cíveis	7.733,19	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	437.027,74	1.426.069,43
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.225.748,04	657.645,26	Obrigações e Receitas a Curto Prazo	310,55	310,63
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoque	2.255.134,02	3.031.411,33	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	24.550.388,50	2.574.207,45
VPA de Pagos Antecipadamente	77.578,62	61.636,23			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	456.118.193,13	482.940.472,46	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	Obrigações e Trabalhos, Previd. e Assistência a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoque	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações e Receitas a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Exercício	-	-
- Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
- Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	51.836.320,66	29.079.239,24
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
- Redução ao Valor Rec. de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Demais Investimentos Permanentes	-	-		2019	2018
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
- Redução ao Valor Rec. de Invest. Perm.	-	-	Adiuntementos para Rubro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	455.472.948,73	482.432.734,71	Reserva de Capital	21.525,30	21.525,30
Beiz Móvel	62.454.621,83	63.652.545,85	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
Beiz Móvel	94.023.197,64	88.745.426,92	Reserva de Lucros	-	-
- Depreciação/Amortização/Exaustão Acim. de Beiz Móvel	-23.219.817,96	-16.743.523,22	Demais Reservas	-	-
- Redução ao Valor Rec. de Beiz Móvel	-3.349.367,85	-3.349.367,85	Resultados Acumulados	436.480.243,55	483.543.151,54
Beiz Imóvel	393.019.327,95	418.786.188,86	Resultado do Exercício	-47.719.733,30	346.999,47
Beiz Imóvel	398.249.053,56	421.371.653,82	Resultados de Exercícios Anteriores	483.843.151,54	512.348.047,99
- Depreciação/Amortização/Exaustão Acim. de Beiz Imóvel	-6.230.725,61	-2.585.464,96	Ajustes de Exercícios Anteriores	434.925,31	-28.951.896,92
- Redução ao Valor Rec. de Beiz Imóvel	-	-	Outros Ajustes e Correções	-	-
Intangível	630.094,35	435.438,75	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	456.519.748,25	483.864.676,24
Softwares	630.094,35	435.438,75			
- Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
- Redução ao Valor Rec. de Softwares	-245.437,08	-241.539,95			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
- Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	-	-			
- Redução ao Valor Rec. de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóvel	-	-			
- Amortização Acumulada de Direitos de Uso de Imóvel	-	-			
- Redução ao Valor Rec. de Direitos de Uso de Imóvel	-	-			
Exercido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	488.406.029,51	512.534.920,98	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	488.406.029,51	512.534.920,98

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	27.064.057,57	26.246.446,73	PASSIVO FINANCEIRO	54.341.009,30	49.201.613,61
ATIVO PERMANENTE	461.322.051,54	486.688.469,35	PASSIVO PERMANENTE	26.016.627,74	4.033.208,02
			SALDO PATRIMONIAL	407.448.412,47	483.039.334,33

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	24.641.818,69	25.334.951,64	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	28.486.347,12	22.547.030,82
Execução dos Atos Potenciais Ativos	24.641.818,69	25.334.951,64	Execução dos Atos Potenciais Passivos	28.486.347,12	22.547.030,82
Garantias e Contingências Recebidas a Executar	901.515,99	898.812,13	Garantias e Contingências Concedidas a Executar	-	-
Direitos Concedidos e Outros Instrumentos	237.051.176,23	24.434.866,13	Obrigações Concedidas e Outros Instrumentos Concedidos	37.678,28	1.492.984,25
Direitos Concedidos a Executar	35.126,47	11.272,78	Obrigações Concedidas a Executar	28.448.288,54	21.054.105,57
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	24.641.818,69	25.334.951,64	TOTAL	28.486.347,12	22.547.030,82

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-34.277.758,70
Recursos Vinculados			-8.579.192,63
Educação			-4.033.414,43
Seguridade Social (Exceto Previdência)			1.056,65
Previdência Social (RPPS)			-
Recursos Financeiros			-26.113,17
Aliquota de Beiz e Direitos			19.450,00
Outros Recursos Vinculados a Fins, Ôrgãos e Programas			678.939,11
Recursos a Classificar			899,21
TOTAL			-47.856.561,33

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2019
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 24/01/2020
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	1.412.198,41	1.432.116,28	Despesas Orçamentárias	395.181.659,98	371.585.602,85
Ordinárias	-	598,22	Ordinárias	375.797.677,06	349.708.289,58
Vinculadas	1.427.362,33	1.448.656,78	Vinculadas	23.383.982,84	21.757.313,27
Educação	42.327,29	70.671,55	Educação	4.847.384,45	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	1.087.409,00
Alienação de Bens e Direitos	-	19.450,00	Previdência Social (RPPS)	17.290.417,50	13.354.859,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.384.170,65	1.358.534,23	Receitas Financeiras	99.907,32	549.473,67
Recursos a Classificar	864,39	-	Operação de Crédito	-	375.988,91
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-15.174,92	-17.137,80	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.346.293,57	2.775.927,96
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	3.653.674,73
			Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	446.076.836,49	426.047.007,19	Transferências Financeiras Concedidas	56.002.879,53	59.337.764,10
Resultantes da Execução Orçamentária	407.472.205,26	389.487.612,21	Resultantes da Execução Orçamentária	38.464.038,02	40.847.941,48
Repasse Recebido	369.179.317,26	348.950.611,41	Repasse Concedido	171.150,00	299.741,15
Sub-repasse Recebido	38.292.888,02	40.537.000,80	Sub-repasse Concedido	38.292.888,02	40.537.000,80
Independentes da Execução Orçamentária	38.604.633,21	36.559.394,98	Repasse Devolvido	-	11.199,53
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	37.178.959,47	35.334.635,36	Independentes da Execução Orçamentária	17.538.841,51	18.489.842,52
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.425.673,74	1.224.759,62	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.326.375,50	18.300.744,28
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	4.535,70	400,62
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	207.930,31	188.697,62
			Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	53.421.270,39	47.173.789,53	Pagamentos Extraorçamentários	44.888.148,62	20.858.073,84
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	25.669.985,71	24.638.247,12	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	24.853.714,46	781.773,63
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	27.241.219,75	21.595.292,63	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.703.311,98	18.604.674,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	340.743,60	818.772,37	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	325.863,03	817.787,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	169.321,33	121.397,41	Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.259,15	653.838,09
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.718,31	4.139,38	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	5.259,15	6.374,58
Ancadação de Outra Unidade	165.603,02	117.258,03	Demais Pagamentos	-	647.464,51
Saldo do Exercício Anterior	26.243.690,25	3.292.318,12	Saldo para o Exercício Seguinte	27.081.301,49	26.243.690,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.243.690,25	3.292.318,12	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.081.301,49	26.243.690,25
TOTAL	527.153.989,54	477.945.151,04	TOTAL	527.153.989,54	477.945.151,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422 - INSTIT. FED. DE EDUC. CATARINENSE - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2019
PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/03/2020
VALORES EM UNIDADES DE R\$ 1.000,00

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.582.226,00	1.582.226,00	1.412.190,41	42.236,41
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Inpostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Interação no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Exatadas Privadas de Serviço Social Formação Prof.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	161.027,00	161.027,00	316.165,22	164.151,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	161.027,00	161.027,00	312.722,12	161.056,12
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Integração de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	2.436,20	2.436,20
Receita Administrativa	226.181,00	226.181,00	241.629,92	6.526,92
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	979.567,00	979.567,00	710.437,22	-261.249,82
Serviços Administrativos e Comendados Gerais	979.567,00	979.567,00	710.437,22	-261.249,82
Serviços e Atividades Pertencentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Pertencentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	2.739,00	2.739,00	108.266,12	124.078,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	10.126,19	10.126,19
Indenizações, Resgates e Ressarcimentos	-	-	126.673,94	126.673,94
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	2.739,00	2.739,00	-	-2.739,00
RECEITAS DECAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integração de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.582.226,00	1.582.226,00	1.412.190,41	42.236,41
REARCAAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REARCAAMENTO	1.582.226,00	1.582.226,00	1.412.190,41	42.236,41
DERGAT	-	-	397.789.488,48	397.789.488,48
TOTAL	1.582.226,00	1.582.226,00	399.101.669,90	397.512.524,90
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	378.568.872,00	392.477.152,00	332.490.666,01	270.221.724,70	244.948.102,29	9.528.629,89
Personais e Encargos Sociais	298.694.484,00	320.096.320,00	210.621.147,78	209.754.420,87	228.227.896,61	8.614.022,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos Correntes	32.264.178,00	72.330.263,00	77.899.110,26	60.447.292,73	65.421.107,22	47.117,47
DESPESAS DECAPITAL	10.034.418,00	7.099.372,00	7.099.372,00	1.022.716,46	1.021.226,16	-3.691.739,29
Invenientes	10.034.418,00	7.099.372,00	10.881.101,09	1.022.716,46	1.021.226,16	-3.691.739,29
Invenientes Financeiros	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
REBENTRIA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
REBENTRIA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	378.568.872,00	406.676.640,00	399.101.669,90	271.840.440,16	246.970.464,44	8.894.800,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REARCAAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Invenientes	-	-	-	-	-	-
Outros Invenientes	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Invenientes	-	-	-	-	-	-
Outros Invenientes	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REARCAAMENTO	378.568.872,00	406.676.640,00	399.101.669,90	271.840.440,16	246.970.464,44	8.894.800,10
TOTAL	378.568.872,00	406.676.640,00	399.101.669,90	271.840.440,16	246.970.464,44	8.894.800,10

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.127.626,22	14.221.129,26	12.875.924,46	12.824.484,27	2.094.848,22	1.020,53
Personais e Encargos Sociais	-	20.114,09	19.282,32	19.282,32	104,671,30	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos Correntes	1.127.626,22	14.679.292,89	12.778.666,92	12.727.96,44	1.929.277,72	1.020,53
DESPESAS DECAPITAL	2.042.228,99	8.714.062,22	8.772.547,11	8.772.547,11	1.024.177,70	292.264,29
Invenientes	2.042.228,99	8.714.062,22	8.772.547,11	8.772.547,11	1.024.177,70	292.264,29
Invenientes Financeiros	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.220.412,21	21.696.292,22	19.762.772,16	19.762.211,82	3.172.227,22	1.344.166,22

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	100.290,11	24.810.227,72	24.812.446,88	48.177,48	69.204,44
Personais e Encargos Sociais	-	21.461.728,26	21.461.728,26	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outros Encargos Correntes	100.290,11	2.168.201,63	2.160.709,71	48.177,48	69.204,44
DESPESAS DECAPITAL	662,00	241.282,65	241.282,65	-	662,00
Invenientes	662,00	241.282,65	241.282,65	-	662,00
Invenientes Financeiros	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	10.144,11	24.986.308,22	24.986.308,22	48.177,48	70.466,44



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO GOVERNO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26.22 - INSTIT. F. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2019
PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2020
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	622.894.326,22	487.088.324,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Interferência no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.328.628,72	1.217.424,46
Vendas e Mercadorias	2.454.191,71	2.305.526,52
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.027.107,02	978.242,93
Variações Patrimoniais Aumentativas Resaneiras	817,21	648,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Onerados	-	-
Juros e Encargos de Moeda	917,21	546,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências de Delegações Recebidas	447.482.128,08	427.619.370,22
Transferências Intergovernamentais	446.076.828,49	426.047.007,19
Transferências Intergovernamentais	-	13.600,00
Transferências das Injeções Privadas	-	-
Transferências das Injeções Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.415.297,57	1.486.763,14
Valorização e Ômnica/Ativa de Incorporação de Patrimônio	128.808.372,22	22.012.842,44
Reavaliação de Ativos	49.412.269,26	7.926.118,43
Ganhos com Alienação	-	499,99
Ganhos com Incorporação de Ativos	122.173.806,39	30.026.828,27
Ganhos com Desincorporação de Patrimônio	12.754.822,63	22.611,10
Reversão de Resgate ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.042.88,40	2.14.484,82
Variação Patrimonial Aumentativa Classificada	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autarquia Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ativos para Perdas	1.056,29	3.282,58
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	303.770,11	307.526,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	828.774.952,62	488.719.324,87
Perdas e Encargos	328.866.174,22	222.784.218,54
Remuneração de Pessoal	244.749.277,39	226.522.947,37
Encargos Patronais	47.083.892,47	46.207.243,04
Benefícios de Pessoal	17.022.415,20	17.427.173,17
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.295.526,56	4.797.495,46
Benefício Previdenciário e Acidentalidade	21.482.628,28	18.016.487,88
Aposentadorias e Reformas	19.481.246,34	16.561.710,50
Penções	1.929.000,96	1.429.282,59
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Previdenciários	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	72.287,57	43.229,17
Outros Benefícios Previdenciários e Acidentários	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	66.028.461,72	62.689.726,20
Uso de Material de Consumo	11.097.562,66	11.097.423,00
Serviços	34.442.894,26	36.072.142,64
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.422.900,72	7.494.089,96
Variações Patrimoniais Diminutivas Resaneiras	8.068,84	12.568,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Onerados	1.680,27	7.415,54
Juros e Encargos de Moeda	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	7,56
Descontos Financeiros Concedidos	4.379,07	6.436,19
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências de Delegações Concedidas	67.377.378,28	81.062.067,26
Transferências Intergovernamentais	66.002.287,93	69.565.248,00
Transferências Intergovernamentais	70.591,00	2.199.227,00
Transferências das Injeções Privadas	-	-
Transferências das Injeções Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.300.526,73	5.47.581,64
Desvalorização e Perda de Ativa Incorporação de Patrimônio	122.872.487,16	24.867.669,24
Reavaliação, Resgate ao Valor Recuperável e Ativos para Perdas	57.674.226,56	15.303.613,66
Perdas com Alienação	-	99.294,00
Perdas Involuntárias	45.119,29	7.620.082,68
Incorporação de Patrimônio	31.782.496,40	1.000,00
Desincorporação de Ativos	90.171.646,91	10.790.974,17
Tributação	110.781,66	80.324,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	48.000,19	34.123,20
Contribuições	62.781,40	46.200,96
Outra Alimentação, Produto e Venda de Serviços Previdenciários	-	-
Outros Mercadorias Vendidas	-	-
Outros Produtos Vendidos	-	-
Outros Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.129.189,22	18.129.684,57
Prestações	3.152,50	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autarquia Monetária	-	-
Impostos	10.022.726,00	10.020.463,18
Subsídios Econômicos	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Contribuição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	103.191,90	195.101,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-47.778.726,28	2.46.899,47

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26.622 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE -AUTARQUIA
 ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2019
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 24.01.2020
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.475.079,00	3.171.372,67
INGRESSOS	447.339.033,83	423.339.343,17
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	1.412.130,41	1.339.062,20
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	315.189,38	197.947,33
Receita Agropecuária	241.636,62	236.595,62
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	718.487,28	775.591,45
Receita de Operações das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	136.858,13	186.541,90
Transferências Correntes e Recebidas		
Insgo nome state	-	13.600,00
Do Estado e do Distrito Federal	-	-
Do Municípios	-	13.600,00
Insgo nome state	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	446.356.903,42	424.367.174,87
Insgo nome state	340.743,60	818.712,37
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	371,831	4.139,38
Transferências Financeiras Recebidas	446.006.838,49	425.047.007,19
Anulacão de Orib Unidade	165.603,02	117.259,03
DES EMBOLSOS	-433.229,014,83	-296.602.464,59
Pessoal e Despesas		
Legislativo	-336.025.925,41	-290.596.222,56
Judiciário	-	-
Executivo Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-20.714.068,16	-16.261.004,88
Trabalho	-	-
Educação	-316.306.630,24	-274.510.511,60
Cultura	-	-
Diretor da Cidadania	-6,86	-82.325,90
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-30.000,00
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Estatos Especiais	-	-
Outros Encargos Não Sacados - Cartão de Pagamento	-6.289,15	-6.374,58
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas		
Insgo nome state	-46.165.302,66	-44.829.205,97
A Estado e do Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Insgo nome state	-46.004.337,86	-44.819.720,97
Outras Transferências Concedidas	-70.971,00	-69.485,00
Outros Desembolsos Operacionais	-46.321.742,56	-40.802.024,67
Despesas Extraorçamentárias	-325.853,03	-311.387,06
Transferências Financeiras Concedidas	-66.002.879,53	-69.337.384,10
Demais Pagamentos	-	-647.464,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.641.467,76	-3.729.455,54
INGRESSOS		
Aquisição de Bens	-	15.450,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	15.450,00
Outros Ingressos de Investimento	-	-
DES EMBOLSOS	-3.641.467,76	-3.729.455,54
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-3.641.467,76	-3.729.455,54
Outros Desembolsos de Investimento	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estab.	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Insgo nome state	-	-
Do Estado e do Distrito Federal	-	-
Do Municípios	-	-
Insgo nome state	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DES EMBOLSOS		
Amortização / Financiamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	337.611,24	22.951.372,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	26.345.636,25	3.293.210,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	27.083.247,49	26.244.582,26



Notas Explicativas

Estrutura organizacional do Instituto

O Instituto Federal Catarinense (IFC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. A sua estrutura é composta por uma Reitoria e mais 15 campus, sendo 2 deles campus avançados conforme listagem a seguir:

Reitoria – Blumenau	Campus Rio do Sul
Campus Ibirama	Campus Araquari
Campus Blumenau	Campus Camboriú
Campus São Francisco do Sul	Campus Concórdia
Campus Fraiburgo	Campus Santa Rosa do Sul
Campus Luzerna	Campus São Bento do Sul
Campus Brusque	Campus Avançado de Abelardo Luz
Campus Videira	Campus Avançado de Sombrio

As Demonstrações Contábeis do IFC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (*NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11*); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto. As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais. As demonstrações contábeis são consolidadas no órgão superior, o MEC, tanto da administração direta (secretarias finalísticas e institutos de educação especial) quanto da indireta (universidades, institutos de educação profissional e tecnológica, de pesquisas e avaliação e empresas públicas); e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial. O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Balanço Orçamentário (BO);
4. Balanço Financeiro (BF);
5. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

1. Balanço Patrimonial (BP)

O BP é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Serão expostos neste item as informações

relevantes ocorridas nos 4º trimestres de 2019 em relação ao encerramento de exercício de 2018.

Ocorreu um aumento no Ativo Circulante, demais créditos a curto prazo em virtude de Termos de Execução Descentralizadas (TEDs) enviados a outros órgãos, em especial, a UFRN devido a aquisição e assistência do Sistema Integrado de Gestão.

Houve um aumento nas Demais Obrigações a Curto Prazo. Essa variação é decorrente da obrigação de incorporação de passivos dos (TEDs) celebrados entre o IFC e a SETEC e estão com a prestação de contas em andamento.

Seguem abaixo alguns apontamentos referente aos principais grupos que compõem o BP.

1.1 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2019, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 455.472.950 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, no último trimestre.

Tabela 1 – Imobilizado – Composição.

	31/12/2018	31/12/2019	A. H. (%)
Bens Móveis	63.652.545	62.454.623	13,73%
(+) Valor Bruto Contábil	88.745.427	94.023.798	20,64%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(16.743.523)	(23.219.818)	-5,10%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(8.349.358)	(8.349.358)	-1,83%
Bens Imóveis	418.786.189	393.018.328	86,29%
(+) Valor Bruto Contábil	421.374.654	398.249.053	87,44%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(2.588.465)	(5.230.725)	-1,15%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens móveis	0,00	0,00	0,00%
Total	482.438.735	455.472.950	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

1.1.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão em 30/12/2019 totalizavam R\$ 62.454.621,83 e estão distribuídos nas contas contábeis detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 2 – Bens Móveis – Composição

	31/12/2018	31/12/2019	A. H. (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	29.248.617	30.885.402	5,60%
Bens de Informática	16.255.396	18.433.558	13,40%
Móveis e Utensílios	21.784.260	22.094.651	1,42%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	11.159.531	11.826.860	5,98%
Veículos	7.573.459	7.537.772	-0,47%
Bens Móveis em Almoxarifado	0	0	
Semoventes e Equipamentos de Montaria	1.204.735	1.481.106	22,94%
Demais Bens Móveis	1.519.429	1.764.449	16,13%
Depreciação / Amortização Acumulada	-16.743.523	-23.219.818	38,68%
Redução ao Valor Recuperável	-8.349.358	-8.349.358	0,00%
Total	63.652.546	62.454.622	-1,88%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Dos bens móveis registrados no Órgão, 49,45% referem-se a máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.

A variação positiva ocorrida em quase todas as contas, justifica-se pela necessidade de aquisição dos bens para implantação e expansão de campi, bem como ampliação de cursos ofertados na rede e aquisições ocorridas para renovação dos bens de uso do órgão.

1.1.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do órgão em 31/12/2019 representavam o montante de R\$ 418.786.189,86 e estão distribuídos nas contas contábeis demonstradas na tabela abaixo.

Tabela 3 - Bens Imóveis – Composição

	31/12/2018	31/12/2019	A. H. (%)
Bens de Uso Especial	412.944.207	386.882.517	-6,31%
Bens Imóveis em Andamento	8.003.116	10.782.483	34,73%
Instalações	427.331	584.053	36,67%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-2.588.465	-5.230.726	102,08%
Total	418.786.189	393.018.328	-6,15%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Conforme evidenciado acima, os bens de uso especial correspondem a 98,44% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 412.944,207 em 31/12/2019 a valores brutos.

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário institucional são constituídos de:

Tabela 1 – Tabela 4 - Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2018	31/12/2019	A. H. (%)
Fazendas, Parques e Reservas	8.344.376	1.684.090	-79,82%
Terrenos, Glebas	3.424.334	3.424.334	0,00%
Imóveis de Uso Educacional	385.013.884	361.279.989	-6,16%
Edifícios	4.739.691	4.739.691	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais		4.332.492	
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	11.421.922	11.421.922	0,00%
Total	412.944.207	386.882.517	-6,31%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Em relação a variação diminutiva na conta Fazendas, Parques e Reservas, ressaltamos que o saldo foi reavaliado pela UG 158458, com objetivo de atualizar os valores a números reais.

1.2 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

1.2.1 Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores dos bens móveis são atualizados sistemicamente, de 4 em 4 anos, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos móveis e preços de mercado atualizados periodicamente, conforme sistemática do manual institucional de reavaliação. Está previsto para 2020 o próximo processo de reavaliação.

1.2.2 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

1.2.3 Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

a) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

b) Depreciação de bens móveis

A depreciação é calculada de forma linear conforme percentuais e prazos de depreciação da macrofunção de depreciação, calculados pelo sistema SIPAC.

c) Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

1.3 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2019, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 630.094,35 relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Intangível, para os exercícios de 2018 e 2019.

Tabela 5 – Intangível – Composição.

	31/12/2018	31/12/2019	A. H. (%)
Software com Vida Útil Definida	552.591	305.038	-44,80%
Software com Vida Útil Indefinida	175.532	570.493	225,01%
Marcas, Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,00	0,00	0,00%
Marcas, Direitos e Patentes - Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,00	0,00	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	0,00	0,00	0,00%
Amortização Acumulada	(241.533)	(245.437)	1,02%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	0,00%
Total	486.588	630.094	22,78%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Destacam-se as variações ocorridas nas contas de Software com vida útil definida e indefinida, pois o IFC, em conjunto com o Departamento de Tecnologia e Informação, está em andamento com o processo de baixa, reclassificação e mensuração desses ativos.

1.3.1 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O órgão avalia os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

1.3.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

1.4 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2019, Instituto Federal Catarinense apresentou o saldo de R\$ 437.087,74 na conta fornecedores e contas pagar, sendo o total em obrigações a curto prazo e fornecedores nacionais.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 6 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2018	31/12/2019	A. H. (%)
Circulante	1.426.009	437.088	-69,35%
Nacionais	1.426.009	437.088	-69,35%
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00%
Não Circulante	0,00	0,00	0,00%
Nacionais	0,00	0,00	0,00%
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00%
Total	1.426.009	437.088	-69,35%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Houve diminuição no montante da conta de fornecedores nacionais. Essa diminuição é decorrente do recebimento de recursos financeiros próximo ao encerramento do exercício. Buscou-se agilizar os pagamentos de despesas liquidadas a fim de evitar a necessidade de inscrição em Restos a Pagar.

Na continuação, apresenta-se a composição do saldo da conta fornecedores e contas a pagar por unidade gestora, com destaque para aquelas com maiores montantes na data base de 30/12/2019.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

Cód. UG	Unidade Gestora	31/12/2019	A. V. (%)
158461	CAMPUS CONCÓRDIA	88.196	20,18%
152253	CAMPUS IBIRAMA	87.208	19,95%
158460	CAMPUS CAMBORIÚ	75.284	17,22%
158125	REITORIA	71.554	16,37%
154706	CAMPUS BRUSQUE	49.548	11,34%
	DEMAIS UNIDADES GESTORAS	65.297	14,94%
TOTAL		437.088	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019.

Conforme demonstrado acima, o montante da unidade gestora 158461 corresponde a 20,18% do grupo, seguido das unidades 152253, 158460, 158125 e 154706. Essas cinco unidades concentram 75,06% do total do grupo. Na evidenciação foram compiladas as outras dez unidades que corresponde a 14,94% do valor total.

Em seguida, evidencia-se os valores pendentes de pagamento classificados pelos fornecedores relaciona-se os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2019.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

Fornecedor	31/12/2019	A. V. (%)
CELESC DISTRIBUICAO S.A	73.033	16,71%
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.	71.554	16,37%
LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	54.706	12,52%
CONSTRUTORA F & F EIRELI	35.576	8,14%
ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	20.829	4,77%
DEMAIS FORNECEDORES	181.390	41,50%
Total	437.088	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019.

Nota-se que os fornecedores que representam maior percentual em relação ao somatório do grupo fornecem serviços continuados de apoio administrativo às unidades. O fornecedor Construtora F & F Eireli, referem-se as obras de construção em andamento. A empresa Celesc Distribuição executa o fornecimento de energia elétrica para todos os Campi.

1.5 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019, o Instituto Federal Catarinense possuía um saldo de R\$ 28.449.288,84 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas até o(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 – Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	31/12/2018	31/12/2019	A. H. (%)
Aluguéis	119.046,56	155.711,54	30,80%
Fornecimento de Bens	2.699.901,27	3.462.101,02	28,23%
Seguros	38.872,69	53.035,98	36,44%
Serviços	18.206.286,05	24.778.440,30	36,10%
Total	21.064.106,57	28.449.288,84	35,06%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

As obrigações contratuais relacionadas com prestação de serviços representam 87,09% das obrigações assumidas pelo Órgão no fim do exercício de 2020.

Na sequência, apresenta-se a tabela com as obrigações contratuais por unidades gestoras, em que são destacadas as unidades com maior representatividade no grupamento.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

Cód. UG	Unidade Gestora	31/12/2019	A. V. (%)
158462	CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	7.659.420	26,92%
158460	CAMPUS CAMBORIÚ	4.551.376	16,00%
158458	CAMPUS RIO DO SUL	4.112.857	14,46%
158461	CAMPUS CONCÓRDIA	3.902.533	13,72%
152254	CAMPUS BLUMENAU	3.193.563	11,23%
	DEMAIS UNIDADES GESTORAS	5.029.540	17,68%
Total		28.449.288,84	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019.

O Campus Santa Rosa do Sul é responsável por 26,92% das obrigações contratuais, seguido pelas unidades 158460, 158458, 158461 e 152254. Em conjunto essas unidades representam cerca de 80% dos saldos de obrigações contratuais do período. Os valores das demais unidades do órgão foram compilados e representam 17,68% do somatório total. Ainda, é apresentado na tabela abaixo os montantes das obrigações contratuais por fornecedor. Na tabela são destacados fornecedores com maiores valores do grupo e são agrupados os demais. Ressalta-se que os montantes evidenciados correspondem ao saldo contábil de 30/12/2019.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	31/12/2019	A. V. (%)
CELESC DISTRIBUICAO S.A	2.029.968,74	7,14%
RESTAURANTE E LANCHONETE MAOS PERUANAS LTDA	1.786.413,15	6,28%
DS MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO EIRELI	1.121.260,21	3,94%
SETUP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	1.081.265,54	3,80%
JVE CONSTRUTORA LTDA.	1.032.405,42	3,63%
DEMAIS CONTRATADOS	21.397.975,78	75,21%
TOTAL	29.170.372,37	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019.

O contrato com a empresa Celesc Distribuidora S. A. representa 7,14% do total, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, a empresa é responsável pelo fornecimento de energia elétrica a todas as unidades.

2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP tem o objetivo de evidenciar as variações ocorridas no patrimônio da entidade, desta forma, serão transcritos abaixo as principais variações no período de 31/12/2018 a 31/12/2019.

2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

Entre as VPAs ocorridas no período destaca-se a Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, com saldo de R\$ 12.794,802,63. O aumento ocorreu obrigação de incorporação de passivos dos Termos de Execução Descentralizadas (TEDs). Durante o exercício de 2019, a UG 158462 realizou alguns registros indevidos de bens imóveis no Spiunet que foram estornados no mesmo período.

2.1 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Em relação as VPDs ocorridas no período é significativa a variação ocorrida na Desvalorização e Perdas com Ativos e Incorporação de Passivos, que aumentou em relação ao exercício de 2018. Esse aumento decorre da obrigação de incorporação de passivos dos Termos de Execução Descentralizadas (TEDs) que totalizavam R\$ 31.728.495,40 no fim do mês de dezembro de 2019. Durante o exercício de 2019, a UG 158462 realizou alguns registros indevidos de bens imóveis no Spiunet que foram estornados no mesmo período.

3. Balanço Orçamentário (BO)

As receitas próprias arrecadadas pelo IFC alcançaram o montante previsto para o exercício. Entretanto, as despesas foram executadas em 98,42% da dotação prevista. Em relação as despesas de capital, houve um aumento na execução de 50,59% do montante previsto para investimentos. Esse aumento se deve ao remanejamento orçamentário entre rubricas de investimentos e de custeio, bem como, o recebimento de ingressos extraorçamentários, por meio de TEDs, do Ministério da Educação (UG 26101).

3.1 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Na tabela abaixo é evidenciado o total dos Restos a Pagar Não Processados, inscritos e reinscritos, bem como os Restos a Pagar Processados no período. Ressalta-se que os RPNP a liquidar correspondem a 94% do total do grupo e o RPNP liquidados a pagar representam 2,47%, e o RPP a pagar representa 3,02%, neste caso, pendente apenas da fase de pagamento.

Tabela 12 – Restos a Pagar Não Processados e Processados – Composição.

Contratado	31/12/2018	31/12/2019	A.H. (%)
------------	------------	------------	----------

RPNP a liquidar	3.229.272	1.892.648	-41,39%
RPNP a liquidar em liquidação	1.140	2.058	80,53%
RPNP liquidados a pagar	221.059	49.462	-77,62%
RPP a pagar	101.048	60.462	-40,17%
Total	3.552.520	2.004.630	-43,57%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Observa-se que ocorreram diminuição nos Restos a Pagar. Essa diminuição são decorrentes do recebimento de recursos financeiros no fim do exercício e de mecanismos de controle que visam executar as despesas dentro de exercício financeiro com o intuito de diminuir a necessidade de reinscrição em Restos a Pagar, bem como, agilizar os processos internos do órgão. Outra justificativa para essa diminuição é devido ao cancelamento de RAP anteriores ao exercício de 2018.

Evidencia-se na tabela abaixo a classificação dos restos a pagar por unidade gestora

Tabela 13 – Restos a Pagar – Por unidade gestora.

Cód. UG	Unidade Gestora	31/12/2019	A. V. (%)
152254	CAMPUS BLUMENAU	468.093	23,35%
158125	REITORIA	449.331	22,41%
158461	CAMPUS CONCÓRDIA	442.135	22,06%
158460	CAMPUS CAMBORIÚ	158.626	7,91%
158458	CAMPUS RIO DO SUL	89.961	4,49%
	DEMAIS UNIDADES GESTORAS	396.481	19,78%
Total		2.004.630	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019.

Verifica-se que o montante do Campus Blumenau representa cerca de 23,35% no total do grupo, porém destaca-se que o campus possui obras pendentes de conclusão. Em relação a Reitoria há alguns recursos centralizados de outros Campi, bem como recursos relacionadas a exames médicos de servidores e remuneração de servidores que são centralizadas na unidade e despesas com publicidade institucional. As demais unidades estão representadas na tabela e as com menor montante estão agrupadas em demais unidades gestoras.

4. Balanço Financeiro (BF)

Esse demonstrativo contábil evidencia os totais das receitas e despesas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias executadas, bem como os saldos das disponibilidades que foram recebidas do exercício anterior e os que serão repassados para o exercício seguinte.

4.1 Ingressos

Quanto aos ingressos destaca-se o montante de R\$ 26.243.690,25 referente a Caixa e Equivalentes de Caixa. Esse saldo é relacionado a despesas de pessoal e benefícios previdenciários de competência de Dez/19.

2.1 Dispêndios

Em relação os dispêndios ressalta-se o saldo de Pagamento dos Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 24.853.714,46. O montante ocorreu devido a pagamentos despesas de pessoal e benefícios previdenciários, efetuados em Jan/19, referente a competência de Dez/18.

4. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A demonstração de fluxo de caixa possibilita a projeção dos fluxos de caixa futuros e a análise de eventuais alterações em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos.

4.1 Ingressos

Quanto aos ingressos houve aumento relevante a receitas patrimoniais decorrentes de locação de parte do imóvel para fornecedores de refeições nos *campi* Blumenau (152254), Araquari (158459) e Brusque (154706).

2.1 Dispêndios

Em relação aos dispêndios não houve variações consideradas relevantes.

Gestores do Instituto Federal Catarinense - IFC

Sônia Regina de Souza Fernandes
Reitora do IFC

José Luiz Ungericht Júnior
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Cladecir Alberto Schenkel
**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação**

Fernando José Garbuio
Pró-Reitor de Extensão

Josefa Surek de Souza
Pró-Reitora de Ensino

Stefano Moraes Demarco
Pró-Reitor de Administração

Everton Rogério Alves Cavalheiro
Direção do Campus Avançado de Abelardo Luz

Jonas Cunha Espíndola
Diretor-Geral do Campus Araquari

Marilane Maria Wolff Paim
Diretora-Geral do Campus Blumenau

Hélio Maciel Gomes
Diretor-Geral do Campus Brusque

Rogério Luis Kerber
Diretor-Geral do Campus Camboriú

Nelson Geraldo Golinski
Diretor-Geral do Campus Concórdia

Fabio José Rodrigues Pinheiro
Diretor-Geral do Campus Fraiburgo

Fernando Taques
Diretor-Geral do Campus Ibirama

Eduardo Butzen
Diretor-Geral do Campus Luzerna

Ricardo Kozoroski Veiga
Diretor-Geral do Campus Rio do Sul

Deivi de Oliveira Scarpari
Diretor-Geral do Campus Santa Rosa do Sul

Samuel Henrique Werlich
Diretor-Geral do Campus São Bento do Sul

Amir Tauille
Diretor-Geral do Campus São Francisco do Sul

Elizete Maria Possamai Ribeiro
Diretora do Campus Avançado de Sombrio

Rosangela Aguiar Adam
Diretora-Geral do Campus Videira

Fani Lúcia Martendal Eberhardt
Diretora de Desenvolvimento Institucional

Éliton Pires
Diretor de Extensão

Bruno Dutra Vieira
Diretor de Gestão de Pessoas

Eduardo Augusto Werneck Ribeiro
**Diretor de Pesquisa, Pós Graduação e
Inovação**

Rafael Marcos Fernandes
Diretor de Administração e Planejamento

Plínio Antunes Garcia
Diretor de Tecnologia da Informação

Iris Weiduschat
Diretor de Ensino

André Luíz Contreira de Oliveira
**Procurador-Chefe da Procuradoria Federal
do IFC**

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
Assessora da Reitora

Marcelo Aldair de Souza
Corregedor

Rafaela Zorzetto de Camargo
Coordenadora-Geral de Comunicação

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão 2019

Membros

Rafael Marcos Fernandes (Diretor de Administração e Planejamento);
Bárbarah Cristine Leidow Sorgetz (Diretora de Desenvolvimento Institucional);
Cladecir Alberto Schenkel (Diretor Executivo)

Membros da equipe de arte gráfica

Andréa Santana de Freitas – CECOM
Carlos Eduardo Pieri – CECOM
Poliana Santos de Souza – CECOM

Editoração

Projeto gráfico e capa

Poliana Santos de Souza – CECOM

Diagramação

Andréa Santana de Freitas – CECOM
Poliana Santos de Souza – CECOM



Emitido em 24/08/2020

RESOLUÇÃO (ANEXOS) Nº 8/2020 - CONSUPER (11.01.18.67)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/08/2020 10:45)

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITOR - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

REIT/ADM (11.01.18)

Matrícula: 1757038

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**,
ano: **2020**, tipo: **RESOLUÇÃO (ANEXOS)**, data de emissão: **25/08/2020** e o código de verificação: **42e838bc4f**